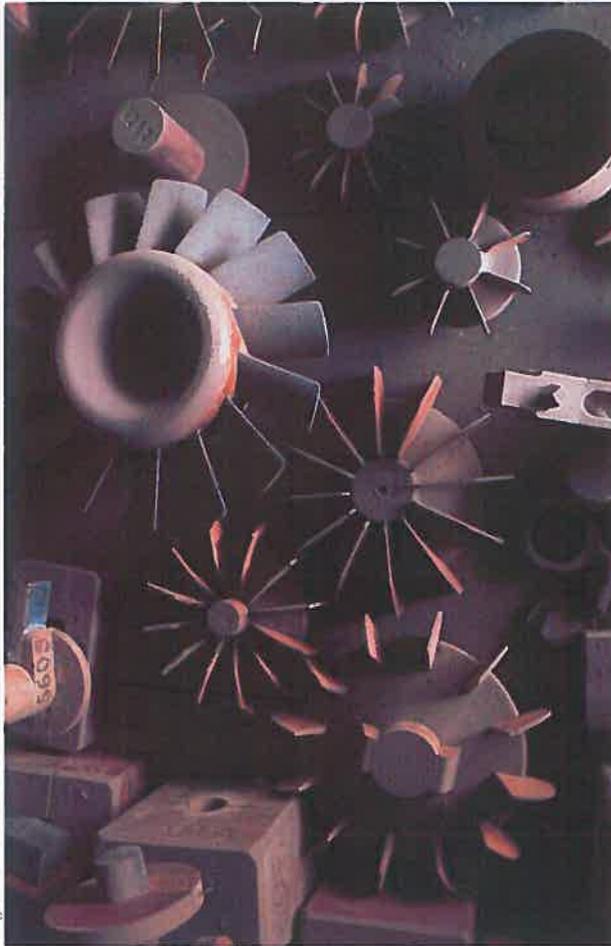




ARSENAL DO ALFEITE

Arsenal do Alfeite, S.A.



Fotografia: Guta de Carvalho

Versão aprovada em reuniões do Conselho de Administração de 14 e 20 de março de 2017.

Relatório elaborado nos termos do art.º 65.º, 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

RELATORIO E
CONTAS da Arsenal
do Alfeite, S.A.,
relativo a 2016

2016

Arsenal do
Alfeite, S.A.

P. V. M.
C. K.

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO	10
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	13
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	16
Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.....	16
Perspetiva global da atividade	22
Perspetiva setorial da Atividade.....	26
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio.....	28
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	42
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	46
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	48
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS	50
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	55
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	65
Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	67
1. Objetivos de gestão	67
2. Gestão do risco financeiro e endividamento	67
3. Limite de crescimento do endividamento	67
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	67
5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista	68
6. Remunerações.....	68
7. Estatuto do Gestor Público.....	68
8. Despesas Não Documentadas	69
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	69
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	70
11. Contratação Pública	70

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	70
13. Frota Automóvel	70
14. Medidas de redução de gastos operacionais	71
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	74
16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	74
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	74
Anexo II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016....	83
APÊNDICES	126

M
15
C2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano fortemente marcado pela consolidação da ligação entre a Arsenal do Alfeite, S.A., e o seu principal cliente, a Marinha Portuguesa. Com efeito, os laços entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa em muito ultrapassam a mera relação entre prestador de serviços e cliente, na medida em que as obrigações de serviço público que impendem sobre esta empresa visam servir essa instituição em primeiro lugar, em prol da soberania nacional.

Desta forma, houve que reforçar a relação institucional e agilizar a relação comercial com a Marinha Portuguesa, de modo a consolidar as condições para, com trabalho, responsabilidade, dedicação e espírito de serviço público, lhe assegurar a prestação de serviços no âmbito do aprontamento da esquadra, sempre com o maior nível de eficiência e de eficácia.

No contexto da sua obrigação de bem servir a Marinha Portuguesa, o Conselho de Administração propôs ao Governo, e foi autorizado, a dotar-se de uma nova capacidade – a de reparação dos novos submarinos da classe Tridente.

Para tanto, e em estreita articulação com a Marinha Portuguesa, houve que criar as condições para assegurar que a necessária transferência de conhecimento aconteça em tempo. Assim, iniciaram-se os procedimentos de negociação com vista à contratualização da formação de trabalhadores desta empresa, durante a reparação do submarino Tridente, em Kiel (2017/18), por forma a preparar a reparação do submarino Arpão, que já terá lugar em Portugal, no Arsenal do Alfeite, a partir do segundo semestre de 2018.

A dotação desta nova capacidade exigirá a realização de investimento na melhoria das condições operacionais, nomeadamente através da ampliação da doca seca, dos atuais 138 m para 220 m (mais 82 m), para o que foram desenvolvidas, ainda em 2016, as ações tendentes à sua concretização – do ponto de vista técnico e financeiro – durante os anos de 2017 e 2018.

Em 2016, dando continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, a Arsenal do Alfeite, S.A., reforçou as iniciativas de internacionalização do estaleiro, consolidando a

relação de confiança e de prestador de serviços junto da Marinha Real Marroquina. Iniciou igualmente um processo de aproximação comercial com a República das Filipinas, que culminou na apresentação de uma proposta comercial no âmbito da modernização e manutenção naval. A empresa continuou, através das embaixadas presentes em Portugal, a mostrar as capacidades diferenciadoras do estaleiro no mercado da construção, manutenção e reparação naval.

No ano de 2016 foram criadas as condições para retomar a atividade de construção naval no Arsenal do Alfeite (as últimas construções são anteriores à constituição do Arsenal como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos). Entre a Marinha Portuguesa, a Autoridade Marítima Nacional e a Arsenal do Alfeite, S.A., foi assinado um memorando com vista à futura contratualização da construção de quatro lanchas salva-vidas, duas delas já em 2017.

A aposta no estrito cumprimento das boas regras e práticas ambientais e industriais ditou a continuação do investimento adequado a este objetivo prioritário, levando ao desenvolvimento de projetos, lançamento e calendarização de obras tendentes a tornar definitivo o licenciamento industrial e ambiental já alcançado em 2016.

Deu-se continuidade às parcerias com a Academia - Escola Naval, PIEP, INEGI, INESC - para continuar na vanguarda do conhecimento e permitir, desta forma, uma prestação de serviços mais eficiente aos clientes e, em particular, à Marinha Portuguesa.

Foi também lançado em 2016 um procedimento de recrutamento de trabalhadores, operários navais. No âmbito deste processo, foi dada prioridade a trabalhadores sem experiência, os quais receberam, após a contratação, formação adicional na Escola de Formação do Arsenal do Alfeite – concretizando, assim, durante um período de oito meses, através de aulas teóricas e práticas, a retoma efetiva da tradição da Formação no Arsenal do Alfeite.

O Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a apostar nos seus trabalhadores, promovendo o seu reconhecimento e a sua motivação, partilhando as suas decisões com os sindicatos representativos e com a Comissão de Trabalhadores, criada no ano de 2016, por forma a melhor decidir e envolver aqueles que constituem o

fator diferenciador desta empresa e que a ela entregam o seu conhecimento e dedicação, fatores bem conhecidos da denominada cultura arsenalista.

O Conselho de Administração encara este momento de viragem na vida da Arsenal do Alfeite, S.A., como uma oportunidade única de mudança para suportar as tão necessárias alterações estruturais da organização interna do trabalho, das condições gerais de produção e dos mecanismos laborais, visando o aumento da eficiência dos processos e a produtividade da empresa em geral, elementos essenciais para assegurar a competitividade e um futuro risonho para todos aqueles que aqui trabalham.

Trata-se de um desafio que, para além de implicar o alinhamento interno de propósitos e de vontades, requererá da tutela um acompanhamento próximo e uma viabilização adequada de recursos e, da Marinha Portuguesa, nosso privilegiado cliente institucional, uma disponibilidade total para cooperar não só na edificação das novas capacidades, mas também no planeamento, na coordenação e na orçamentação e preços associados às atividades de construção, manutenção e reparação dos meios navais.

Por fim, importa sublinhar que todo o trabalho desenvolvido nesta empresa tem sido possível em resultado do esforço dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a quem o Conselho de Administração reconhecidamente agradece.

Esse trabalho em muito também beneficiou da relação estreita existente com a Câmara Municipal de Almada e a Assembleia Municipal de Almada, verdadeiros parceiros estratégicos desta empresa, que se constitui como uma das principais empregadoras do concelho. Importa, assim, agradecer à Câmara Municipal de Almada o interesse e o acompanhamento, atento e próximo, com que segue o trabalho desenvolvido no estaleiro.

Cabe, também, agradecer a outras Autarquias a relação estabelecida com a Arsenal do Alfeite, S.A., e o modo como apreciam a atividade desenvolvida pelo estaleiro, nomeadamente os Municípios do Barreiro, Seixal e Setúbal.

Por último, importa agradecer ao acionista Empordef, SGPS, e sobretudo ao Governo, na sua função de tutela setorial, pela atenção e acompanhamento que tem dispensado à Arsenal do Alfeite, S.A., dando-lhe o necessário enquadramento político e dotando-a

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

de recursos que lhe permitem não só a prossecução do interesse público, mas também trilhar hoje os caminhos do progresso e do desenvolvimento de novas competências, de novos setores de atuação e da realização de um serviço mais eficiente e eficaz.

O Conselho de Administração



I - OBJETIVOS DA GESTÃO

P. V. M.
CL

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A. continuou a perseguir o objetivo do necessário equilíbrio económico e financeiro da empresa, sem perder de vista a criação de condições tendentes à implementação de uma Plataforma Naval Global, colocando em paralelo o foco no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa.

A postura da empresa no âmbito do setor empresarial do Estado e das suas obrigações de serviço público foi recentrada. Relevam nesta matéria a focalização da empresa na estabilidade do emprego, no reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar com instituições públicas ou outras sem fins lucrativos. A regularização de uma pequena parcela dos créditos próprios no final de 2015 por parte do acionista permitiu à empresa iniciar os projetos tendentes a concretizar o investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, indispensável para a requalificação do espaço em que se insere e para a sua competitividade. Trata-se de um elemento identificado como incontornável desde 2009, que foi reanalisado à luz da conjuntura vigente, e que se antevê possa ser substancialmente alargado já no princípio de 2017, permitindo o reforço da ação em apoio de prioridades para efeitos dos investimentos necessários a realizar.

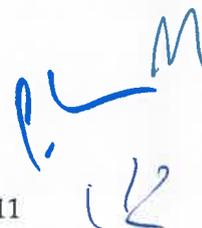
Sem perder de vista os objetivos estratégicos, ainda delineados no ano anterior, importa sublinhar os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2016 e que permitiram atingir resultados de curto prazo, designadamente, a obtenção do licenciamento industrial provisório e a emissão de uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada, com a estatuição de um prazo de quatro anos para a implementação de medidas identificadas, a do processo de capacitação da empresa para reparar os submarinos da Marinha Portuguesa e outros afins com a participação já em 2017 na revisão intermédia do submarino Tridente, tanto ao nível da reparação como do da formação em contexto de trabalho e, por fim, a

retoma da construção naval no estaleiro, materializada no desenvolvimento do projeto e construção até quatro salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

Sublinha-se o especial enfoque colocado na satisfação do cliente com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa perspetiva de longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

O investimento da Arsenal do Alfeite, S.A., nos seus recursos humanos, designadamente mediante o desenvolvimento dos procedimentos legais adequados ao recrutamento de trabalhadores, foi concretizado em 2016 com a admissão de 26 novos efetivos, contrariando assim a constante redução que se tem verificado. Em paralelo, a empresa continuou a política de reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do seu capital humano e à melhoria das condições de trabalho proporcionadas, mantendo um clima de promoção de diálogo, bem-estar, paz social e dignidade do principal ativo estratégico da Arsenal do Alfeite, S.A..

Os projetos de investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, designadamente na ampliação da doca seca, na substituição das pontes-cais e na reparação do cais acostável, a par dos projetos tendentes à satisfação dos requisitos de licenciamento industrial e ambiental definitivos, identificados em 2015 como objetivos vitais para a sustentabilidade da empresa, foram concretizados durante o ano de 2016, prevendo-se iniciar a sua execução ao longo de 2017, ano em que se constituem como uma prioridade da gestão.



II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

P. L. M.
L. M.

II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pelo acionista, nomeadamente a da Assembleia Geral de 7 de abril de 2016 relativamente à aplicação de resultados.

O acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos, o que resulta do facto de se encontrar em processo de liquidação.

Por seu turno, o Ministério da Defesa Nacional, sob cuja tutela se encontra o acionista, estabeleceu durante o ano de 2016 orientações que nortearam a atuação do Conselho de Administração da empresa e que ainda se refletiram nas atividades executadas durante o ano de 2016. Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, iniciou o processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa, manteve as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios e desenvolveu iniciativas junto da representação diplomática da República das Filipinas em Lisboa tendentes a viabilizar a transferência para esse país de três corvetas portuguesas em fim de vida, tudo isto no âmbito do alargamento do processo de internacionalização da empresa. Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da construção, concretizadas com a assinatura de um memorando de entendimento e posterior assinatura de contrato de construção de duas embarcações salva-vidas já em 2017.

As orientações recebidas, acima identificadas, começaram a ser devidamente implementadas e cumpridas em 2016, seja no que se refere à tomada de ações com vista a capacitar a empresa para participar na primeira revisão intermédia do NRP Tridente em Kiel e a efetivar, a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP Arpão, seja no que se refere às diversas ações de carácter ambiental, de que a construção de parque intermédio de resíduos é apenas um

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

exemplo, ou a conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo, num total de 42 contratos, englobando os trabalhadores contratados no início do ano.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2016 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental, tendo a despesa ficado cerca de 3 M€ abaixo do valor orçamentado, pese embora a receita também tenha diminuído pelas razões explanadas no presente relatório, conduzindo a um saldo orçamental negativo, mas muito inferior ao superiormente autorizado por despacho de S.Ex.^a o Secretário de Estado do Tesouro.

Assim, como melhor indicado no Relatório de Governo Societário, note-se as orientações e decisões ministeriais de que foi objeto especificamente esta empresa pública. Concretamente refere o Despacho n.º 12621/2016, de 9 de outubro de 2016 de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 20 de outubro, que *“a Arsenal do Alfeite S. A. (AA, S. A.), e a TKMS [Thyssenkrupp Marine Systems GmbH], sob o impulso desta empresa, encontram-se a desenvolver ações conjuntas e concertadas com vista a capacitar a AA, S. A., para participar em 2016 a 2018 na primeira revisão intermédia do NRP «Tridente» e a efetivar a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP «Arpão», o que trará evidentes vantagens para Portugal”*. Note-se, ainda, o Despacho de 15 de dezembro de 2016 de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional autorizando a construção de parque intermédio de resíduos. Frisa-se, também, o despacho de 29 de dezembro de 2016 de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Defesa Nacional autorizando a conversão de 18 contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo.

Através do Despacho n.º 218/16 – SEATF Sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças dispensou temporariamente a Arsenal do Alfeite, SA, até 30 de junho de 2016, do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. De referir, ainda, o despacho de 14 de dezembro de 2016 de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Orçamento autorizando a aplicação de saldos de gerência no valor de 1,65 milhões de euros exclusivamente para despesa com pessoal sem isenção da regra de equilíbrio (Despacho n.º 997/2016/SEO)

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

P. L. M.
C. L. 2

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2016

O Plano de Atividades e Orçamento para 2016 previa que, na vertente principal do negócio, a atividade da Arsenal do Alfeite, SA, se centraria na continuidade da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, na consolidação da vertente da internacionalização com a Marinha Real de Marrocos e na iniciação da internacionalização com a Marinha Argelina, ambas ao nível da reparação naval. Existiria, ainda, a continuidade da exploração das capacidades excedentárias do estaleiro na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval.

A este nível destacavam-se as dotações inscritas em sede de orçamento de 2016 que perfaziam uma expectativa de receitas de 22.514.100€ em 2016:

- Serviços – Reparação Naval - Marinha Portuguesa: 15.225.000€;
- Serviços - Reparação Naval - Marinhas Estrangeiras: 6.906.000€;
- Outros Serviços e receitas: 383.100€;

Ao nível da atividade de construção naval, e apesar das diversas iniciativas e propostas apresentadas a potenciais clientes no decurso de 2015 e anos anteriores, não existiam perspetivas de vir a realizar em 2016 um contrato de construção de novos navios na Arsenal do Alfeite, S.A.

Destacavam-se as seguintes propostas apresentadas internacionalmente:

- Marinha de Angola: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Marinha do Uruguai: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Filipinas: Programa de Cooperação bilateral na Área da Construção e Reparação Naval.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

“Marinha Portuguesa”

A estimativa para o ano de 2016 em termos dos serviços a prestar à Marinha Portuguesa, assentava nos seguintes projetos de reparação naval:

Navio	Início	Fim	Valor Total Contrato	Receita Estimada	
				2016	2017
NRP Corte Real (a)	set/15	dez/16	11 641 000	8 300 000	
NRP Álvares Cabral (b)	nov/15	fev/16	1 109 250	145 000	
Outros Trabalhos - SRU e EV (c)	jan/16	dez/16	2 530 000	2 530 000	
Programa Stanflex NRP Mondego (d)	fev/16	dez/16	2 128 000	2 128 000	
Programa Stanflex NRP Douro/Guadiana (e)	set/16	jun/17	5 843 000	2 122 000	3 721 000
				15 225 000	3 721 000

O montante estimado de receita, acima descrito, correspondia à seguinte descrição:

NRP Corte Real: Contrato plurianual vigente, visado pelo Tribunal de Contas, e com execução em 2015/16;

NRP Álvares Cabral: Contrato plurianual vigente, visado pelo Tribunal de Contas, e com execução em 2015/16;

Serviços de Reparação Urgente (SRU) e Eventuais (EV): estimativa em baixa realizada pela Arsenal do Alfeite, SA, representando 33% do volume anual médio dos últimos 3 anos para este tipo de trabalho (tendo em conta o histórico das receitas obtidas por serviços prestados à Marinha Portuguesa) e que representa o equilíbrio com a restante carteira da Marinha Portuguesa;

Programa Stanflex NRP Douro e NRP Guadiana: Trata-se de um programa de reequipamento (novos meios) da Marinha Portuguesa, mais precisamente os patrulhas da classe "Tejo", adquiridos em segunda mão à Dinamarca, todos em estado de desativação. A reativação, revisão intermédia e modernização dos 4 navios seria suportada pela LPM, e totalmente efetuada pela Arsenal do Alfeite, SA, estando o NRP Tejo então em curso, e prevendo-se executar os NRP Mondego, NRP Douro e NRP Guadiana em 2016/17.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Embora existisse a informação da Marinha de que a verba alocada a Serviços de Reparação Urgente e Eventuais seria reforçada no decurso de 2016 por fontes provenientes do Ministério da Defesa Nacional, referentes às Forças Nacionais Destacadas até a um montante de 3.400.000€, e que dotaria esta rúbrica com recursos análogos aos verificados em anos anteriores, tal não se encontrava refletido no cenário *supra* descrito, pois não dependia da gestão direta da Marinha.

“Marinhas Estrangeiras”

No que diz respeito ao processo de internacionalização com as Marinhas Estrangeiras (Marinha Real Marroquina e Marinha Argelina), estimava-se para o ano de 2016, um volume de negócio de cerca 6.900.000€ na atividade de reparação naval, discriminado de acordo com a tabela subsequente:

Navio	Início	Fim	Valor Total	Receita Estimada	
			Contrato	2016	2017
Marinha Marroquina - PHM El Lahiq	fev/14	abr/16	6 509 000	1 406 000	
Marinha Marroquina - PHM El Karib	jun/16	dez/17	8 575 000	4 000 000	4 575 000
Marinha Argelina - Reparação Naval	jun/16	dez/16	1 500 000	1 500 000	0
				6 906 000	4 575 000

O montante estimado de receita, acima descrito, correspondia ao contrato plurianual existente com o Estado Marroquino e ao contrato que se estimava poder vir a ser celebrado com a Marinha Marroquina, em 2016, e ainda ao desenvolvimento de negócio na vertente internacional com o Estado Argelino, que perspetivavam a receita que se indica.

P. L. M.
CZ

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Com base nos elementos disponíveis à data, tudo apontava para que o contrato para a grande reparação do segundo navio da Marinha Real de Marrocos, da classe “El Lahiq”, possivelmente o PHM “El Karib”, viesse a acontecer durante o primeiro semestre de 2016, viabilizando a entrada do navio no final deste semestre, ou logo após a partida do PHM “El Lahiq” da Arsenal do Alfeite, SA., o que não se concretizou apesar dos esforços desenvolvidos pela empresa junto deste cliente.

Novos negócios

Foi iniciado o estudo de potenciais parcerias estratégicas para a localização futura de outras empresas no espaço concessionado a esta empresa, com o objetivo de aqui desenvolver um futuro Cluster Naval.

Recursos humanos

A Arsenal do Alfeite, SA, tem sofrido com a constante redução do número de recursos humanos ao seu dispor.

Em 2016 importava prosseguir com o recrutamento de recursos humanos, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas.

Este recrutamento foi aprovado por despacho de 28 de agosto de 2015, de S. Ex.^a a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional que autorizou a Arsenal do Alfeite, SA, a contratar 38 trabalhadores adicionais, da seguinte forma:

- 49 Operários Navais (“condicionando[-se] 25 das contratações à efetiva verificação da respetiva libertação do posto de trabalho até final do ano, conforme previsão apresentada”)
- 1 Assistente de Apoio
- 1 Técnico de Marketing
- 12 Técnicos Superiores

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O orçamento para 2016 previa como limite 545 trabalhadores e gastos de 10.539.000€ em remunerações certas e permanentes, totalizando 13.855.400€ em gastos com o pessoal. Estes limites deverão crescer nos anos 2017 e 2018, de forma sustentada no negócio, permitindo o desenvolvimento dos novos negócios e o aumento da atividade de reparação e manutenção e, ainda, nestes últimos anos, de construção naval.

A Arsenal do Alfeite, SA, procurava o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações de *team building* e da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais (como nas comunicações móveis). Pretendia-se, ainda, proceder à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, apostando na formação dos trabalhadores para o que se previa um investimento em formação profissional dos seus trabalhadores na ordem dos 100.000€, sendo ambição da empresa aumentar de forma objetiva, no período de 2017 a 2018 o investimento a realizar.

Plano de investimentos/financiamento

O orçamento para 2016 incluía despesas com investimentos no montante de 442.000€, refletindo as necessidades prioritárias usuais para a manutenção do estaleiro e das capacidades sedeadas e medidas básicas e urgentes de proteção ambiental.

	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
Empreitada de dragagem do poço da doca seca	48.000					48.000
Empreitada de construção de parque de resíduos	118.940					118.940
Outros	133.060	56.000	5.000	58.000	23.000	275.060
	300.000	56.000	5.000	58.000	23.000	442.000

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Importava, ainda, considerar o investimento adicional indicado no Plano de Investimento, que foi oportunamente remetido ao membro do Governo com tutela sobre a Arsenal do Alfeite, SA, e que refletia as necessidades estratégicas e incidia nas infraestruturas, edifícios, equipamento e licenciamento industrial.

Destacava-se o investimento na reabilitação de infraestruturas portuárias, em especial a substituição das ponte-cais. A necessidade premente de possuir uma infraestrutura de apoio à reparação de navios a nado que permitisse atracar as fragatas e os submarinos da Marinha Portuguesa (e outros navios equivalentes) na Arsenal do Alfeite, S.A., durante os seus períodos de reparação, eliminando as inúmeras e significativas disfunções e ineficiências que são induzidas pela necessidade de projeção das equipas de trabalho, da movimentação de materiais, e demais meios de apoio das instalações da empresa para a Base Naval.

O adequado licenciamento industrial implicaria também alguns investimentos, designadamente para efeitos de conformidade com as exigências ambientais de modo a cumprir os requisitos legais no âmbito do incremento da atividade do estaleiro.

Estes investimentos adicionais, estratégicos, não se encontravam refletidos no orçamento aprovado para 2016 dado que, segundo as instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2016 da Circular Série A n.º 1379, de 18 de dezembro de 2015, da Direção-Geral do Orçamento “na elaboração do orçamento para 2016 não pode ser considerada a utilização de saldos de gerência, independentemente da sua origem”, sendo a utilização destes saldos fundamental para a realização desse investimento estratégico.

Salienta-se que o orçamento de 2016 no que respeita a bens de domínio público incluía duas empreitadas comprometidas em 2015 mas não realizadas e que transitavam para 2016, totalizando 166.940€.

P. L. M
1/2

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- Empreitada de dragagem do poço da doca seca - 48.000€;
- Empreitada de construção de parque de resíduos - 118.940,24€.

Em síntese, todos os processos associados ao investimento em 2016 materializam vertentes imprescindíveis à continuidade do estaleiro e à sua operacionalidade.

O financiamento dos investimentos, em qualquer caso, realizar-se-ia com fundos próprios, sem recurso a financiamento bancário, designadamente, no que se refere aos investimentos adicionais, estratégicos, através do reembolso do empréstimo efetuado pela Arsenal do Alfeite, SA, à acionista Empordef, SGPS, SA, em liquidação, a exemplo do que sucedeu no final de 2015.

Perspetiva global da atividade

A atividade da empresa caracterizou-se no ano de 2016 por alguma estabilidade na carteira de encomendas relativas ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, sendo de destacar a conclusão da modernização e da revisão do NRP "Tejo", o primeiro patrulha da classe com o mesmo nome (Ex-Stanflex 300 adquiridos por Portugal à Dinamarca), cujo projeto foi integralmente desenvolvido pela Arsenal do Alfeite, S.A., e a conclusão da reparação planeada da fragata NRP "Álvares Cabral", ambos com génese em 2015, e a continuidade da reparação planeada da fragata NRP "Corte Real", todos formalmente vinculados através de contratos de cariz plurianual celebrados entre a empresa e a Marinha Portuguesa. Os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencie e otimize a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano. Foi ainda concluída a primeira docagem do NRP "Viana do Castelo", o primeiro Navio Patrulha Oceânico a fazê-lo no estaleiro, as docagens dos navios hidro-oceanográficos NRP "D. Carlos I" e NRP "Alm. Gago Coutinho", bem com a docagem do NRP "Águia".

No que refere à vertente de reparação de submarinos, para além dos trabalhos de índole eventual e urgente, foram ainda efetuadas, na vertente da manutenção planeada destes navios, as Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP “Tridente” e NRP “Arpão”.

Não menos importante, foi reforçado o programa dos navios patrulhas da classe “Tejo”, materializado, embora tardiamente, através dos contratos plurianuais de docagem e modernização dos NRP “Douro” e “Mondego”, refletindo a continuidade e progressão do primeiro programa de reequipamento da Marinha Portuguesa que é integralmente materializado na Arsenal do Alfeite, S.A., com uma abrangência transversal às capacidades e valências do estaleiro, incluindo uma forte incorporação das componentes de projeto e logística. Recorde-se que o programa está a ser materializado entre 2015 e 2017, com uma sequência de 4 navios, o que potenciará o fator de escala e a curva de aprendizagem do estaleiro e da Marinha em benefício das capacidades residentes e da indústria nacional.

Uma vez mais, os resultados demonstram claramente a imperatividade na verificação de duas condições basilares de alinhamento e de minimização de ineficiências processuais, de modo a evitar perdas para a empresa e para a Marinha: 1) a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e 2) o estabelecimento de um contrato plurianual entre as partes a não menos de três anos (idealmente a cinco anos), para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo-lhe deter uma capacidade de resposta efetiva em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

É ainda relevante destacar, uma vez mais, que a reparação da fragata NRP “Corte Real” representa o maior contrato em valor absoluto celebrado pela AASA desde a sua constituição, e a intervenção mais extensa, exigente e complexa que executou, sendo a mais perfeita expressão da aplicação transversal das suas valências e capacidades residentes, desde as estruturas, à eletrónica, e às armas. Este projeto sofreu um atraso significativo visto a Marinha ter atribuído prioridade mais elevada ao projeto da fragata NRP “Álvares Cabral”, em consequência de necessidades mais urgentes de emprego operacional deste último navio.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em complemento, tal como já verificado em anos anteriores, existiu em 2016 uma substancial carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, uma vez mais com especial incidência nas fragatas das classes “Bartolomeu Dias” e “Vasco da Gama”. O elevado volume anual deste tipo de trabalhos, não planeados, continua a condicionar fortemente a produtividade e organização interna do trabalho, afetando de forma significativa o andamento das reparações planeadas, os respetivos prazos de execução e, bem assim, a eficiência da empresa como um todo.

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2016 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A. para a sustentabilidade da esquadra da Marinha e, reciprocamente, a importância da Marinha Portuguesa para o funcionamento da empresa.

Paralelamente, e não menos relevante, foi concluída em 30 de Maio de 2016, com pleno sucesso, a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, que havia sido iniciada em Fevereiro de 2014. O período contratual de garantia de seis meses decorreu sem qualquer evento digno de especial menção, tendo a empresa proporcionado a essa Marinha um nível de satisfação e uma qualidade superiores, visível e confirmado pelo elevadíssimo emprego operacional do navio, até à data, sem qualquer problema. Este resultado, produto do esforço da empresa como um todo, e em todas as suas vertentes principais e de apoio, desde o projeto ao apoio logístico, concluiu a materialização do terceiro passo com a Marinha Real de Marrocos e a consolidação da vertente internacionalização da atividade do estaleiro com este cliente internacional, com quem a Arsenal do Alfeite, S.A., tem trabalhado, fortalecido e estreitado relações desde 2012.

Na vertente internacionalização, por via dos projetos da Marinha Real de Marrocos, perspectiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das docagens simples, mas também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra dessa Marinha.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

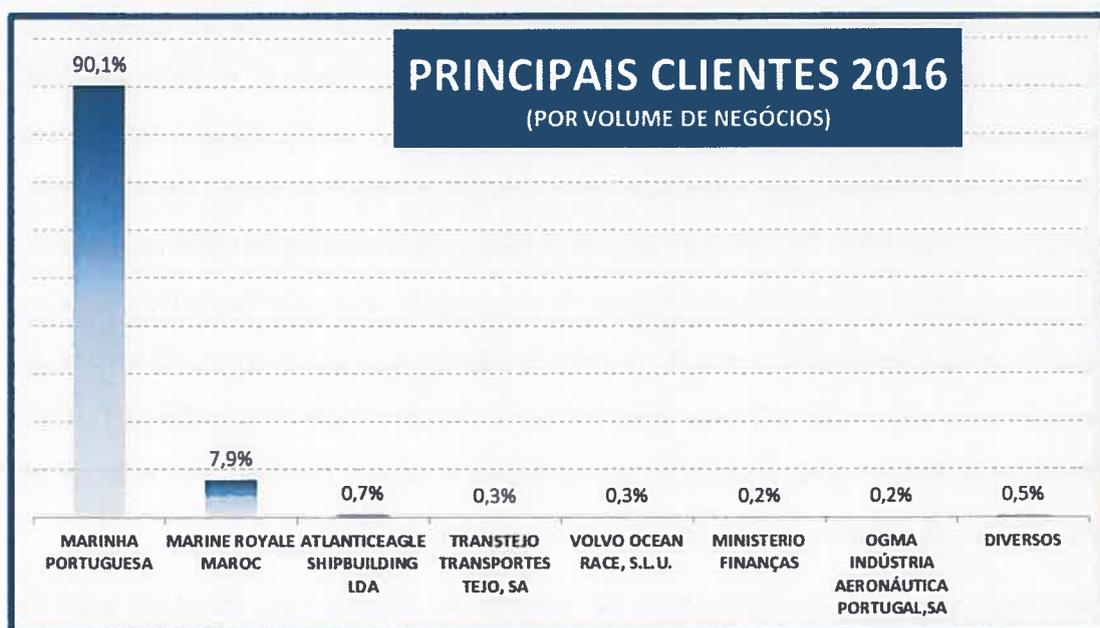
Ainda em 2016, a atividade de reparação naval relativa aos clientes não militares (nacionais e estrangeiros), especialmente a relativa os privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras para clientes distintos, dos quais se destaca a Transtejo, S.A.

A nível dos produtos especiais, centrados na manutenção e produção industrial, os principais clientes foram a Volvo Ocean Race (em virtude do estaleiro – *boatyard*- se encontrar agora sediado em Lisboa, na Doca de Pedrouços), o Ministério das Finanças, e as OGMA S.A. Tal como em anos anteriores, a atividade complementar do ano reforçou a perceção de que o mercado fora da esfera militar, embora atrativo em períodos de menor carteira de encomendas do cliente principal, é essencialmente caracterizado por aquisição de serviços de baixo valor acrescentado, com pouca incorporação de tecnologias de maior valor, em que a empresa detém capacidades e vantagem competitiva. No setor do desenvolvimento de projeto para clientes externos, este foi amplamente consolidado através da prossecução dos trabalhos subjacentes ao contrato para o desenvolvimento do projeto detalhado para um Ferry de 72 metros de comprimento destinado a Timor, para o cliente AtlanticEagle Shipbuilding Lda da Figueira da Foz, e que, recorde-se, materializou o maior contrato em volume de negócios em atividades que não associados a marinhas militares.

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A., moldada para se constituir como “one stop shop” (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa, esse sim centrado na reparação e construção naval militar. Para assegurar a competitividade da empresa no mercado da reparação naval comercial nacional será necessário explorar o estabelecimento de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos, de modo a assegurar a escala e o volume de negócios compatíveis com uma política de preços competitivos, já que em termos de uma abordagem pontual ao mercado constata-se haver uma prática de preços por pequenas empresas terceiras, dificilmente coadunável com aquelas de maior dimensão, que incorporam mais valor nos seus produtos.

Ao nível da reparação e manutenção industrial, o ano de 2016 pautou-se por um aumento do volume de negócios deste nicho de mercado, e em paralelo por uma maior diversificação da carteira de clientes.

Neste contexto, a figura a seguir representa os seis principais clientes do Estaleiro em 2016. Para além da Marinha Portuguesa, principal cliente, há a destacar a Marinha Real de Marrocos. A AtlanticEagle Shipbuilding Lda, a Transtejo S.A., a Volvo Ocean Race, o Ministério das Finanças, e as OGMA, S.A., foram também clientes a salientar no ano de 2016, pelos motivos anteriormente referidos.



Perspetiva setorial da Atividade

Ao nível da atividade interna setorial, no que se refere às atividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, em contra corrente com o que havia sucedido nos anos de 2012 a 2014, por via dos projetos das fragatas “Corte Real” e “Álvares Cabral”, e pelo cariz de raiz tecnológica do Programa dos navios da classe “Tejo”, em 2016 (tal como já ocorrido em 2015) verificou-se um melhor nivelamento de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Eletricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um nível de atividade compatível com as valências e capacidades existentes no estaleiro.

Handwritten signature and date: P. S. M. 12

Recorda-se que a assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas verificada entre 2012 e 2014 foi resultado da falta de navios militares com capacidade combatente real em reparação no estaleiro no âmbito de ações de manutenção planeada, ou seja, de fragatas em Revisão Intermédia, que *per si* acarretam uma muito maior incorporação de obra neste setor tecnológico. Finalmente, a Arsenal do Alfeite, S.A., tem vindo a ser, desde 2015, submetida, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, ao verdadeiro desafio de demonstrar as suas capacidades, de forma transversal e integrada dos sistemas, evidenciando a sua singularidade de estaleiro “one stop shop”.

Importa sublinhar à semelhança do expresso em anos anteriores, que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Eletrónica, são as que desenvolvem as atividades de maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A., a única entidade nacional capaz de as deter e integrar, o que faz a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (através da Marinha Portuguesa e da Força Aérea), procura essa insuficiente para suprir os encargos inerentes à existência dessas capacidades, representam um “custo de soberania”. O menor nível de recursos dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efetuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e conseqüentemente, do estaleiro manter em pleno a sua atividade nestes setores específicos. O ano de 2015 foi o primeiro em que se assistiu a uma inversão desta tendência, continuada em 2016, elemento indispensável à manutenção destas valências e capacidades.

Em todo caso, mercê do decréscimo da população fabril nesta gama de tecnologias militares devido a passagens à reforma (sem a necessária substituição devido às barreiras legislativas impostas), urge agora dotar o estaleiro com mão-de-obra rejuvenescida e capacitada, que venha a desenvolver a sua proficiência (processo oneroso, e que requererá diversos anos a concretizar), para assegurar as competências basilares à execução do trabalho técnico de elevada complexidade e qualidade.

Acresce que este nicho de tecnologias e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não só ao nível dos recursos humanos, mas também de atualização através de formação contínua e, acima de tudo, do exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que recorrer a este setor das tecnologias militares do estaleiro é substancialmente mais económico que subcontratar os fabricantes e demais empresas internacionais, cujos diferenciais de acréscimo de preço de mercado são superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, S.A..

Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

Reparação Naval Militar

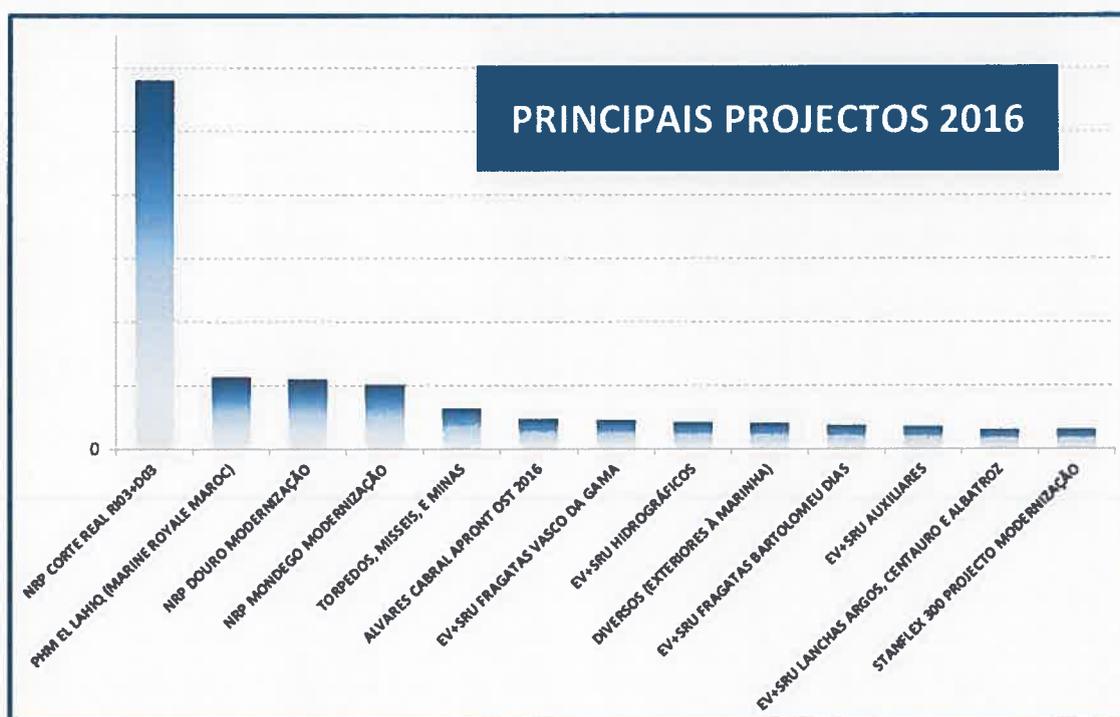
Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- Revisão Intermédia + Docagem da fragata "Corte Real", da Marinha Portuguesa;
- Grande Revisão (*Grand Carénage*) do patrulha PHM "El Lahiq" da Marinha Real de Marrocos - concluído;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Tejo", da Marinha Portuguesa;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Douro", da Marinha Portuguesa – em curso;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Mondego", da Marinha Portuguesa – em curso;
- Pequena Revisão da Fragata "Álvares Cabral", da Marinha Portuguesa - concluído;
- Docagem do NRP "Viana do Castelo", da Marinha Portuguesa - concluído;
- Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP "Tridente" e "Arpão", da Marinha Portuguesa – concluído;
- Docagem do Navio hidro-oceanográfico "Alm. Gago Coutinho", da Marinha Portuguesa - concluído;

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- Docagem do Navio hidro-oceanográfico “D. Carlos I”, da Marinha Portuguesa - concluído;
- Docagem do NRP “Águia”, da Marinha Portuguesa - concluído;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

A figura seguinte ilustra o impacto relativo dos principais projetos de 2016 no setor da reparação naval militar.



Reparação Naval Comercial

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projetos:

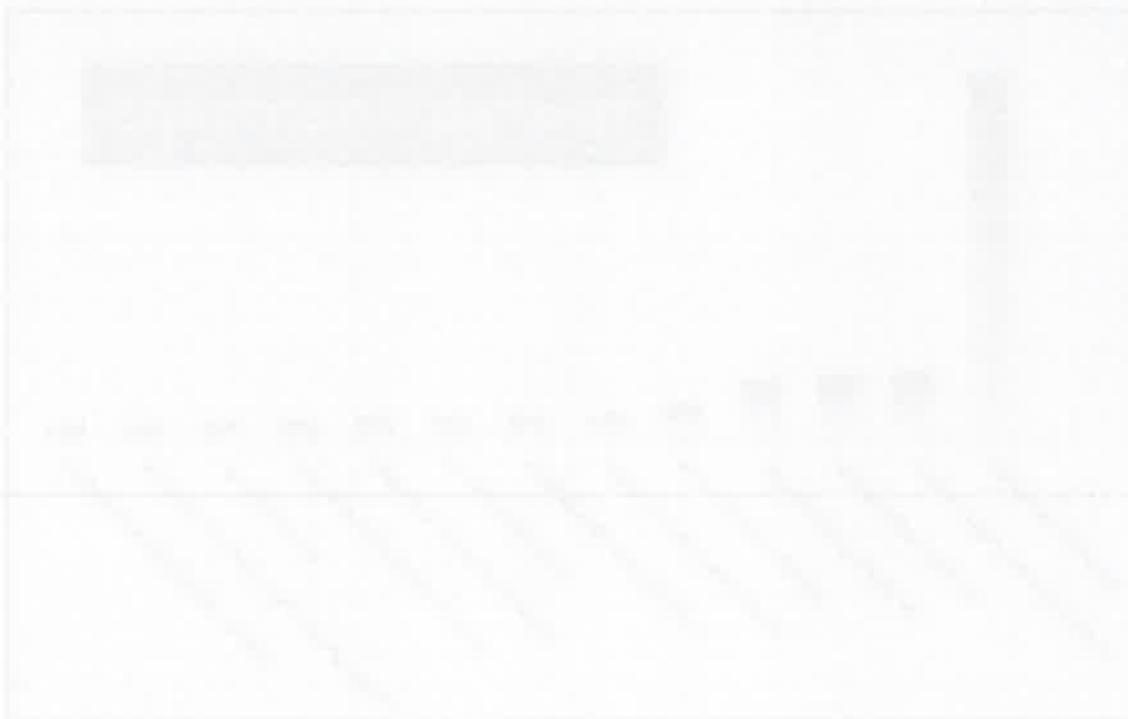
- Docagem do ferry “Almadense”, da Transtejo, S.A.;
- Reparação de componentes e subsistemas de bordo, de armadores diversos.

Construção Naval

Ao nível do setor de negócio da Construção Naval, das inúmeras ações desenvolvidas, há a referir o processo em curso que visa a construção de duas lanchas salva-vidas para

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional, a iniciar no primeiro trimestre de 2017 e eventual extensão para a construção de mais duas lanchas. Existiu, tal como anteriormente mencionado, um enorme acréscimo da atividade de projeto: 1) ao nível do desenvolvimento de projeto detalhado para produção (projeto do Ferry para Timor) e 2) ao nível do projeto de conceção das lanchas salva-vidas - que esgotou a capacidade desta área produtiva do estaleiro a partir da segunda metade de 2015 e durante todo o ano de 2016.



FLM
L2

IV - RECURSOS HUMANOS

P. L. M
L. B.

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

No final de 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A., conseguiu alcançar, pela primeira vez em sete anos de existência, um efetivo superior ao registado em 31 de dezembro do ano transato, cifrando-se em 507 em 31.12.2016 (estando 2 trabalhadores em situação de licença sem vencimento que não estão contabilizados) e em 500 em 31.12.2015.

Tal só foi possível com a admissão de um número considerável de trabalhadores (quando comparado com o número de admissões em anos anteriores) apesar das restrições à contratação impostas pela Lei do Orçamento do Estado bem como ao impacto, sempre relevante, dado o tipo de vínculo da grande maioria dos trabalhadores afetos a esta empresa, do número de saídas voluntárias. O processo de recrutamento e seleção de trabalhadores que deu origem à maioria das admissões mencionadas teve início ainda em 2015 a coberto da autorização concedida por via do Despacho de 28 de agosto de 2015 de S. Ex.^a a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

Assim, no ano de 2016 foram admitidos 33 novos trabalhadores, 27 dos quais para a categoria de Operário Naval, a desempenhar funções em especialidades tão diversas como caldeireiros de tubos, serralheiros mecânicos e civis, mecatrónicos e operadores de máquinas de elevação.

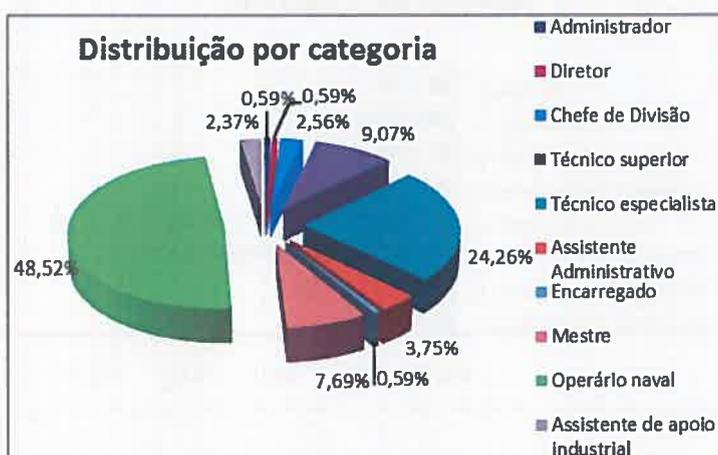
Salienta-se que o recrutamento externo foi precedido dos devidos procedimentos junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) visando a eventual admissão de funcionários em situação de requalificação ou noutras situações de mobilidade, mas sem resultados, pelo que se enveredou pela contratação nos termos do Código do Trabalho (alínea b) do n.º 3 do art.º 58.º da Lei do Orçamento do Estado de 2015).

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 31 de dezembro de 2016, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

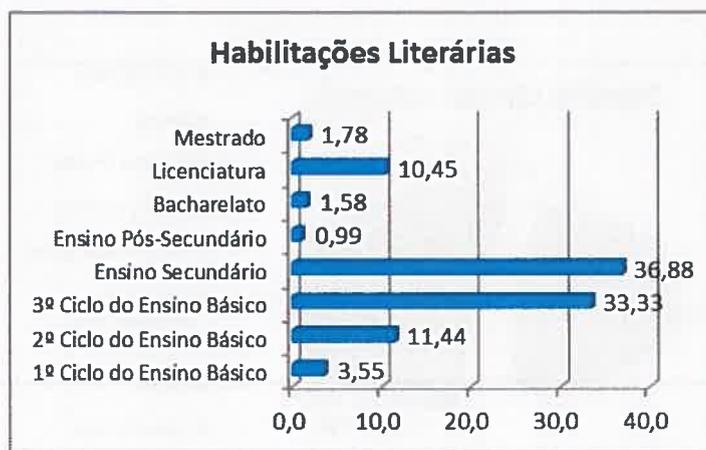
Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	3
Acordo de cedência de interesse público	412 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	10
Contrato de trabalho sem termo	36 (2 em comissão de serviço)
Contrato de trabalho a termo certo	43

A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, com uma idade média a rondar os 48 anos de idade e nas categorias de Operário Naval e Técnico Especialista:



M
P. L
CL

A idade média subiu ligeiramente face a 2015 situando-se nos 47,74 anos e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico (correspondendo no conjunto a 85,01% do efetivo), apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores. Regista-se, no entanto, a tendência continuada para a redução das frequências relativas ao primeiro e segundo ciclos do ensino básico. Note-se que no procedimento de recrutamento concluído em 2016 para a contratação de 27 Operários Navais foi dada preferência à titularidade de escolaridade igual ao ensino secundário.



Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 2016, o índice de ausências manteve-se praticamente inalterado, em relação a 2015, registando um valor de 7,33% (7,36% em 2015). No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 3,17%, ligeiramente inferior ao registado em 2015 que foi de 3,91%

A rotação externa, por sua vez, aumentou face ao ano anterior para os 5,6% (4,4% em 2015).

No ano de 2016 registou-se a saída de 24 trabalhadores. As saídas referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a cessações do acordo de cedência de interesse público por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas.

O número de entradas foi de 33 (registaram-se 10 admissões em 2015 e 23 em 2016), sendo 27 relativas a celebração de contratos de trabalho a termo certo (entretanto na sua maioria convertidos em contrato de trabalho sem termo), 1 relativa a celebração de acordo de cedência de interesse público e 5 relativas a comissão normal de serviço de pessoal militar.

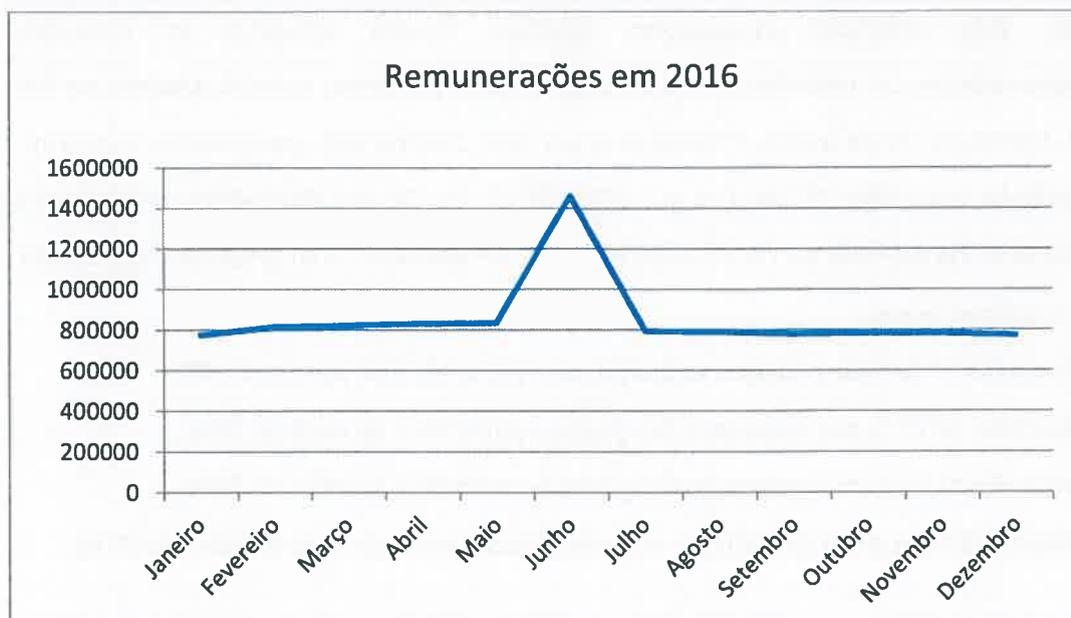
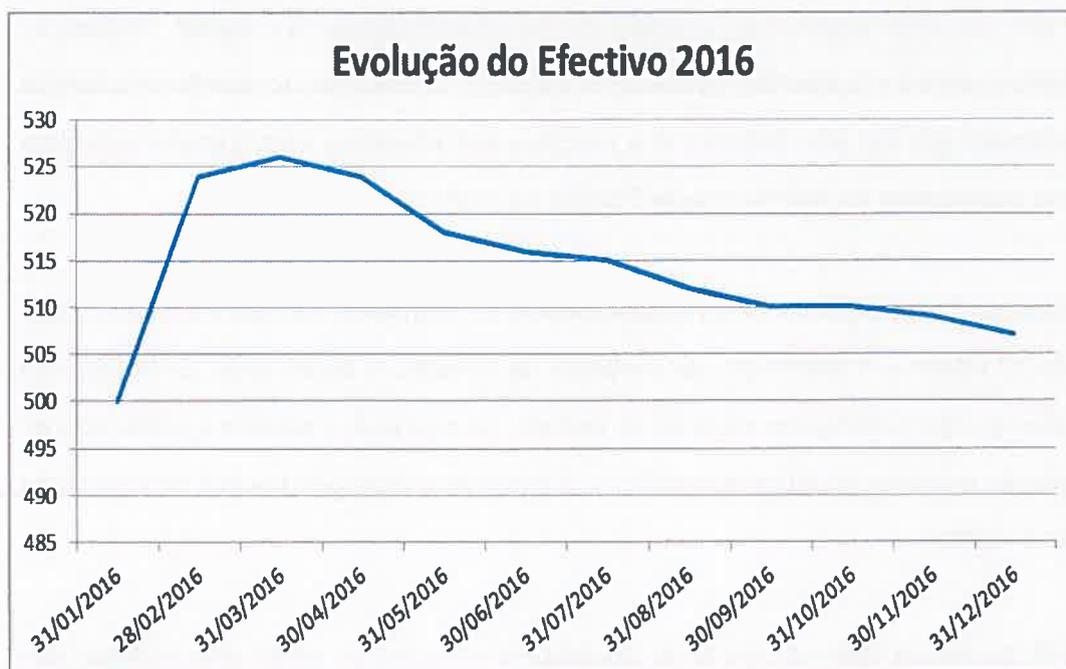
A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas atualizações salariais. Foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, particularmente, na Lei nº 7-A/2016, de 30 de março. Procedeu-se em 2016 à eliminação progressiva, conforme estipulado no artigo 2º da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com reversões trimestrais nos seguintes termos:

- a) Reversão de 40 % nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016;
- b) Reversão de 60 % nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016;
- c) Reversão de 80 % nas remunerações pagas a partir de 1 de julho de 2016;
- d) Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

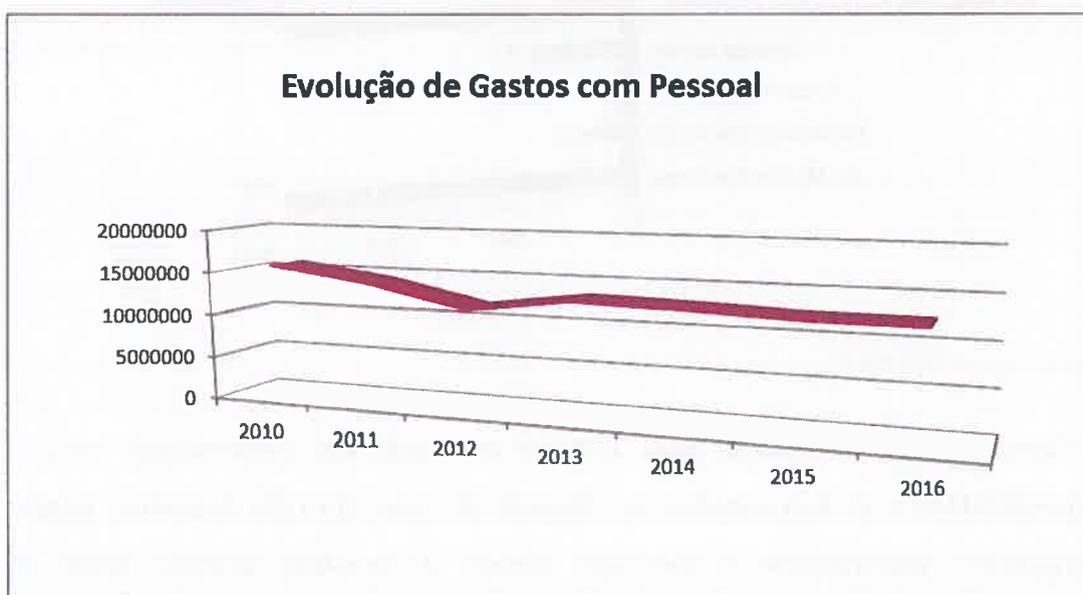
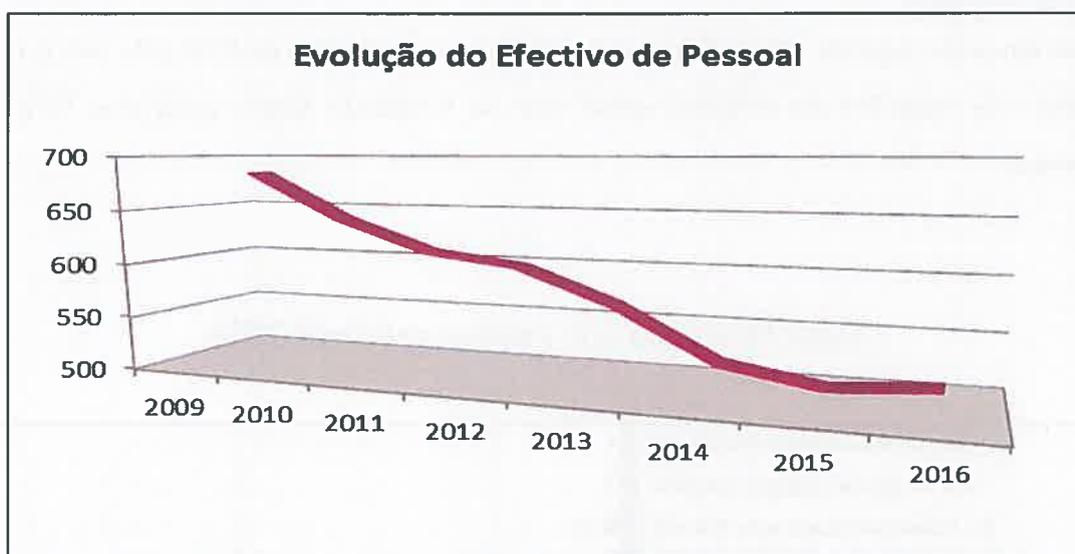
A eliminação progressiva das reduções remuneratórias, conforme mencionado, teve um impacto de aproximadamente 145.000,00 euros no montante salarial global da empresa.

A gestão de carreiras foi igualmente condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2016 pelo ligeiro aumento do efetivo ainda que, devido às diferenças salariais existentes entre o pessoal admitido e o pessoal que saiu, tenha existido uma diminuição dos encargos com remunerações permanentes.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O aumento do efetivo de pessoal, como já foi referido, marca um momento de contraciclo em relação aos anos anteriores em que a tendência foi de diminuição do efetivo. No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja registou-se uma ligeira diminuição. A oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e Natal nesse ano.

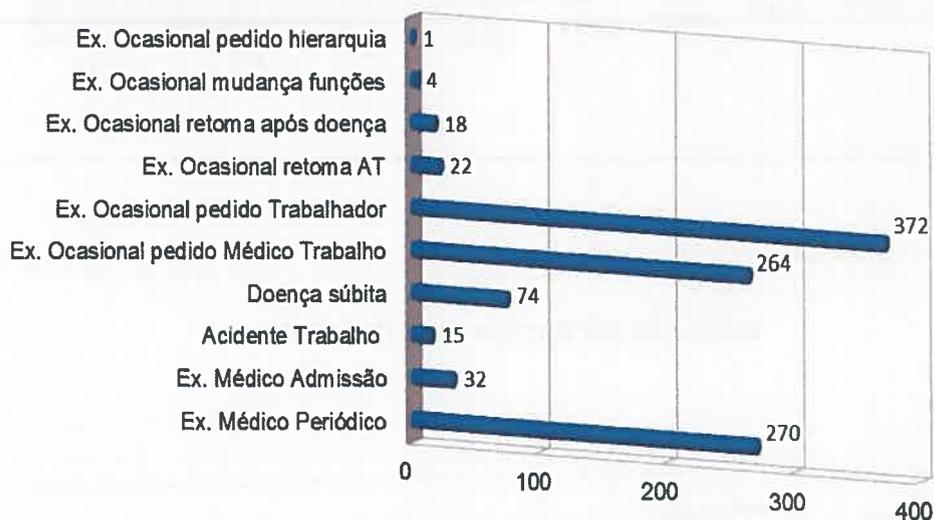


Saúde no Trabalho

A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2016 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 1072 exames.

Caracterização dos exames médicos 2016



Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2016 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa, desde o

Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

	2016	2015
Número de ações de formação frequentadas	98	54
Número de horas de formação ministradas	549	1186
Número de horas de formação recebidas	2.099	2542
Número de participantes	476	116

Comparando o ano de 2016 com o ano de 2015 verifica-se que se registou naquele um aumento substancial do número de ações de formação frequentadas (de 54 para 98) e do número de participantes (de 116 para 476) e uma redução no número de horas de formação (ministradas e recebidas). Salienta-se o programa de formação inicial para os 27 trabalhadores contratados, na sua maioria como primeiro emprego, como Operários Navais (com formação em, além de segurança industrial, diversas tecnologias).

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 45 estudantes (37 de cursos profissionais do ensino secundário, 4 do ensino superior e 4 a título individual) em 2016 (32 em 2015). Salienta-se que, no total, os estágios mencionados significaram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 14.500 horas que se traduzem em, aproximadamente, 1.810 dias.

Ação Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio pela Arsenal do Alfeite, S.A., à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Ano letivo de 2014/2015 – 17 crianças

Ano letivo de 2015/2016 - 15 crianças

Ano letivo de 2016/2017 – 22 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores foi organizada de 4 a 29 julho o campo de férias da Arsenal do Alfeite, S.A., com a participação de 48 crianças e jovens entre os 6 e os 17 anos.



Arsenalista +

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa foi criado o programa Arsenalista Mais com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, como melhor referido no

Relatório de Governo Societário.

Menciona-se também o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2016, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio de refeição diária pago aos trabalhadores.

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'M' and 'ck'.

Handwritten numbers '113' and '29' in blue ink.

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, para a aquisição de bens e serviços e de empreitadas. Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do Artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Assim a empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de fornecedores.

Em 2016 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

	Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	4	0,12%	10,47%
Concurso Público Urgente	1	0,03%	0,35%
Contratação Excluída	12	0,36%	6,57%
ANCP – UMC/MDN	4	0,12%	10,62%
Ajuste Direto	51	1,51%	25,41%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	9	0,27%	9,04%
Ajuste Direto Simplificado	3.276	97,59%	37,54

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Compras, salvo exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas num número muito superior a três), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também manter um conhecimento atual e pormenorizado do mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 90% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.

Durante o ano de 2016, foram efetuadas 3.357 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.967	88,39%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	314	9,36%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	70	2,10%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	3	0,09%
Superior ou igual a 100.000€	2	0,06%
	<u>3.357</u>	<u>100%</u>

No que respeita aos procedimentos de contratação adotados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

públicos”, e o recurso a acordos-quadro da Espap quanto à contratação de serviços de vigilância e limpeza.

Não foram celebrados quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€, não tendo, assim, sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas qualquer ato ou minuta, conforme determinado pelo Artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta diversas informações melhor descritas no Relatório de Governo da Sociedade.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais - não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal do Alfeite, SA, não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública em liquidação (a Empordef, SGPS, SA, em liquidação).

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016, nomeadamente o seu Artigo 31º, determina, que “o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 3 %”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário ou outro, como se pode ver no quadro seguinte.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado (€)	2015	2016	Var.Absol	Var. %
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

P. L. M
C 2

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2016 encerrou com um resultado líquido moderadamente negativo, refletindo a decisão do Conselho de Administração de preservar as competências e capacidades a que a Arsenal do Alfeite, S.A., está legalmente obrigada no âmbito do contrato de serviço público de manutenção e reparação dos meios navais da Marinha Portuguesa, pese embora o decréscimo das receitas provenientes da Marinha Portuguesa e a ausência de novas contratações por parte da Marinha Real de Marrocos. Apesar da redução operada nos gastos operacionais em 2016, tal não foi suficiente para obviar a uma mais significativa redução da receita.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continua a enfrentar enormes desafios, decorrentes do complexo enquadramento em que está inserida e dos objetivos estratégicos que se lhe colocam, perspetivando o ano de 2017 como um ponto de viragem no futuro do estaleiro, sem fazer perigar a sustentabilidade e a prosperidade da empresa, conforme plasmado na mensagem do Conselho de Administração.

Na vertente operacional do negócio, a Arsenal do Alfeite, S.A. procurará dar continuidade e aprofundar a sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, incluindo a manutenção extensiva dos submarinos, para a qual já se está a preparar, consolidar a vertente de internacionalização com a Marinha Real de Marrocos ao nível da construção e reparação naval e concretizar o programa de aprontamento de três corvetas a transferir para a República das Filipinas. A empresa continuará a aplicar as demais capacidades na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval. A Arsenal do Alfeite, S.A., continuará também empenhada no aproveitamento de oportunidades que lhe permitam consolidar a atividade de construção naval que se sabe será retomada em 2017 com a construção de pelo menos dois salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

A capacitação da empresa para reparar submarinos nas suas instalações, já a partir de 2018, é o desígnio que condicionará a gestão de 2017 ao nível do investimento em



RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

infraestruturas portuárias (ampliação da existente doca seca com segmentação interna), em instalações oficinais e equipamento oficial e em formação dos recursos humanos, o que será realizado, num primeiro momento, através da aplicação de parte (10 M€) do capital próprio realizado, mutuado ao acionista, e devolvido nos primeiros dias de 2017.

No que se refere à implementação da Plataforma Naval Global, e partindo das iniciativas já desenvolvidas no ano de 2015, continuar-se-á a procurar que sirva de base à criação do Centro Industrial e Tecnológico de Defesa do Arsenal do Alfeite (*Start-Up Defesa Alfeite*).

Pretende-se continuar a promover o empreendedorismo, a formação e o desenvolvimento de competências navais que permitam explorar sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

Na medida das orientações que entretanto forem superiormente veiculadas, haverá que clarificar e consolidar políticas e posições que preencham os requisitos necessários para se proceder à separação entre a gestão da infraestrutura e a atividade do estaleiro operador e de outros operadores que venham a estabelecer-se no perímetro da área de concessão da Arsenal do Alfeite, S.A.

Em matéria de gestão corrente da Arsenal do Alfeite, S.A., na vertente da operação, continua a afigurar-se essencial prosseguir com o recrutamento de novos recursos humanos, tendo em vista assegurar as condições indispensáveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, que se subsumem na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios e outros meios da Marinha ou de outros ramos das Forças Armadas e forças de segurança.

A empresa continuará a potenciar o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações de *team building*,

da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais, da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e da aposta na sua formação.

Por isso, será incrementado o esforço na qualificação e potenciação dos trabalhadores, quer novos, quer já no efetivo, de modo a dar continuidade à formação interna ministrada por recursos humanos da própria empresa a novos trabalhadores, ainda no ano de 2016, dinamizando a denominada “Escola de Formação de Alfeite” e valorizando a utilização das notáveis instalações escolares e oficinas afetas à formação, tanto pela própria empresa, como por entidades terceiras, ou através de parcerias com outras entidades devidamente certificadas.

Ainda no domínio da gestão corrente e no que respeita às tecnologias da informação, procurar-se-á, através de recursos internos com *know-how* dos processos e do desenvolvimento de *software*, dar continuidade aos desenvolvimentos operados em 2016 no sistema de informação corporativo (designado “SIAGIP”), implementando novas valências e aperfeiçoando as existentes a par da melhoria do parque informático da empresa e da introdução de novos hábitos de acesso e de mobilidade e de alterações nos sítios internet e intranet da empresa. Para o efeito, concluir-se-á o desenvolvimento dos processos de negócio da empresa (BPM) e a sua integração no SIAGIP, continuando a melhorar por esta via a qualidade dos dados e atualizar-se-ão as ferramentas de *Business Intelligence* (AGE e rAG) já em uso.

No plano mais alargado da requalificação ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., continuará a desenvolver as ações necessárias para, num prazo máximo de três anos, transformar em definitivo o licenciamento industrial e ambiental provisório obtido em 2016, de que são exemplo a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), a contenção de efluentes nas docas e planos inclinados, para garantir a recolha e posterior tratamento de águas residuais e o encaminhamento das descargas de emissões gasosas.

Do ponto de vista do ambiente, da segurança e da melhoria das condições de trabalho, mantém-se a prioridade de resolver, no curto prazo, situações que requerem maior

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

atenção, reformulando as cabines de pintura e de soldadura, adquirindo novos andaimes e substituindo as coberturas de algumas oficinas.

A valorização do património histórico documental da Arsenal do Alfeite continuará a merecer uma atenção especial, pelo que serão tomadas iniciativas no sentido de encontrar as melhores soluções para a sua preservação e disponibilização ao público em geral.

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, SA, encerrou o exercício financeiro de 2016 com um resultado líquido negativo de 1.882,10 m€ (milhares de euros), o que representa um decréscimo de 1.931,89 m€ relativo ao exercício anterior.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Rendimentos Operacionais	17.089,25	19.416,17
Gastos Operacionais	15.833,73	16.315,10
Resultado Operacional	1.255,53	3.101,06
Gastos de depreciação e amortização	3.355,50	3.363,28
Resultado Financeiro	267,74	331,14
Imposto sobre o Rendimento do Período	49,86	19,14
Resultado Líquido do Período	-1.882,10	49,79

O resultado de 2016 reflete uma redução dos rendimentos operacionais relativamente a 2015, consequência da menor atividade do estaleiro. Os gastos associados à atividade produtiva também se reduziram, embora a sua expressão não tenha sido tão acentuada, dadas as obrigações de manutenção de competências técnicas a que a empresa está legalmente obrigada, com repercussões diretas nos incontornáveis gastos fixos com pessoal. Todavia, foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos, em particular, dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

M
CL

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Os rendimentos operacionais atingiram assim 17.089,25 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 12% face a 2015 (uma quebra de 2.326,96 m€), com ênfase nos Serviços Prestados.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Vendas	8,89	1,24
Serviços Prestados	13.687,46	15.753,54
Subsídios à Exploração	-	22,27
Trabalhos para a Própria Entidade	336,21	794,07
Imparidade de Dívidas a Terceiros	158,95	9,80
Provisões	80,24	-
Outros Rendimentos	2.817,49	2.835,25
Rendimentos Operacionais	17.089,25	19.416,17

A rubrica dos “Serviços Prestados” foi afetada pelo baixo nível de execução verificado nos trabalhos de modernização do NRP Mondego e do NRP Douro, o que ficou a dever-se ao atraso na contratação das respetivas encomendas por parte da Marinha Portuguesa, que ocorreu apenas e parcialmente em dezembro de 2016, bem como pela demora na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
D1 - Reparação Naval – militar	12.733,53	12.735,02
D1 - Reparação Naval - militar internacional	542,59	2.649,59
D2 - Reparação Naval - não militar	74,17	38,03
D3 - Construção	93,50	133,50
D4 - Manutenção Industrial	50,73	1,50
D5 - Laboratórios	107,49	80,67
D6 - Outros	85,44	115,24
	13.687,46	15.753,54

Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 336,21 m€, correspondem a um decréscimo de 58% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2016 foram

P. U. M.
CL2

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

realizados trabalhos internos não só de reparação e de melhoramento do Plano Inclinado nº 1, com a manufatura de dois novos carros de alagem, mas também de remodelação do parque de resíduos sólidos.

Ainda com impacto nos proveitos operacionais, de referir a reversão da imparidade de dívidas a terceiros no montante de 158,95 m€, em resultado do recebimento de várias faturas de um cliente, sobre as quais foi opção da empresa constituir, no exercício de 2011, uma imparidade dado existir incerteza na recuperação do crédito.

No que diz respeito à rubrica “ Outros Rendimentos”, a variação face ao ano anterior deve-se à diminuição do montante do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	€							
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Subsídio não monetário	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85	95.020.327,44
Rédito do ano	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31	2.884.315,65	2.884.571,76	961.523,59
	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85

Por seu turno, os gastos operacionais em 2016 ascenderam a 15.833,73 m€, correspondendo também a um decréscimo de cerca de 3% relativamente ao valor alcançado em 2015.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
CMVMC	1.044,75	1.174,93
FSE	2.021,28	2.358,40
Gastos Pessoal	12.754,55	12.653,78
Imparidade	-	-
Provisões	-	80,24
Outros Gastos	13,14	47,74
Gastos de D e de Amortização		
Gastos Operacionais	15.833,73	16.315,10

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 1.044,75 m€, valor abaixo do observado em 2015, e que reflete o já referido decréscimo da atividade produtiva.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um decréscimo de 14% face ao ano anterior, o que se justifica igualmente pelo facto dos gastos com subcontratação afetos diretamente à atividade produtiva se terem também reduzido de modo sensivelmente proporcional.

M
P. S.
U2

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

(Valores expressos
em milhares de
Euros)

	2016	2015
Subcontratos	570,55	922,14
Trabalhos Especializados	82,03	120,66
Publicidade e Propaganda	12,75	6,50
Vigilância e Segurança	94,64	94,29
Honorários	62,00	48,59
Conservação e Reparação	53,92	65,24
Materiais	44,38	28,40
Eletricidade	350,83	361,55
Combustíveis	21,44	23,76
Gás	40,06	48,48
Deslocações, Estadas e Transporte	52,84	34,25
Rendas e Alugueres	148,79	140,34
Comunicação	19,09	18,32
Seguros	129,52	123,28
Contencioso e Notariado	0,11	1,11
Despesas de Representação	7,25	5,25
Limpeza, Higiene e Conforto	304,42	311,29
Diversos	26,66	4,95
	2.021,28	2.358,40

Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se a redução na rubrica “Trabalhos Especializados”, resultante da circunstância de em 2015 ter havido lugar a despesas extraordinárias com serviços especializados destinados a melhorar o desempenho ambiental da empresa.

Os gastos com “Deslocações, Estadas e Transporte” sofreram um acréscimo face a 2015, o que se justifica pelas iniciativas de desenvolvimento de negócio fora de Portugal no âmbito da vertente estratégica de internacionalização da atividade do estaleiro e pela necessidade de proceder a ações corretivas em Marrocos relativas ao período de garantia do navio da Marinha Real Marroquina PHM El-Lahiq, o que decorreu entre maio e dezembro de 2016.

Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 12.754,55 m€, evidenciando um muito ligeiro acréscimo face a 2015.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2016	2015
Órgãos Sociais		
Remunerações	221,16	237,01
Encargos sobre Remunerações	51,89	54,00
Seguro de Saúde	1,32	1,66
	<u>274,36</u>	<u>292,67</u>
Pessoal		
Remunerações	9.948,79	9.881,91
Encargos sobre Remunerações	2.217,08	2.205,51
ADSE		
Seguro de Saúde	65,92	41,36
Seguro de Acidentes no Trabalho	144,09	138,68
Gastos de Ação Social	60,18	55,73
Outros Gastos	44,13	37,93
	<u>12.480,19</u>	<u>12.361,11</u>
	<u>12.754,55</u>	<u>12.653,78</u>
Números de RH no final do período	509	500

O decréscimo observado nas remunerações dos órgãos sociais resultou do acerto de contas realizado, em 2015, aquando da saída de funções, em 24 de abril de 2015, dos elementos do Conselho de Administração eleitos para o triénio 2012-2015.

O acréscimo observado nos gastos com pessoal resultou do aumento do efetivo e da extinção progressiva, preconizada na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, com base em reversões trimestrais, ao longo de 2016, nos seguintes moldes:

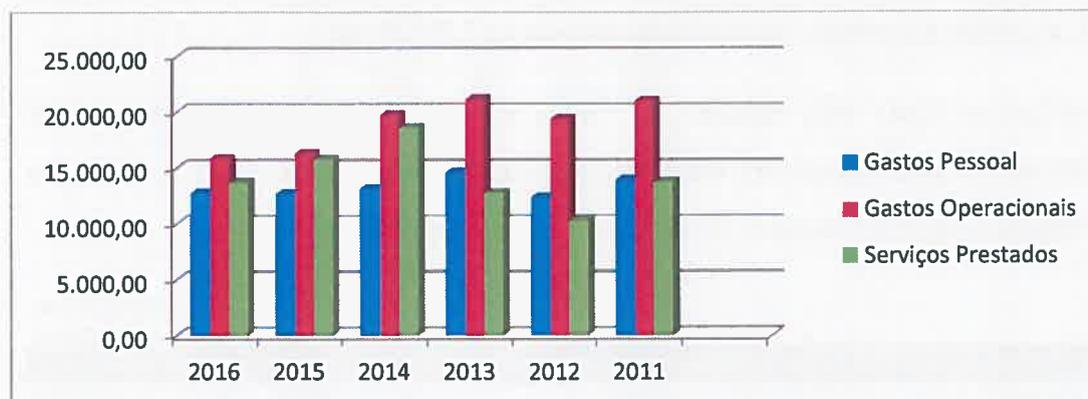
- Reversão de 40 % a partir de 1 de janeiro de 2016;
- Reversão de 60 % a partir de 1 de abril de 2016;
- Reversão de 80 % a partir de 1 de julho de 2016;
- Eliminação completa a partir de 1 de outubro de 2016.

Importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância do trabalho nos serviços por ela

Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar. É também de salientar que, nos últimos três anos, o rédito obtido com serviços prestados tem sido sempre superior aos gastos fixos com pessoal.



Os “Resultados Financeiros” que, à data de 31 de dezembro de 2016, ascenderam a 267,75m€, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à acionista única Empordef (SGPS), S.A., em liquidação (268,43m€). Face a anos anteriores regista-se a tendência de diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares obtidos dado essencialmente à redução do capital em dívida. Foram realizadas duas amortizações do empréstimo na sequência das deliberações da Comissão Liquidatária da Empordef (SGPS), SA, em liquidação, de 19 de agosto e de 30 de setembro de 2015.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 1.882,10 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2016 apresenta um ativo líquido 103.681,79 m€, tendo registado um decréscimo de 4.083,45 m€ em relação a 31 de dezembro de 2015.

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2016	2015
Ativo não corrente	77.899,33	80.525,36
Ativo corrente	25.782,45	27.239,88
Total do Ativo	103.681,79	107.765,24

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O nível de investimento em ativos tangíveis realizado em 2016 no montante de 743,97 m€, não superou as depreciações do ano no montante de 3.354,61 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, SA, ao abrigo do contrato de concessão ascendeu a 2.776,28 m€.

Verificou-se ainda uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 1.457,43 m€, determinado pela redução da rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em resultado da necessidade de financiamento da atividade operacional da Empresa.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Inventários	366,20	362,67
Clientes	32,91	118,94
Estado e outros entes públicos	5,40	203,68
Outros créditos a receber	15.165,18	15.501,12
Diferimentos	13,98	6,56
Caixa e depósitos bancários	10.198,77	11.046,91
	25.782,45	27.239,88

Dado a empresa não ter tido que efetuar pagamentos por conta de IRC em 2016, o saldo da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” decresceu quando comparado com o ano anterior.

Observa-se ainda uma redução na rubrica “Outros Créditos a Receber” que resultou essencialmente: (i) do reconhecimento de juros contratuais do empréstimo concedido à Empordef (SGPS) (265,14 m€) e (ii) da variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos realizados e não faturados (- 601,66 M€).

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Capital próprio	80.567,13	84.600,85
Passivos não correntes	16.065,37	16.770,27
Passivos correntes	7.049,28	6.394,12
Total do Capital Próprio e Passivo	103.681,79	107.765,24

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O “Capital Próprio “ decresceu 4.033,71 m€, para os 80.567,13 m€, no final do ano 2016. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes líquido de imposto (- 2.151,62 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2016.

Em termos de “ Passivo Total”, no final do exercício de 2016, verificou-se um ligeiro decréscimo pouco significativo quando comparado com o ano anterior.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
<u>Passivos não correntes</u>		
Provisões	-	80,24
Outras dívidas a pagar - Imposto referente ao subsídio não monetário	16.065,37	16.690,03
	16.065,37	16.770,27
<u>Passivos correntes</u>		
Fornecedores	468,97	257,98
Adiantamentos de clientes	317,07	105,96
Estado e outros entes públicos	1.544,83	1.075,69
Outras dívidas a pagar	2.619,60	2.632,71
Diferimentos	2.098,81	2.321,78
	7.049,28	6.394,12
	23.114,65	23.164,39

As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-626,66 m€);
- ❖ À variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos faturados mas não realizados (- 222,18 m€);
- ❖ Ao aumento nas dívidas ao Estado e outros entes públicos justificado pelo incremento do IVA a pagar;
- ❖ Ao aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores; e
- ❖ Ao registo de um adiantamento de um cliente, recebido no final do ano por conta da aquisição de material a incorporar num projeto.

Handwritten signature and initials

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Handwritten signature and initials
M
K

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2016 no montante de 1.882.097,38€ (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, noventa e sete euros e trinta e oito cêntimos).

Alfeite, Almada, 20 de março de 2017.

O Conselho de Administração



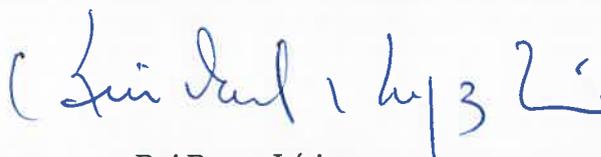
Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)

**Anexo I - CUMPRIMENTO DAS
ORIENTAÇÕES LEGAIS**

Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

2. Gestão do risco financeiro e endividamento

Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório.

3. Limite de crescimento do endividamento

Não aplicável – a empresa não tem endividamento.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, sendo, ainda, de atender ao Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*arrears*”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores nos anos de 2016 e 2015, nos termos da legislação acima mencionada, encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2016	2015	Variação 2016/2015	
			Valor	%
Prazo (dias)	71,12	43,18	27,94	65

Em 31 de dezembro de 2016, os prazos de pagamento das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram inferiores a 90 dias:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1.º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	468.378,45	-	-	-	-
Aquisição de Capital	65.370,51	-	-	-	-
Total	533.748,96	-	-	-	-

5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente Relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto no Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro) destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (Euros)			
Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Andreia Fernandes Ventura	60	384,57	
Miguel Silva Pereira	50	113,91	
Rui Rapaz Lérias	50	163,05	

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Nome	Média do Plafond Mensal	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (Euros)			Observações
	Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Andreia Fernandes Ventura	421,88	1.693,96	920,94	2.614,90	-
Miguel Silva Pereira	337,50	1.868,89	1.110,78	2.979,67	-
Rui Rapaz Lérias	391,95	1.637,63	616,26	2.253,89	-

Esta matéria encontra-se aprofundada no âmbito do Relatório de Governo Societário (capítulo referente às Participações Sociais e Obrigações Detidas) no que se refere à inexistência de conflitos de interesses.

8. Despesas Não Documentadas

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e o art.º 11.º do do Estatuto do Gestor Público é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2016 qualquer despesa não documentada.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado, aprovado e publicado um “relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres”.

De acordo com Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres referente a 2016, neste ano os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 94,35%, enquanto as mulheres representavam 5,65%, mas as

P. U. M
12

mulheres auferiram de remuneração média mais 32,91% do que os homens e, em ganho médio, mais 33,09%.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A., oportunamente elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente, estando em fase de elaboração a revisão do Plano com vista à sua atualização.

Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados.

11. Contratação Pública

Ponto refletido no capítulo V do presente relatório.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

Recorreu ainda a acordos-quadro da ESPAP, enquanto entidade voluntária, para aquisição de serviços de vigilância e de limpeza.

13. Frota Automóvel

Não obstante a frota da Arsenal do Alfeite, S.A., não integrar o Parque de Veículos do Estado, foi tido em consideração o determinado no n.º 3 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril sobre a redução de viaturas e gastos associados, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016, aprovado

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, além do indicado no Despacho n.º 1182/13-SET, de 12 de junho, e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro.

Recorde-se que aquele diploma legal determina que as rubricas de gastos associados à frota automóvel devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014 ou a 31 de dezembro de 2015, consoante o que apresentar o menor valor, e que deve ser assegurada a redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, face a 31 de dezembro de 2015, maximizando o seu uso comum (salvo no que respeita à aquisição onerosa de veículos elétricos, em que se aplica o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 21 de abril, e 55 -A/2010, de 31 de dezembro).

Assim, foram significativamente reduzidos os gastos associados à frota automóvel, nomeadamente pela redução do número de contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) existente na empresa, o qual passou de 22 em 2013 para apenas 7 em 2015, valor que se manteve em 2016 por impossibilidade de maior redução. Por outro lado, foram ainda reduzidos os valores das rendas contratuais das viaturas alocadas aos gestores e dirigentes.

Para além das viaturas em regime de AOV, dispõe a empresa de 22 veículos da sua propriedade, os quais transitaram do extinto Arsenal do Alfeite, com idade média superior a 20 anos e com despesas de manutenção significativas e imprevisíveis. De se denotar que a frota é maioritariamente constituída por veículos pesados de passageiros e mercadorias, os quais, maximizando-se o seu uso comum, são alocados às atividades fabris que requerem a deslocação de trabalhadores e ferramentas.

14. Medidas de redução de gastos operacionais

Segundo o art.º 31.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril). Assim, à semelhança do ano anterior, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

(Valores expressos em Euros)

PRC	Metas	2016	2015	2014	2010	2016 /2015		2016/2010	
						Valor Absol	Var %	Valor Absol	Var %
(0) EBITDA		1.255.526,26	3.101.060,40	5.677.687,43	6.265.363,24	-1.845.534,14	-59,51%	-5.009.836,98	-79,96%
(1) CMVMC		1.044.750,49	1.174.932,08	1.124.271,68	2.278.641,27	-130.181,59	-11,08%	-1.233.890,78	-54,15%
(2) FSE		2.021.282,33	2.358.403,89	2.045.848,51	4.733.652,02	-337.121,56	-14,29%	-2.712.369,69	-57,30%
(3) Gastos com Pessoal		12.754.554,93	12.653.782,88	13.157.534,90	16.348.583,60	100.772,05	0,80%	-3.594.028,67	-21,98%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		-	2.844,47	-	-	-	-	-	-
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		142.447,86	-	-	-	-	-	-	-
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	Redução em 15% face a 2010	15.678.139,89	16.184.274,38	16.327.655,09	23.360.876,89	-506.134,49	-3,13%	-7.682.737,00	-32,89%
(7) Volume de Negócios		13.696.353,95	15.754.775,31	18.647.117,72	26.885.406,10	-2.058.421,36	-13,07%	-13.189.052,15	-49,06%
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	Redução face a 2015	1,14	1,03	0,88	0,87				
Comunicações	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	19.087,93	18.316,17	19.823,06	45.717,79	771,76	4,21%	-26.629,86	-58,25%
Deslocações/ Estadas	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	52.301,81	34.223,40	30.945,78	78.977,08	18.078,41	52,82%	-26.675,27	-33,78%
Ajudas de Custo	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	17.805,99	3.765,29	6.099,60	50.158,97	14.040,70	372,90%	-32.352,98	-64,50%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		509	500	522	n.a	9,00	1,80%	n.a	n.a
Nº de Órgãos Sociais (OS)		3	3	3	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Nº de Cargos de Direção (CD)		18	18	17	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Nº de trabalhadores (sem OS e sem CD)		488	479	502	n.a	9,00	1,88%	n.a	n.a
Nº trabalhadores/Nº de CD		27,11	26,61	29,53	n.a	0,50	1,88%	n.a	n.a
Nº de viaturas	Redução face ao ano anterior	29	29	29	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	87.187,68	83.289,80	106.191,90	n.a	3.897,88	4,68%	n.a	n.a

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução desfavorável apesar da redução desses gastos. Esta evolução resulta de um decréscimo de 13,07% (- 2,1 M€) no volume de negócios, acompanhado pelo decréscimo de 2,3% (- 0,37 M€) desses principais gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes).

M
P.L.
C12

A diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos gastos com fornecimentos e serviços externos estão relacionados com a redução de atividade, com as medidas de racionalização de serviços e com a contenção de custos implementada pela empresa.

Os gastos com pessoal (com o efeito da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória) aumentaram em cerca de 0,8% (+0,1 M€).

No ano de 2016, registou-se um ligeiro aumento dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2015, embora inferior ao valor registado no exercício de 2014.

Os gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo sofreram um acréscimo face a 2015, essencialmente justificado pelo desenvolvimento de negócio fora de Portugal e pela consolidação da vertente internacional da atividade do estaleiro. No corrente ano, foi concluída a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq” (30 de maio de 2016) e decorreu o período contratual de garantia (seis meses) que motivou diversas deslocações de técnicos da empresa a Marrocos.

No que se refere aos gastos associados à frota automóvel, salienta-se que em 2014 a Arsenal do Alfeite, S.A., procedeu a uma redução significativa de viaturas, tendo passado de 22 contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) para apenas 7 contratos. O acréscimo dos gastos com viaturas em comparação com o período homólogo decorre essencialmente do acréscimo de despesas imprevisíveis (manutenção inopinada) em veículos propriedade da empresa como se pode ver no quadro seguinte. Estes veículos (22) transitaram do extinto Arsenal do Alfeite e têm uma idade média superior a 20 anos. Note-se o aumento no aluguer de viaturas devido a aluguer de viatura em Itália para trabalhadores aí colocados no âmbito de um programa de formação relativo à manutenção de torpedos dos submarinos.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015	variação
Conservação e reparação	7.237,71	4.939,23	2.298,48
Combustíveis	21.440,08	20.699,76	740,32
Portagens	7.384,28	7.096,80	287,48
Estacionamentos	766,60	570,50	196,10
Aluguer de viaturas	45.333,12	44.252,88	1.080,24
Seguros	5.025,89	5.730,63	-704,74
	<u>87.187,68</u>	<u>83.289,80</u>	<u>3.897,88</u>

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Através do Despacho n.º 218/16 – SEATF, Sua Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Dr. Ricardo Mourinho Félix, dispensou temporariamente a Arsenal do Alfeite, SA, até 30 de junho de 2016, do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. Esta empresa deu cumprimento ao determinado tendo, depois de terminado o período de transição permitido (em que cerca de 0,1% dos seus depósitos se encontravam no Banco Santander Totta), no segundo semestre de 2016, concentrado todas as suas disponibilidades na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE. Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras e de a empresa não ter obtido qualquer rendimento no Banco Santander Totta, não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não se verificaram, no ano de 2016, quaisquer recomendações decorrentes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

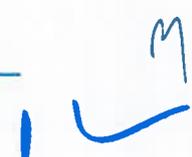
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

do Alfeite, SA, não ser diretamente o Estado, representado Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública em liquidação (a Empordef, SGPS, SA, em liquidação).

Informação	Divulgação		Comentários
	S/N/ NA	Data Atualização	
Estatutos	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file102_pt.pdf
Caracterização da Empresa	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=101
Função de tutela e acionista	S	2017	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Esforço Financeiro Público	NA		-
Ficha Síntese	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file185_pt.pdf
Informação Financeira histórica e atual	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Outras transações	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
- Económico	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo		2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Código de ética	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109

Handwritten signature and date:

 12/12

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

P. U. M.
P. U. M.
12
[Signature]

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



P. V. M.
77 *c22*

AA

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	8	77 892 269,79	80 502 901,28
Ativos intangíveis	9	807,67	1 707,19
Participações financeiras - outros métodos	10	6 257,30	2 697,05
Ativos por impostos diferidos	23		18 054,45
Total de ativos não correntes		77 899 334,76	80 525 359,97
Ativos correntes			
Inventários	12	366 204,54	362 669,54
Clientes	13	32 913,19	118 936,74
Estado e outros entes públicos	20	5 401,30	203 679,69
Outros créditos a receber	14	15.165.185,80	15.501.117,10
Diferimentos	22	13 975,26	6 559,32
Caixa e depósitos bancários	6	10 198 771,24	11 046 914,76
Total de ativos correntes		25 782 451,33	27 239 877,15
TOTAL DO ATIVO		103 681 786,09	107 765 237,12
Capital próprio			
Capital subscrito	15	32 400 000,00	32 400 000,00
Reserva legal	15	299 152,72	296 663,40
Resultados transitados	15	-7 738 964,98	-7 786 262,13
Outras variações no capital próprio	16	57 489 043,40	59 640 659,29
Resultado líquido do período		-1 882 097,38	49 786,47
Total do capital próprio		80 567 133,76	84 600 847,03
Passivos não correntes			
Provisões	17		80 242,00
Outras dívidas a pagar	16	16 065 367,43	16 690 030,11
		16 065 367,43	16 770 272,11
Passivos correntes			
Fornecedores	18	468 969,56	257 976,31
Adiantamentos de clientes	19	317 073,16	105 960,35
Estado e outros entes públicos	20	1 544 827,30	1 075 686,10
Outras dívidas a pagar	21	2 619 602,33	2 632 712,67
Diferimentos	22	2 098 812,55	2 321 782,55
Total de passivos correntes		7 049 284,90	6 394 117,98
TOTAL DO PASSIVO		23 114 652,33	23 164 390,09
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		103 681 786,09	107 765 237,12

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Contabilista Certificado



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Conselho de Administração



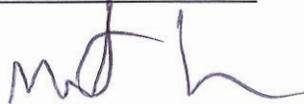
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS
FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Vendas e Serviços prestados	24	13 696 353,95	15 754 775,31
Subsídios à exploração	25		22 272,03
Trabalhos para a própria entidade	8	336 213,43	794 071,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1 044 750,49	-1 174 932,08
Fornecimentos e serviços externos	26	-2 021 282,33	-2 358 403,89
Gastos com pessoal	27	-12 754 554,93	-12 653 782,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	158 948,95	9 799,10
Provisões (aumentos/reduções)	17	80 242,00	-80 242,00
Outros rendimentos	28	2 817 493,01	2 835 246,26
Outros gastos		-13 137,33	-47 742,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 255 526,26	3 101 060,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-3 355 504,64	-3 363 281,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 099 978,38	-262 221,00
Juros e rendimentos similares obtidos	30	268 430,03	332 520,99
Juros e gastos similares suportados		-685,58	-1 376,75
Resultado antes de imposto		-1 832 233,93	68 923,24
Imposto sobre o rendimento do período	23	-49 863,45	-19 136,77
Resultado líquido do período		-1 882 097,38	49 786,47

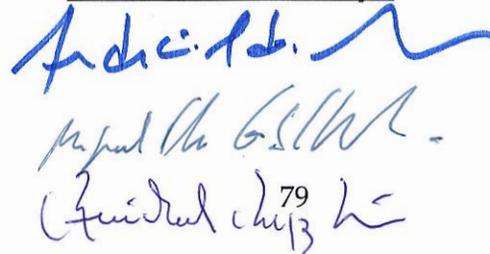
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Conselho de Administração



RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2016	15 e 16	32 400 000,00	296 663,40	-7 786 262,13	59 640 659,29	49 786,47	84 600 847,03
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	624 662,69	-	624 662,69
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	-2 776 278,58	-	-2 776 278,58
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2015		-	2 489,32	47 297,15	-	-49 786,47	0,00
		-	2 489,32	47 297,15	-2 151 615,89	-49 786,47	-2 151 615,89
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-1 882 097,38	-1 882 097,38
Resultado Integral		-	-	-	-	-	-4 033 713,27
Operações com Detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período - 2016	15 e 16	32 400 000,00	299 152,72	-7 738 964,98	57 489 043,40	-1 882 097,38	80 567 133,76

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em Euros)

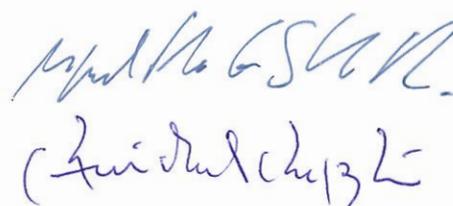
	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2015	15 e 16	32 400 000,00	178 325,86	-10 034 675,37	61 797 756,60	2 366 750,78	86 708 157,87
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	626 254,06	-	626 254,06
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	-2 783 351,37	-	-2 783 351,37
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2014		-	118 337,54	2 248 413,24	-	-2 366 750,78	0,00
		-	118 337,54	2 248 413,24	-2 157 097,31	-2 366 750,78	-2 157 097,31
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	49 786,47	49 786,47
Resultado Integral		-	-	-	-	-	-2 107 310,84
Operações com Detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período - 2015	15 e 16	32 400 000,00	296 663,40	-7 786 262,13	59 640 659,29	49 786,47	84 600 847,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração





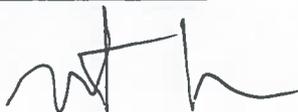
RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Demonstração (individual) de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015

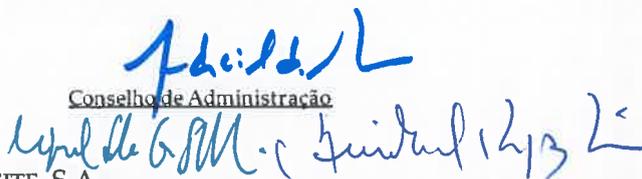
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
		EURO	EURO
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		17 567 428,27	20 318 816,08
Pagamentos a fornecedores		-3 824 959,27	-4 134 043,77
Pagamentos ao Pessoal		-7 193 968,11	-7 141 292,52
Caixa gerada pelas operações		6 548 500,89	9 043 479,79
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		169 662,42	-444 025,49
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-7 176 445,76	-7 703 622,82
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-458 282,45	895 831,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		2 416,92	3 747,61
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-394 078,87	-179 758,82
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-391 661,95	-176 011,21
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1 800,88	4 005 828,32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 800,88	4 005 828,32
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-848 143,52	4 725 648,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 046 914,76	6 321 266,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	10 198 771,24	11 046 914,76

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Contabilista Certificado



Conselho de Administração



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature and initials
C/2

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A., (“AASA” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto – Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a AASA com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AASA a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro da Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AASA, integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

Releva-se ainda o Despacho de 12 de maio de 2015, de S. Ex.^a a então Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, 2.ª série, de 13 de maio de 2015) para que fossem criadas as condições para, a médio prazo, implementar uma Plataforma Naval Global, através da criação de um polo de manutenção e reparação naval militar e civil, com a separação entre a área de operação e a infraestrutura, a qual poderá ser utilizada por outros operadores.

No referido despacho visa-se também estabelecer um centro de competências navais que explore sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas e uma plataforma de promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da

Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC.

O SNC foi alterado em 24 de julho de 2015, com a publicação da Portaria 220/2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AASA, que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens*

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
<u>Bens Concessionados</u>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos	4 - 30

	Anos de vida útil
<u>Bens Próprios e Bens Reversíveis</u>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos	1 - 8

P. L. M.
C/12
Ø

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2 Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são

revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

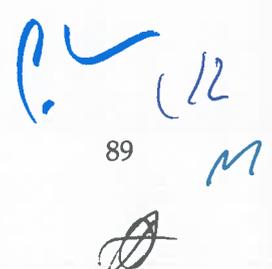
Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

P.V. cl2 M

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em

resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

[Handwritten signature and initials]
M
12

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh's) imputados e Hh's estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos

totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos fixos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de

incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução

do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão referidos na Nota 13.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem foram identificados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores.

O SNC foi alterado em 24 de julho de 2015, com a publicação da Portaria 220/2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	2.604,19	5.750,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.096.167,05	1.691.164,76
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	9.250.000,00
	<u>10.198.771,24</u>	<u>11.046.914,76</u>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-Lei nº 147/2008 de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma. Foi constituído no exercício de 2015 um fundo próprio, no montante de 100.000 €.

7. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A, em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2016 e de 2015 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2016					
	Outros créditos a receber	Clientes	Outras dívidas a pagar	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 30)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação (Nota 14)	15.067.271,96	93,80	-	-	-	265.144,68
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	-	-	-1.667,30	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (Nota 13)	18.372,56	-	-	-	-	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	-	275,00	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	-	25.136,25	-
	15.085.644,52	93,80	0,00	-1.392,30	25.136,25	265.144,68

Entidade	2015				
	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 30)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A em liquidação	14.802.201,08	-	-	60,00	325.997,19
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	2.390,72	2.390,72	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	355,00	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	0,00	-	-	450,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	5.491,95	-	-	36.245,00	-
	14.985.014,54	2.390,72	2.745,72	36.755,00	325.997,19

Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data
2015-2017	Presidente	Andreia Fernandes Ventura	DUE	24/abr/2015
2015-2017	Vogal	Miguel Silva Pereira	DUE	24/abr/2015
2015-2017	Vogal	Rui Rapaz Lérias	DUE	24/abr/2015

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)						
Nome	Fixa	Varável	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Final
Andreia Fernandes Ventura	86.070,16	-	86.070,16	-12.590,06	5.790,08	79.270,18
Miguel Silva Pereira	68.856,13	-	68.856,13	-10.030,79	4.619,59	63.444,92
Rui Rapaz Lérias	79.963,54	-	79.963,54	-11.689,29	5.377,00	73.651,25
			234.889,83	-34.310,15	15.786,67	216.366,35

8. Ativos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

2016

Ativo Bruto	Terrenos e	Edifícios e	Equip	Equip	Equip	Outros	Ativos	Total
	Recursos	Outras	Básico	Transporte	Administrativo	Ativos	Intangíveis	
	Naturais	Construções				Tangíveis	em Curso	
Saldo inicial	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
Aquisições/Valorizações	0,00	34.025,00	6.205,27	0,00	6.518,01	17.124,71	680.100,64	743.973,63
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	102.500,19	34.853,92	50.362,44	0,00	0,00	0,00	-187.716,55	0,00
Saldo final	17.747.062,44	52.280.146,37	18.054.112,28	561.705,53	2.610.293,63	9.899.395,56	747.396,69	101.900.112,50
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60	0,00	20.653.237,59
Depreciações do exercício	292.575,09	1.331.340,10	1.078.977,95	32.655,00	169.707,84	449.349,14	0,00	3.354.605,12
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.746.908,59	9.213.715,18	7.700.603,29	318.672,89	1.638.463,02	3.389.479,74	0,00	24.007.842,71
Ativos Líquidos	16.000.153,85	43.066.431,19	10.353.508,99	243.032,64	971.830,61	6.509.915,82	747.396,69	77.892.269,79

2015

Ativo Bruto	Terrenos e	Edifícios e	Equip	Equip	Equip	Outros	Ativos	Total
	Recursos	Outras	Básico	Transporte	Administ.	Ativos	Intangíveis	
	Naturais	Construções				Tangíveis	em Curso	
Saldo inicial	17.644.562,25	51.424.115,95	17.663.436,25	561.705,53	2.601.690,32	9.857.127,25	449.131,60	100.201.769,15
Aquisições/Valorizações	0,00	0,00	16.538,02	0,00	2.085,30	25.143,60	910.602,80	954.369,72
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	787.151,50	317.570,30	0,00	0,00	0,00	-1.104.721,80	0,00
Saldo final	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.105.293,46	6.589.321,02	5.560.744,25	244.741,58	1.298.173,21	2.492.563,08	0,00	17.290.836,60
Depreciações do exercício	349.040,04	1.293.054,06	1.060.881,09	41.276,31	170.581,97	447.567,52	0,00	3.362.400,99
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60	0,00	20.653.237,59
Ativos Líquidos	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28

P. U. M.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

	Saldo Inicial		Aumentos do ano		Transferência para Ativos Fixos	Saldo Final
	Inicial	Transf. para ATF em curso	do ano a)	Transf. para ATF em curso		
Aquisições de ATF - edif e outras construções	236.085,50	-111.835,50	35.761,00	-26.761,00	-	133.250,00
Remodelação - parque resíduos	4.734,70	-	240.814,13	-	-	245.548,83
Dragagem do Poço de Sedimentação - D Seca	13.477,40	-	89.022,79	-	-102.500,19	-
Processo de Construção da nova ponte cais	-	111.835,50	19.109,83	26.761,00	-	157.706,33
Reparação do cais acostável na zona da caldeirinha	-	-	22.204,86	-	-	22.204,86
Beneficiação dos Conversores rotativos AC/DC - submarinos	-	-	9.197,78	-	-	9.197,78
Reparação de carros e plataformas do PI1	-	-	64.974,44	-	-	64.974,44
Manufatura de 2 carros de alagem do PI 1	-	-	104.418,44	-	-	104.418,44
Preparação e montagem de berço dos submarinos - CT	-	-	4.380,25	-	-	4.380,25
Conclusão dos Trabalhos finais do guindaste nº 10	-	-	49.647,44	-	-49.647,44	0,00
Ampliação da doca seca da AASA	-	-	1.760,00	-	-	1.760,00
Requalificação de 2 salas do edif da Administração	-	-	34.853,92	-	-34.853,92	0,00
Aquisições de ATF - Equip. Admin. - Servidor para base de dados	-	-	3.955,76	-	-	3.955,76
Outros	715,00	-	-	-	-715,00	-
	255.012,60	0,00	680.100,64	0,00	-187.716,55	747.396,69

a) Inclui trabalhos para a própria entidade no montante de 336.213,43€.

Em 2016 foram realizados trabalhos internos não só de reparação e de melhoramento do plano inclinado nº 1, com a manufatura de dois novos carros de alagem, mas também de remodelação do parque de resíduos sólidos.

102 *CLM*



RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As depreciações do período, no montante de 3.354.605,12€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2016							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos em Curso	
Ativo Bruto								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens Reversíveis	1.847.700,44	2.890.002,67	822.420,64	29.722,75	293.537,80	93.491,65	747.396,69	6.724.272,64
Bens Próprios	0,00	0,00	25.228,39	33.161,08	75.483,02	21.639,93	0,00	155.512,42
	17.747.062,44	52.280.146,37	18.054.112,28	561.705,53	2.610.293,63	9.899.395,56	747.396,69	101.900.112,50
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	8.697.689,23	7.244.906,16	255.789,06	1.330.175,21	3.312.356,96		20.840.916,62
Bens Reversíveis	1.746.908,59	516.025,95	432.831,28	29.722,75	249.261,37	55.482,85		3.030.232,79
Bens Próprios	0,00	0,00	22.865,85	33.161,08	59.026,44	21.639,93		136.693,30
	1.746.908,59	9.213.715,18	7.700.603,29	318.672,89	1.638.463,02	3.389.479,74		24.007.842,71
Ativos Líquidos	16.000.153,85	43.066.431,19	10.353.508,99	243.032,64	971.830,61	6.509.915,82	747.396,69	77.892.269,79

P. V.
12/17
[Signature]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Ativo Bruto	31.12.2015							Total		
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrat.	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis em Curso			
	Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98		0,00	95.020.327,44
	Bens Reversíveis	1.745.200,25	2.821.123,75	765.852,93	29.722,75	293.537,80	76.366,94		255.012,60	5.986.817,02
Bens Próprios	0,00	0,00	25.228,39	33.161,08	68.965,01	21.639,93	0,00	148.994,41		
	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87		
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade										
Bens Concessionados	0,00	7.511.765,11	6.260.995,47	223.134,06	1.186.328,02	2.882.415,38		18.064.638,04		
Bens Reversíveis	1.454.333,50	370.609,97	340.432,94	29.722,75	231.261,49	36.740,37		2.463.101,02		
Bens Próprios	0,00	0,00	20.196,93	33.161,08	51.165,67	20.974,85		125.498,53		
	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60		20.653.237,59		
Ativos Líquidos	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28		

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, SA, ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrat.	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2016	2015
Ativo Bruto		
Saldo inicial	80.509,30	79.821,10
Aquisições	0,00	688,2
Alienações		
Saldo final	80.509,30	80.509,30
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade		
Saldo inicial	78.802,11	77.921,70
Depreciações do exercício	899,52	880,41
Alienações		
Saldo final	79.701,63	78.802,11
Ativos Líquidos	807,67	1.707,19

As depreciações do período, no montante de 899,52€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

10. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2016	2015
Participação associativa - Relacre	500,00	500,00
Fundo de compensação do trabalho	5.757,30	2.197,05
	6.257,30	2.697,05

11. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades futuras ascendem a 52.324,76€, repartidas da seguinte forma por anos:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Rendas Vincendas		
	2017	2018
Finlog - 3 contratos	20.254,32	10.127,16
Finlog - 4 contratos	21.943,28	-
	42.197,60	10.127,16

No exercício de 2016 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 44.192,44€ (44.252,88€ em 2015).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

	2016	2015
Matérias-primas, sub e consumo	365.263,64	361.742,40
Material em trânsito	188,90	927,14
Adiantamentos p/ conta de compras	752,00	0,00
	366.204,54	362.669,54

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 detalha-se conforme se segue:

2016			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	362.669,54	362.669,54
Compras	-	1.047.249,77	1.047.249,77
Regularização de existências	-	283,72	283,72
Existências finais	-	365.452,54	365.452,54
Custo do Exercício	-	1.044.750,49	1.044.750,49

P. V.
12/3
[Signature]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

2015			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	403.617,49	403.617,49
Compras	-	1.140.609,34	1.140.609,34
Regularização de existências	-	-6.625,21	-6.625,21
Existências finais	-	362.669,54	362.669,54
Custo do Exercício	-	1.174.932,08	1.174.932,08

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2016	2015
Clientes	396.782,98	477.314,58
Clientes do Grupo (Nota 7)	18.446,36	182.887,26
Perdas por Imparidade	-382.316,15	-541.265,10
	32.913,19	118.936,74

A rubrica de "Clientes" apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Volvo Ocean Race, S.L.U.	27.497,50	-
Sonaservice	-	56.496,47
Atlantic Eagle Shipbuilding	-	55.000,00
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59	363.943,59
Outros	5.341,89	1.874,52
	396.782,98	477.314,58

O decréscimo dos saldos de "Clientes do Grupo" no montante de 164.440,90€ é justificado essencialmente pelo recebimento de várias faturas emitidas, em anos anteriores, aos ENVC no montante de 158.948,95€.

Salienta-se que foi opção da Empresa constituir, no exercício de 2011, uma imparidade dado existir incerteza quanto à recuperação do referido crédito.

Face ao exposto, os movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ano de 2016 foram:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	177.321,51	-	-158.948,95	18.372,56
Naveiro Transportes Maritimos	324.841,62	-	-	324.841,62
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies	37.253,16	-	-	37.253,16
	541.265,10	-	-158.948,95	382.316,15

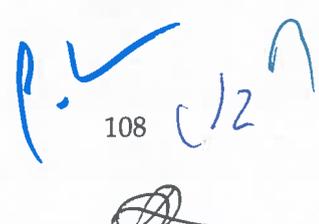
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido em "Imparidade de Dívidas a Receber" na Demonstração dos Resultados" foi o seguinte:

	2016	2015
Imparidade - dívidas a receber - reversão	158.948,95	9.799,10

14. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros Créditos a Receber" apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros Créditos a Receber		
Acionistas (Nota 7)	15.067.271,96	14.802.127,28
Juros a receber		
Pessoal	3.198,25	2.727,98
Prestações de serviços em curso (Nota 31)	93.433,00	695.097,00
Outros	1.282,59	1.164,84
	15.165.185,80	15.501.117,10

P.V. 108 C/27


RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Acionista" tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Capital	13.057.233,35	13.057.233,35
Capital	200.000,00	200.000,00
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	172.526,52
Juros - vencidos em 2012	348.175,26	348.175,26
Juros - vencidos em 2013	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2014	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2015 (Nota 30)	325.997,19	325.997,19
Juros - vencidos em 2016 (Nota 30)	265.144,68	-
	15.067.271,96	14.802.127,28

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se ao reconhecimento de juros contratuais referentes ao exercício de 2016 (265.144,68€).

No dia 16 de março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., no qual, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses, tendo-se celebrado novo contrato de mútuo no dia 10 de janeiro de 2013. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data de Deliberação Unânime	Capital Inicial	Liquidação em 25.Fev.2011	SALDO 31-Dez-2014	Liquidação em 15.Set.2015	Liquidação em 01.Out.2015	Saldo a 31-Dez-2016
Capital						
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-3.000.000,00	-	-
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-204.662,66	795.337,34	-
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	-	4.500.000,00	-	-	4.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	-936.938,33	63.061,67	-	-5.828,32	57.233,35
	18.000.000,00	-936.938,33	17.063.061,67	-3.204.662,66	-801.165,66	13.057.233,35

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela AASA.

Já em janeiro de 2017 a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., liquidou uma da parte da dívida no montante de 10.000.000,00€

15. Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Saldo inicial	296.663,40	178.325,86
Aplicação do resultado líquido	2.489,32	118.337,54
Saldo final	299.152,72	296.663,40

Durante o período houve reforço das reservas legais no montante de 2.489,32€ conforme decisão da Assembleia Geral do dia 7 de abril de 2016.

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
Saldo inicial	-7.786.262,13	-10.034.675,37
Aplicação do resultado líquido	47.297,15	2.248.413,24
Saldo final	-7.738.964,98	-7.786.262,13

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 7 de abril de 2016, 95% do total do resultado líquido de 2015 foi aplicado em resultado transitado (47.297,15€).

16. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística de Abril de 2013, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados devem ser reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “ Outras variações no capital próprio” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras dívidas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a refletir o referido imposto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a informação relativa ao subsídio obtido do governo era como segue:

	31/12/2015	Rédito do ano	Ajustamento ano	31/12/2016
Capital próprio				
Outras variações no capital próprio				
Subsídios não monetários	76.955.689,40	-2.776.278,58		74.179.410,82
Ajustamentos em subsídios	-17.315.030,12		624.662,69	-16.690.367,43
	59.640.659,29	-2.776.278,58	624.662,69	57.489.043,40
Passivos não correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	16.690.030,12	-	-624.662,69	16.065.367,43
	16.690.030,12	-	-624.662,69	16.065.367,43
Passivos correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 21)	625.000,00	-	0,00	625.000,00
Total de passivos correntes	625.000,00	-	0,00	625.000,00

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No exercício de 2016, o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.776.278,58€ (Nota 28).

17. Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

2016				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada num contrato de prestação de serviços	80.242,00	-	-80.242,00	-
	80.242,00	-	-80.242,00	-

2015				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada num contrato de prestação de serviços	-	80.242,00	-	80.242,00
	-	80.242,00	-	80.242,00

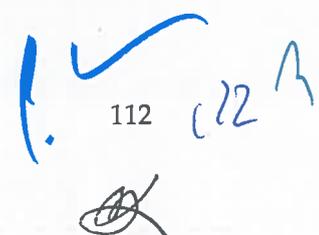
Em 2016 com a conclusão do contrato de prestação de serviços, foi reconhecida a totalidade da perda e revertida a provisão criada no ano anterior.

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2016 e de 2015, nos termos da RCN nº34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	71,12	43,18	27,94	0,65

 112 c12 3

19. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Marinha Portuguesa	317.073,16	-
Sonaservice - Sociéte Navel de Service	-	105.960,35
	317.073,16	105.960,35

No mês de dezembro de 2016 a Empresa recebeu um adiantamento do seu principal cliente, por conta da aquisição de material a incorporar no projeto NRP Corte Real.

Os adiantamentos recebidos da Sonaservice – Societé Navalé de Service referente à reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq” foram totalmente regularizados no ano de 2016.

20. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2016		2015	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	5.401,30	-	203.679,69	-
Retenção do IRS	-	121.847,06	-	127.997,61
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	1.169.616,91	-	689.584,15
CGA - Caixa geral de aposentações	-	212.122,02	-	222.205,40
ADSE	-	-	-	18,61
Segurança social	-	40.914,42	-	35.718,28
Fundos de Compensação	-	326,89	-	162,05
	5.401,30	1.544.827,30	203.679,69	1.075.686,10

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2016	
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 23)	-	31.809,00
Pagamento especial por conta	29.014,74	-
Pagamentos por conta	5.002,53	-
Retenções na fonte	3.193,03	-
	37.210,30	31.809,00
IRC	5.401,30	

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica “Imposto sobre o valor acrescentado” registou um aumento motivado essencialmente pela concentração da faturação da Empresa nos meses de novembro e dezembro.

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outras Dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outras Dívidas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	65.370,51	879,45
Remunerações a liquidar a)	1.626.300,00	1.635.400,00
Renda - contrato de concessão b)	68.481,77	78.773,88
Outros acréscimos e gastos c)	212.658,36	275.367,67
Outros devedores e credores d)	646.791,69	642.291,67
	2.619.602,33	2.632.712,67

- Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2016 a liquidar em 2017.
- Inclui o gasto do exercício de 2016 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2017 ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.ª do contrato de concessão.
- Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00€), gastos com seguros (59.046,39€) e gastos com serviços de

P. c/2
[Handwritten signature]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

berçário, creche e jardim-de-infância (16.949,58€) referentes ao exercício de 2016 mas faturados em 2017.

d) Inclui

	2016	2015
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios – (Nota16)	625.000,00	625.000,00
Outros	21.791,69	17.291,67
	<u>646.791,69</u>	<u>642.291,67</u>

O ajustamento do subsídio (625.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

22. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	13.975,26	6.559,32
	<u>13.975,26</u>	<u>6.559,32</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 31)	2.098.022,00	2.320.992,00
Outros rendimentos diferidos	790,55	790,55
	<u>2.098.812,55</u>	<u>2.321.782,55</u>

23. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	-1.832.233,93	144.119,04
Dedução de prejuízos fiscais	-	-100.883,34
	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	9.079,59
Derrama - 1,5%	-	2.089,73
Derrama estadual	-	-
	-	11.169,32
Diferenças permanentes	-	2.851,88
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	18.054,45	-13.863,47
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	31.809,00	21.831,01
Outras	-	-2.851,97
Imposto sobre o rendimento do exercício	49.863,45	19.136,77
Taxa efetiva de imposto	2,72%	27,77%

IMPOSTO	2016	2015
Imposto corrente do exercício	31.809,00	33.000,24
Imposto diferido gerado no exercício	18.054,45	-13.863,47
	49.863,45	19.136,77

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2012 a)	5.470.396,64	-	5.470.396,64	2017
Prejuízo Fiscal do ano 2013 a)	4.824.760,38	-	4.824.760,38	2018
Prejuízo Fiscal do ano 2016 a)	1.911.778,18	-	1.911.778,18	2028
	12.206.935,20	-	12.206.935,20	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2012, 2013 e 2016 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017, 2018 e 2028 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2016	2015
Perdas de Imparidade e Provisões	-	18.054,45
	-	18.054,45

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foi como se segue:

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	18.054,45	4.190,98
Movimentos do exercício		
Reversões	-18.054,45	-4.190,98
Provisões - aumentos/adições	-	18.054,45
Saldo em 31 de Dezembro	-	18.054,45

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2013 a 2016 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

P. L.
112 13
ST

24. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016			2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	8.894,40	-	8.894,40	1.232,70	-	1.232,70
Prestações de Serviços	13.144.865,03	542.594,52	13.687.459,55	13.103.948,62	2.649.593,99	15.753.542,61
	13.153.759,43	542.594,52	13.696.353,95	13.105.181,32	2.649.593,99	15.754.775,31

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2016	2015
D1 - Reparação Naval - militar	12.733.530,37	12.735.019,56
D1 - Reparação Naval - militar internacional	542.594,52	2.649.593,99
D2 - Reparação Naval - não militar	74.174,81	38.025,92
D3 - Construção	93.500,00	133.500,00
D4 - Manutenção Industrial	50.726,95	1.500,00
D5 - Laboratórios	107.490,60	80.668,01
D6 - Outros	85.442,30	115.235,13
	13.687.459,55	15.753.542,61

No período de 2016, os serviços prestados registaram um decréscimo de 2.066.083,06€, face ao período homólogo do ano anterior, justificado por uma diminuição significativa do negócio de reparação naval – militar internacional que decresceu relativamente ao ano transato, decorrente do protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2016 e a 2015:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
NRP - Zaire	-	1.656.300,00
NRP - Alvares Cabral	688.814,00	710.603,00
NRP - Tejo	1.952.405,00	616.395,00
NRP - Corte Real a)	5.176.952,33	2.664.486,00
PHM EL Lahiq	542.594,52	2.649.593,99
NRP - Douro a)	592.814,09	-
NRP - Mondego a)	411.539,74	-
	9.365.119,69	8.297.377,99
Outros trabalhos	3.911.005,20	7.087.235,56
	13.276.124,89	15.384.613,55

a) – Contratos de prestação de serviços em curso (Nota 31)

25. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é o seguinte:

	2016	2015
I.E.F.P - programa de estágios profissionais	-	12.323,25
Eurovip	-	9.948,78
	-	22.272,03

No exercício de 2016 não foram celebrados programas de estágio profissional e de estímulo ao emprego, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P). (12.323,25 € em 2015) e não foram recebidas verbas, no âmbito do projeto EUROVIP. Este projeto visa coordenar PME's na área europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e das tecnologias inovadoras nas PME's, através da transferência de serviços, de tecnologia e de informação, bem como através da colaboração técnica e operacional.

26. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
Subcontratos	570.554,18	922.141,40
Trabalhos Especializados	82.034,06	120.659,47
Publicidade e Propaganda	12.752,92	6.500,58
Vigilância e Segurança	94.635,79	94.293,12
Honorários	62.004,04	48.593,40
Conservação e Reparação	53.916,79	65.241,94
Materiais	44.377,75	28.399,53
Eletricidade	350.828,91	361.551,39
Combustível	21.440,08	23.759,41
Gás	40.061,08	48.483,45
Deslocações, Estadas e Transporte	52.840,99	34.252,17
Rendas e Alugueres	148.790,08	140.340,34
Comunicação	19.087,93	18.316,17
Seguros	129.522,85	123.275,53
Contencioso e Notariado	105,00	1.111,42
Despesas de Representação	7.249,29	5.245,86
Limpeza, Higiene e Conforto	304.419,62	311.292,74
Diversos	26.660,97	4.945,97
	2.021.282,33	2.358.403,89

Em 2016 houve um decréscimo de 14% nos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato.

Os principais motivos para esta variação foram os seguintes:

- ❖ A nível dos “Subcontratos” verificou-se um decréscimo de 351.587,22€ diretamente relacionado com o decréscimo da atividade produtiva.
- ❖ O decréscimo da rubrica “Trabalhos Especializados” resulta de em 2015 ter havido lugar a despesas extraordinárias com serviços especializados destinados a melhorar o desempenho ambiental da Empresa.
- ❖ Os gastos com “Deslocações, Estadas e Transporte” sofreram um acréscimo face a 2015, o que se justifica pelas iniciativas de desenvolvimento de negócio fora de Portugal no âmbito da vertente estratégica de internacionalização da atividade do estaleiro e pela necessidade de proceder a ações corretivas em Marrocos relativas ao período de garantia do navio da Marinha Real Marroquina “PHM El-Lahiq”, o que decorreu entre maio e dezembro de 2016.

[Handwritten signature and initials]

27. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	221.159,90	237.011,86
Remunerações do Pessoal	9.948.791,97	9.881.905,85
Encargos sobre Remunerações	2.268.972,08	2.259.510,65
Seguros de Acidentes no Trabalho	144.089,21	138.678,81
Gastos de Ação Social	60.178,89	55.729,80
Outros Gastos com o Pessoal	110.047,00	80.945,91
	12.754.554,93	12.653.782,88

Em 2016 verificou-se um ligeiro acréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2015.

O acréscimo dos “Gastos com Pessoal” foi determinado pelo aumento do número de trabalhadores e pela reversão de 80% nos cortes salariais vigentes em 2014, pese embora a sua diminuta expressão se fique igualmente a dever ao contínuo esforço de contenção de gastos complementares e acessórios compreendidos nesta categoria de despesa.

28. Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros Rendimentos” têm a seguinte composição:

	2016	2015
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 16)	2.776.278,58	2.783.351,37
Aluguer de espaços e equipamento	22.088,96	16.763,41
Outros	19.125,47	35.131,48
	2.817.493,01	2.835.246,26

29. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos Tangíveis (Nota 8)	3.354.605,12	3.362.400,99
Ativos Intangíveis (Nota 9)	899,52	880,41
	3.355.504,64	3.363.281,40

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As depreciações dos ativos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 2.776.278,58€ (2.783.351,37€ em 2015).

30. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2016	2015
Juros Obtidos de Depósitos	3.285,35	6.523,80
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 14)	265.144,68	325.997,19
	268.430,03	332.520,99

31. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos tendo por referência o estado de completamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2016 as percentagens de completamento dos contratos de prestação de serviços em curso são as que a seguir se apresentam:

	% de Acabamento
NRP - Corte Real	90,06%
NRP - Douro	53,73%
NRP - Mondego	40,92%
NRP - Andrómeda	18,90%
NRP - Sagitário	3,53%
Pontão Cais nº 6	0,95%
NRP - D. Carlos I	66,38%
NRP - Escorpião	85,18%

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Os rendimentos e gastos reconhecidos são os seguintes:

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	11.819.323,00	11.145.934,05	2.664.485,45	6.476.859,31	2.098.022,00	93.433,00

	2016	2015
Réditos Acumulados	9.141.345	10.231.265
Gastos Acumulados	8.298.368	10.697.326
Resultado Acumulado	842.976	-466.061

Salientamos que no exercício de 2015, o resultado acumulado global dos contratos em curso estava influenciado pelo resultado estimado de um contrato, cujos custos totais excediam o rédito total do contrato, a perda esperada foi reconhecida imediatamente como gasto do período.

32. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foi determinado conforme se segue:

	2016	2015
Resultado líquido do período	-1.882.097,38	49.786,47
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	-0,29	0,01

33. Outras Informações

No ano de 2016, correram termos duas ações interpostas pelo consórcio "Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A." e "SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda." contra a Arsenal do Alfeite, S.A.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No âmbito do primeiro processo de injunção (Processo n.º 1179/13.7BEALM - Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada), a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção, aguardando-se marcação de julgamento.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT – Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da “Naveiro – Transportes Marítimos, S.A” em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento à data da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a “FIUTAK Industries GmbH”, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€ acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A. reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

34. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeram divulgação.

35. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário 2016.

36. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados durante o período pelo revisor oficial de contas foram:

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)				
Membro do Órgão de Fiscalização	Bruta	Redução (Lei OE)	Reversão Remuneratória	Valor Final
<i>PWC - SROC</i>				
Revisão Legal de Contas	16.200,00	-1.600,00	1.600,00	16.200,00
Revisão - Orçamento para 2016	6.000,00	-600,00	240,00	5.640,00
Revisão - Orçamento para 2017	6.000,00	-600,00	480,00	5.880,00
	28.200,00	-2.800,00	2.320,00	27.720,00

O Contabilista Certificado

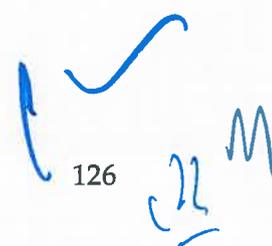


Adc. da
(Quilch 325)
Paulo Almeida
 O Conselho de Administração

APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação



APENDICE 1

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2016, foram as seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato			Remuneração Anual 2016				
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversões Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2015-2017	Presidente	Nuno Moniz	-	-	-	-	-
2015-2017	Secretário	Pedro Baptista	-	-	-	-	-

- ❖ Reduções Remuneratórias não aplicáveis uma vez que este órgão não auferiu qualquer remuneração.

Conselho de Administração

Mandato			Designação			OPRI O (2)		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Nº de Mandatos
2015-2017	Presidente	Andreia Fernandes Ventura	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Miguel Silva Pereira	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Rui Rapaz Lérias	DUE	24/4/2015	S	Marinha	D	1

Legenda: (1) Indicar Resolução R/AG/DUE/Despacho (D)

(2) OPRILO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista nº8 do artigo 28º do EGP, indicar a entidade pagadora (O- Origem/D-Destino)

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, sendo a Arsenal do Alfeite, S.A., membro de órgãos estatutários de associações sem fins lucrativos e nestes representada por membros do Conselho de Administração em dois casos:

Acumulação de Funções			
Membro do CA	Entidade	Função	Regime
Andreia Fernandes Ventura	Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar	Vogal da Direção, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado
Miguel Silva Pereira	Associação das Indústrias Navais	Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado

Estatuto do Gestor Público				
Remuneração mensal bruta (€)				
Membro do CA (nome)	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Andreia Fernandes Ventura	S	C	4 578,20	1 831,28
Miguel Silva Pereira	S	C	3 662,56	1 465,02
Rui Rapaz Lérias			4 253,38	1 701,35

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)						
Nome	Fixo	Variável	Bruto	Reversões Remuneratórias		Valor Final
				Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	
Andreia Fernandes Ventura	86.070,16	-	86.070,16	-12.590,06	5 790,08	79 270,18
Miguel Silva Pereira	68.856,13	-	68.856,13	-10 030,79	4 619,59	63 444,92
Rui Rapaz Lérias	79 963,54	-	79.963,54	-11 689,29	5 377,00	73 651,25
			234.889,83	-34 310,15	15 786,67	216 366,35

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Membro do CA (nome)	Benefícios Sociais (C)							
	Subsídio de Retenção		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros Identificar	Valor
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual				
Andreia Fernandes Ventura	5,00	910,00	Seg Social	18.858,23	1.315,88	=	Acid Trabalho	739,47
Miguel Silva Pereira	5,00	1.085,00	CGA / ADSE	15.105,78	-	-	Acid Trabalho	591,95
Rui Rapaz Lérias	5,00	1.060,00	CGA / ADSE	17.528,94	-	-	Acid Trabalho	687,09
		3.055,00		51.492,95	1.315,88			2.018,51

Encargos com Viaturas - 2016									
Membro do CA (nome)	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Andreia Fernandes Ventura	S	S	31.980,00	AOV	jul/14	jul/18	562,63	6.751,56	18
Miguel Silva Pereira	S	S	31.980,00	AOV	nov/13	nov/17	498,71	5.795,50	11
Rui Rapaz Lérias	S	S	31.980,00	AOV	jul/14	jul/18	562,62	6.696,99	18

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (C)						
Membro do CA (nome)	Outras					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Identificar	Valor	Gasto Total com viagens (Σ)
Andreia Fernandes Ventura	1.764,78	728,5	555,6	Diversas	31,5	3.080,38
Miguel Silva Pereira	57	57	32,65	Diversas	33,5	123,15
Rui Rapaz Lérias	582,45	373,5	350,3	Diversas	53,5	1.359,75
						4.563,28

Salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, tendo, designadamente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração observado o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2016. Não foram atribuídos prémios de gestão.

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Datado Contrato		
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PWC - SROC	183	20161485	DUE	24.04.2015	27/2/2013	6	5
		Representada por :							
		César Abel Rodrigues Gonçalves				R.O.C n.º 740		6	5
		Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão				R.O.C n.º 902		6	5
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	José Manuel Henriques Bernardo				R.O.C n.º 903		6	5

Legenda: DUE - Deliberação Unânime por Escrito

Nome ROC/IU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2016 (C)				Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais – 2016 (C)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)		Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)	
PWC - SROC	16.200,00	0	-1.600,00	1.600,00	16.200,00	Revisão - Orçamento para 2016	6.000,00	-600,00	240,00	5.640,00
						Revisão - Orçamento para 2017	6.000,00	-600,00	480,00	5.880,00
José Manuel Henriques Bernardo	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0

- ❖ A remuneração do Fiscal Único observou o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2016.

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2016 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão					
Objetivos de Gestão 1	x			estabilidade do emprego	Ponto IV do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 2	x			reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Ponto III do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 3	x			internacionalização do estaleiro	Ponto III do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 4	x			desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar	Mensagem do CA
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios Financeiros de Referência	x			EBITDA (2015) - € 1.255.526,26	Ponto 14 do Anexo I do Relatório & Contas
Investimento	x			Executado a 92%	Ponto III e anexo II do Relatório & Contas
Gastos com Pessoal	x			Variação de mais € 100.772,05 face a 2015	Ponto 14 do Anexo I do Relatório & Contas
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x			100%	
Gestão de Risco Financeiro	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Sem endividamento	Ponto VII do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores	x			Variação de 27,94 dias	Ponto XI do Relatório & Contas
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Pontos XI do Relatório & Contas - A 31.12.2016, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	x			aplicação de resultados	Ponto II do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			€ 25.314,37 de redução remuneratória com reversão de € 11.479,19	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			€ 2.800 de redução remuneratória com reversão de € 2.320	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x				Ponto IV do Relatório & Contas

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias , nos termos do artigo 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março	x				Ponto IV do Relatório & Contas
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do Artigo 16º do PJSPE e artigo 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Não existe qualquer despesa não documentada. Ponto XI do Relatório & Contas
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ponto 9 do Anexo I
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				Ponto 10 do Anexo I
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	Não aplicável	
Auditorias do Tribunal de Contas			x	Não aplicável	
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	x			Não houve variação face a 2015	Ponto XI do Relatório & Contas
Gastos com viaturas	x			Variação de mais € 3.897,88 face a 2015	Ponto XI do Relatório & Contas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			Vide tabela	Ponto XI do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x			100% em 31.12.2016	Ponto XI do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na banca comercial			x	Não aplicável	
Juros auferidos em incumprimento daUTE e entregues em Receita do Estado			x	Não aplicável	

M
✓
12

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Versão aprovada em reuniões de Conselho de Administração de 14 e 20 de março de
2017.



Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)

Declaração de responsabilidade

PricewaterhouseCoopers e Associados - SROC, Lda

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016

Almada, 22 de março de 2017

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame da informação financeira da Arsenal do Alfeite, S.A. referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante de 103.681.786,09 euros e um prejuízo do exercício no montante de 1.882.097,38 euros.

1 Confirmamos que cumprimos com as responsabilidades atribuídas à Administração de fazer com que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros, fraudes ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 Não é nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas na página da internet do Grupo, podendo no entanto, as mesmas serem distribuídas ao acionista por via eletrónica (e-mail). As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação, divulgação e "sign off" das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

3 Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4 Confirmamos que os pressupostos relevantes por nós utilizados no cálculo de estimativas são razoáveis e que não existem assuntos que envolvam julgamento ou opinião, que não possam ser razoavelmente corroborados.

5 Foram-vos facultados (a) os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, (b) toda a informação relevante que temos conhecimento, para a preparação das demonstrações financeiras, incluindo todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação e (c) toda a informação que nos foi solicitada no âmbito do vosso trabalho, bem como acesso a todos os funcionários que consideraram necessário contactar. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 07 de abril de 2016 e a reunião do Conselho de Administração de dia 20 de março de 2017.



6 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

7 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades, situações de fraude ou suspeita de fraude que envolva gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades, situações de fraude, ou suspeitas de fraude, ou violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de perdas por imparidade. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu, cuja falta de aderência pudesse ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

8 Não nos foram comunicadas por empregados, analistas, reguladores ou outros quaisquer suspeitas ou alegações de fraude envolvendo a Empresa e que tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

9 Foram-vos comunicadas as conclusões da nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude. Em nosso entender esse risco é reduzido.

10 As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

11 Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes.

12 Não temos planos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de negócio ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis.

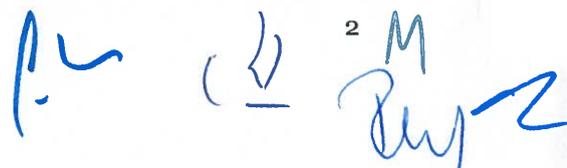
13 As contas a receber evidenciadas no balanço em 31 de dezembro de 2016 no montante de 15.198.098,99 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de dezembro de 2016. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo de 382.316,15 euros em 31 de dezembro de 2016 das perdas por imparidade de dívidas a receber, foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.

14 Os inventários evidenciados no balanço estão valorizados pelo menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do ano anterior na sua valorização.

15 As quantidades em 31 de dezembro de 2016 foram determinadas a partir dos registos de inventário, os quais foram corrigidos com base em contagens físicas realizadas em 29 de novembro de 2016 por pessoal qualificado.

16 Em 31 de dezembro de 2016 todas as contas a pagar relativas aos bens incluídos nos inventários estão registadas, tendo todas as quantidades faturadas aos clientes até essa data sido excluídas de tais inventários.

17 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a stylized signature on the left, a signature in the middle, and a signature with a superscript '2' on the right.

compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, quando aplicável, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

- a) consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente;
- b) não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias, para além das que constam das declarações obtidas de (i) Rodrigues Alves & Associados, (ii) Pereira de Almeida & Associados e (iii) Serra Lopes, Cortes Martins e Associados.

18 Confirmamos que a informação respeitante à identificação das entidades relacionadas é completa e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são adequadas.

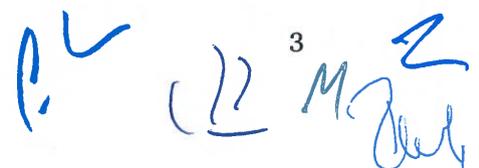
19 Relativamente ao justo valor, conforme aplicável, confirmamos (i) a razoabilidade dos pressupostos mais significativos utilizados para efeitos da mensuração e de divulgação nas demonstrações financeiras, e (ii) que esses mesmos pressupostos refletem adequadamente a capacidade e a intenção da Administração implementar os planos de ações que lhes estão subjacentes. Confirmamos também que, quando aplicável, para efeitos da mensuração e das divulgações contidas nas demonstrações financeiras, e tendo por base o previsto nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal:

- a) tivemos em consideração a adequacidade e consistência dos métodos utilizados no cálculo do justo valor, incluindo os respetivos pressupostos;
- b) as divulgações relativas ao justo valor são adequadas e incluem todas as informações relevantes nas circunstâncias;
- c) considerámos em que medida os eventos subsequentes requerem ajustamentos ao cálculo do justo valor e às respetivas divulgações.

20 Os compromissos relativos a compras a efetuar dizem respeito à aquisição de quantidades que não excedem as necessidades previstas, a preços que não irão originar prejuízos. Quando aplicável, foram efetuadas provisões para fazer face a quaisquer prejuízos significativos que possam resultar da satisfação de compromissos assumidos relativamente a vendas futuras.

21 Quando aplicável, procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- a) contas a receber ou a pagar em nome de empresas do Grupo e outras tais como associadas, participadas, afiliadas, principais acionistas, administradores, gestores, diretores ou gerentes, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades;
- b) acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares;
- c) acordos visando a posterior reacquirição de bens vendidos até à data do balanço;
- d) outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Empresa;
- e) garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios.



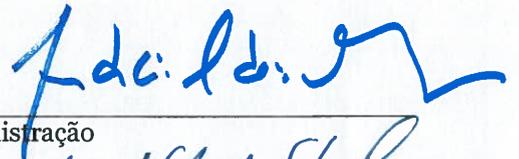
22 Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo mínimo de um ano.

23 Efetuámos uma análise detalhada do grau de acabamento dos projetos em curso à data de 31 de dezembro de 2016, tendo concluído que o rédito relevado nas demonstrações financeiras reflete de forma apropriada o grau de acabamento de cada projeto àquela data. De igual forma confirmamos que a informação fornecida reflete o grau de acabamento de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2016, bem como a melhor estimativa das horas a incorrer para terminar os referidos projetos

24 Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer ajustamentos significativos, em termos individuais e agregados, no contexto das demonstrações financeiras da Empresa, que não tenham sido registados.



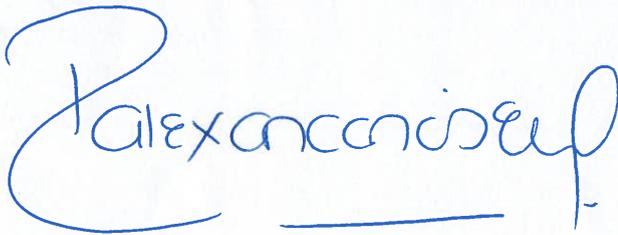
A Direção de Recursos



A Administração

Apud Moisés S. Pereira

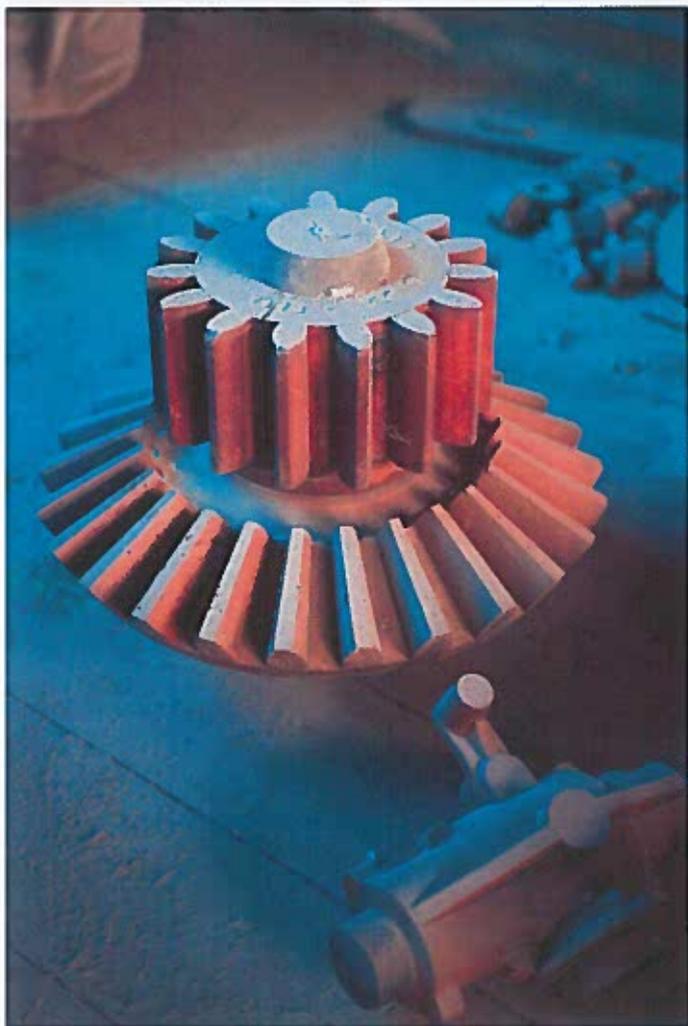
(Qui Jul 2016)





ARSENAL DO ALFEITE

Arsenal do Alfeite, S.A.



Versão aprovada em reuniões do
Conselho de Administração de 14 e
20 de março de 2017

Relatório elaborado de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário, de janeiro de 2017, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Relatório de Governo
Societário

2016

Arsenal do
Alfeite, S.A.

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'C. P. M.'

I.	SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)	5
II.	MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	8
1.	Visão, Missão e Valores da Entidade	10
2.	Políticas, Objetivos e Linhas de Acção	11
3.	Fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.	21
4.	Orientações Ministeriais	22
III.	ESTRUTURA DE CAPITAL	27
1.	Divulgação da estrutura de capital	28
2.	Limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das acções	28
3.	Acordos parassociais	28
IV.	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	29
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	30
2.	Aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	30
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	31
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.	31
V.	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	32
A.	ASSEMBLEIA GERAL	33
1.	Composição da mesa da assembleia geral	34
2.	Deliberações Acionistas	34
B.	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	35
1.	Identificação do modelo de governo adotado.	35
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros ..	35
3.	Caracterização da composição,	36
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	36
5.	Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:	37
6.	Declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	42
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.	42
8.	Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.	43

M
P. V.
C. H.



Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

9. Funcionamento do Conselho de Administração:	50
C. FISCALIZAÇÃO - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)	52
1. Identificação e composição do órgão de fiscalização	52
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade	53
3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	54
4. Outros serviços prestados pela SROC à entidade	55
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA	57
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES	58
1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.	58
2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade. ..	58
3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.	59
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	60
1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos	60
2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.....	62
3. Definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.....	64
4. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.	65
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.....	65
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.....	66
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.....	69
8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.	71
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS	72
1. Regulamentos internos e externos a que a entidade está legalmente obrigada	72
2. Código de ética	75
3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenção de fraudes internas	75
D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	76
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação:.....	76
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência:.....	78
E. SÍTIO DA INTERNET.....	81
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação da entidade	81
F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL	82



1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública	82
VII.	REMUNERAÇÕES	83
A.	COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO.....	84
1.	Competência	84
2.	Prevenção de conflitos de interesses	84
3.	Evidenciação por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	85
B.	COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES	85
C.	ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	85
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	85
D.	DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	86
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade:.....	86
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.	87
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.....	87
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.....	87
5.	Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade:.....	88
6.	Remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.....	88
VIII.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	89
1.	Mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.....	90
2.	Informação sobre outras transações:.....	91
IX.	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA ENTIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL.....	94
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	95
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.	95
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:.....	98
X.	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	110
1.	Verificação do cumprimento das recomendações relativamente à estrutura e prática de governo societário.....	111
2.	Outras Informações.....	112
XI.	ANEXOS DO RGS	113
	ANEXO 1.....	115
	ANEXO 2.....	116
	ANEXO 3.....	117
	ANEXO 4.....	125

I. Síntese (Sumário Executivo)

Este relatório de governo societário tem por objetivo apresentar de forma clara e objetiva a gestão da Arsenal do Alfeite, S.A. durante o exercício de 2016. O documento está dividido em duas partes principais: a Síntese (Sumário Executivo) e o Relatório de Gestão. A Síntese apresenta os principais resultados operacionais, financeiros e de governança da empresa, bem como as principais ações realizadas durante o período. O Relatório de Gestão detalha a atuação da administração e do conselho de administração, bem como a atuação dos órgãos de controle interno e externo. Este relatório é dirigido aos acionistas e ao público em geral, com o objetivo de prestar contas e promover a transparência da gestão da empresa.

Os principais resultados operacionais da Arsenal do Alfeite, S.A. em 2016 foram caracterizados por uma recuperação da produção e da receita, bem como por uma melhoria na eficiência operacional. A receita líquida da operação aumentou em relação ao período anterior, refletindo o crescimento das vendas e a melhoria da margem de contribuição. A produção também apresentou um crescimento significativo, demonstrando a capacidade da empresa de superar os desafios operacionais e manter a competitividade no mercado. Além disso, a empresa conseguiu reduzir os custos operacionais, contribuindo para a melhoria da rentabilidade. Esses resultados refletem a atuação eficaz da administração e do conselho de administração, bem como a atuação dos órgãos de controle interno e externo. A gestão da empresa foi caracterizada por uma atuação transparente e responsável, com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável da empresa e a satisfação dos acionistas.

Síntese (Sumário Executivo)

No ano de 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A., focalizou a sua atuação na estabilidade do emprego, no reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar com instituições públicas ou outras sem fins lucrativos, reforçando assim as suas obrigações de serviço público como empresa do sector empresarial do Estado de capitais exclusivamente públicos.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a desenvolver a sua actividade de reparação e manutenção da esquadra da Marinha Portuguesa e a consolidar a vertente da internacionalização junto de Marinhas estrangeiras, concluindo uma grande reparação de um navio marroquino e criando as condições para proceder ao aprontamento de corvetas a transferir pelo Estado português para a República das Filipinas.

Os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2016 foram a obtenção do licenciamento industrial provisório e a emissão de uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada, o início do processo de capacitação da empresa para reparar os submarinos da Marinha Portuguesa e outros afins e a retoma da construção naval no estaleiro com o projeto e construção de dois salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, extensivo a mais dois, recorrendo a modernas tecnologias de construção em materiais compósitos.

A regularização de uma pequena parcela dos créditos próprios no final de 2015 por parte do acionista permitiu à empresa iniciar em 2016 os projetos tendentes a concretizar o investimento nas infraestruturas portuárias e oficiais, indispensável para a requalificação do espaço em que se insere a empresa, para a sua competitividade, e em particular, para a sua capacitação na reparação de submarinos. A previsão da devolução de uma parte significativa do capital mutuado para o início do ano de 2017 permitiu, igualmente, iniciar a preparação da modernização e adequação operacional do estaleiro, a ter lugar nos anos de 2017 e 2018.

O Conselho de Administração manteve a aposta de investir nos seus recursos humanos, designadamente mediante o recrutamento de trabalhadores de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via da melhoria das condições de trabalho e do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, nomeadamente através da sua Escola de Formação e de parcerias com Universidades, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da

empresa como seu principal ativo, tendo sido possível atingir um número global de efectivos superior ao de 2015.

As contas da Arsenal do Alfeite, S.A., continuam a revelar uma gestão equilibrada de curto prazo que não perde de vista os elementos estratégicos de desenvolvimento, apresentando em 2016 um EBITDA positivo e um resultado líquido moderadamente negativo, que fica a dever-se ao elevado valor dos ativos concessionados e da correspondente depreciação anual.

A estrutura do capital e a composição dos órgãos sociais e das comissões da Arsenal do Alfeite, S.A., não sofreram alteração, o mesmo se passando no capítulo da organização interna, em que a empresa a continuou a observar todos os deveres especiais de informação, a prestar serviço público e a exercer atividade de interesse económico geral, na sua qualidade de empresa pública. As remunerações dos órgãos sociais e dos dirigentes não foram objecto de alteração estrutural, tendo-se apenas procedido ao longo do ano às correcções decorrentes da reversão progressiva dos cortes salariais em vigor, nada havendo de significativo a assinalar em matéria de transacções com partes relacionadas e outras.

Foram desenvolvidas políticas para a sustentabilidade da Arsenal do Alfeite, S.A., nos domínios económico, social e ambiental, com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade, que continuam a ser suportadas por um sistema de informação (ERP) desenvolvido e mantido pela própria empresa e em permanente actualização e que constitui um instrumento privilegiado de gestão. Importa igualmente referir a atenção dada à proteção do consumidor, aos princípios de legalidade e ética empresarial tendo em vista o desenvolvimento sustentável, bem como à igualdade de género e à valorização do indivíduo numa perspectiva de conciliação entre a vida pessoal e profissional, e ainda à melhoria da competitividade através da investigação e inovação.



II. Missão, Objetivos e Políticas

P. M.
C. M.



Missão, Objetivos e Políticas

O Relatório do Governo Societário 2016 da Arsenal do Alfeite, S.A., tal como o de 2015, é marcado por um período de alteração do quadro político e estratégico de referência para efeitos da governação da empresa, resultante do novo ciclo político governativo decorrente do resultado das eleições de outubro de 2015 para a Assembleia da República. Nestas circunstâncias, revelou-se adequado repensar a postura da empresa no âmbito do sector empresarial do Estado e das suas obrigações de serviço público no contexto mais geral da gestão e do interesse públicos. Relevam nesta matéria a focalização da empresa na estabilidade do emprego, no reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar com instituições públicas ou outras sem fins lucrativos. A regularização de uma pequena parcela dos créditos próprios no final de 2015 por parte do acionista permitiu à empresa iniciar os projetos tendentes a concretizar o investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, indispensável para a requalificação do espaço em que se insere a empresa e para a sua competitividade. Trata-se de um elemento identificado como incontornável desde 2009, que foi reanalisado à luz da conjuntura vigente, e que se antevê possa ser substancialmente reforçado já no princípio de 2017, permitindo o reforço da ação em apoio de prioridades para efeitos dos investimentos necessários a realizar.

Sem perder de vista os objectivos estratégicos, ainda delineados no ano anterior, importa sublinhar os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2016 e que permitiram atingir resultados de curto prazo, designadamente, a obtenção do licenciamento industrial provisório e a emissão de uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada, com a estatuição de um prazo de quatro anos para a implementação de medidas identificadas, a do processo de capacitação da empresa para reparar os submarinos da Marinha Portuguesa e outros afins com a participação já em 2017 na revisão intermédia do submarino Tridente, tanto ao nível da reparação como do da formação em contexto de trabalho e, por fim, a retoma da construção naval no estaleiro, materializada no desenvolvimento do projeto e construção até quatro salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.



1. Visão, Missão e Valores da Entidade

Visão:

Ser a empresa mobilizadora no desenvolvimento de uma Plataforma Naval Global que integre um estaleiro de referência, inovador e competitivo, focado na prestação de serviços de qualidade no domínio da construção e da reparação naval e que promova um centro de competências navais, o empreendedorismo e a formação de recursos humanos na área da Economia do Mar e da Defesa.

Missão:

Implementar a Plataforma Naval Global, com enfoque na satisfação das necessidades de construção, de manutenção e de reparação dos navios da Marinha Portuguesa e desenvolver este tipo de atividade para outros clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis.

O prosseguimento da missão, naquilo que se refere ao desenvolvimento da empresa, tem estado condicionado pela sua natureza de Empresa Pública Reclassificada (EPR), bem como pela escassez dos recursos financeiros próprios necessários ao investimento, cingindo-se assim a pequenas iniciativas incontornáveis para o seu regular funcionamento, designadamente na área do ambiente, da manutenção de infraestruturas e do licenciamento industrial. Por seu lado, na vertente da missão ligada às necessidades da Marinha Portuguesa, a missão tem sido cumprida com regularidade, embora igualmente condicionada pela disponibilidade da Marinha em financiar a manutenção dos seus meios, enquanto a missão associada à actividade para outros clientes, sobretudo estrangeiros, tem tido uma menor expressão devido à forte concorrência internacional.

Valores:

Confiança — compromisso na satisfação das necessidades e no relacionamento com os clientes

Mudança — adaptação à envolvente e espírito de inovação em favor da melhoria contínua

Responsabilidade — crescimento numa sociedade mais justa e no respeito pelo meio ambiente

Competitividade — postura dinâmica focada nos resultados e na eficiência

Liderança — valorização e motivação das pessoas e fomento do espírito de equipa

2. Políticas, Objetivos e Linhas de Acção

Políticas:

As políticas da empresa, decorrentes da visão, da missão e do contexto de valores por que se rege, têm estado orientadas para a sustentação das competências e do conhecimento residentes, elementos absolutamente necessários para a projectar e desenvolver novas capacidades seja no quadro mais alargado da Plataforma Naval Global, seja na pura actividade de estaleiro de construção, manutenção e reparação naval. Nesta medida, a empresa tem procurado não só renovar e requalificar os seus recursos humanos, sem perder de vista o aumento gradual do número de funcionários, mas também adquirir novas capacidades e retomar a construção de meios navais de pequena e média dimensão.

Embora o quadro traçado dos objetivos de natureza estratégica e operacional seja tipicamente ambicioso, a empresa tem vindo a fazer um esforço no sentido de compatibilizar as exigências de modernização, competitividade e produtividade com a realidade incontornável de infraestruturas envelhecidas, com necessidade de adequação ambiental e industrial àquelas que são as melhores práticas, com mais de oitenta anos, de recursos diminutos por parte da Marinha Portuguesa e de processos organizativos e laborais a necessitar de modernização que condicionam em grande parte uma solução desenvolvimentista de futuro. Nesta medida, sem perder de vista a visão e os objetivos de longo prazo estabelecidos, a empresa tem procurado assegurar um ambiente interno saudável tendente a promover a motivação e o envolvimento de todos os funcionários em



soluções que a tornem mais eficiente e que, por consequência, permita melhores resultados e uma melhor distribuição dos correspondentes proveitos.

Objetivos:

Os objectivos estratégicos abaixo identificados referem-se ao mandato do Conselho de Administração em funções, correspondendo aos já identificados no relatório de 2015.

Os objetivos estratégicos, tendo uma natureza duradoura de médio prazo, refletem genericamente as vertentes identificadas nas políticas superiormente estabelecidas, estão alinhados com a visão e justificam a definição da missão no quadro dos valores assumidos.

- ❖ Requalificar e reordenar o espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., numa lógica de separação entre o domínio da infraestrutura e os domínios das operações;
- ❖ Transformar o atual estaleiro numa unidade moderna e internacionalmente competitiva de construção, manutenção e reparação naval militar e civil, que vise primariamente a satisfação das necessidades da Marinha Portuguesa;
- ❖ Diversificar os operadores e as atividades exercidas no espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., privilegiando parcerias e colaborações de natureza estratégica focadas nas competências navais, no empreendedorismo, na inovação e na formação especializada, em alinhamento com a Economia do Mar e da Defesa.

Por seu lado, os objectivos operacionais abaixo identificados sofreram pequenos ajustamentos, sendo agora apenas oito, mas mantendo as suas atualidade e premência.

Os objetivos operacionais, associados ao mandato do Conselho de Administração, sendo de relativo curto prazo, estão mais focados em patamares concretos a atingir, quantificáveis através de indicadores e de metas, e concorrem diretamente para a consecução dos objetivos estratégicos.

- ❖ Resolver as insuficiências da Arsenal do Alfeite, S.A., por forma a garantir o cumprimento das boas práticas na área ambiental e industrial;
- ❖ Desenvolver todas as tramitações necessárias à separação da Infraestrutura física relativamente à operação e adaptação da estrutura empresarial a esse desiderato;
- ❖ Modernizar as infraestruturas portuárias e oficinas necessárias ao exercício do serviço público de construção, manutenção e reparação dos navios da Marinha Portuguesa;
- ❖ Sustentar as capacidades existentes de operação do estaleiro, com aumento das competências, da qualidade e da eficiência, num quadro global de gastos operacionais controlados;
- ❖ Ampliar o volume dos serviços externos vendidos pelo operador estaleiro através de melhor planeamento e organização do trabalho e da redução dos tempos de desocupação e da afetação a obras internas;
- ❖ Promover a competitividade através de maior eficiência do trabalho, mediante a aplicação de fatores motivacionais dos trabalhadores e práticas de divulgação dos resultados obtidos e de desempenho colectivo;
- ❖ Facilitar o empreendedorismo, promover a formação, a investigação científica e a inovação e o desenvolvimento de competências navais, nomeadamente, no perímetro da Arsenal do Alfeite, S.A.;

- ❖ Captar o investimento privado no quadro da requalificação e da reafetação do espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., atraindo instituições, empresas e outras entidades associadas a Economia do Mar e da Defesa para se estabelecerem e exercerem a sua actividade, num quadro de cooperação e de parceria estratégica;

Linhas de Ação:

Tendo por referência cada um dos objetivos operacionais estabelecidos, foi desenvolvido um trabalho de análise interna tendente a identificar as ameaças, vulnerabilidades, oportunidades e potencialidades associadas à consecução de cada um destes objectivos, à luz da metodologia de análise "SWAT", tendo-se definido um conjunto de linhas de acção, abaixo enunciadas:

Medidas que utilizam as Potencialidades para tirar proveito das Oportunidades

- Candidatura a programas de fundos Estatais /Europeus para melhoria das condições de operação, do ponto de vista industrial e ambiental.
- Adaptar, Preparar e Disponibilizar espaços e infraestruturas da empresa para outros agentes económicos e instituições de ensino.
- Permitir que área não afeta à operação seja rentabilizada através do desenvolvimento de infraestruturas associadas a novos programas, recorrendo, nomeadamente a programas de fundos Estatais /Europeus.
- Aumentar as competências próprias na área naval, desenvolvendo um programa de formação interna privilegiando a aquisição de competências diversificadas.
- Utilizar os novos programas estruturantes para tornar a empresa mais atrativa a novos quadros elevando assim a qualidade, eficácia e eficiência da Empresa.
- Aproveitar o potencial interno para reorganizar o processo produtivo de modo a ampliar a oferta de serviços.
- Fomentar uma política de transparência da informação e de partilha dos resultados.
- Divulgar ativamente as nossas condições internas para o desenvolvimento de novas atividades ligadas à economia do mar e formação.
- Criar as condições para a reativação da nossa escola de formação.
- Fomentar a parceria estratégica com outras entidades ligadas à economia do mar e defesa, eventualmente, recorrendo a fundos Europeus e Nacionais.

Medida que tira proveito das Oportunidades para corrigir Vulnerabilidades

- Candidatura a programas de fundos Estatais /Europeus para modernização das infraestruturas
- Melhoria da nossa tecnoestrutura com apoio externo
- Aproveitamento dos apoios e a introdução de novos programas que permitam suprir a ausência de recursos próprios.
- Aproveitamento das sinergias resultantes do recrutamento e formação para mitigar os constrangimentos na gestão dos RH.
- Utilizar os novos projetos estruturantes para implementar uma nova dinâmica de organização da produção.
- Utilizar os novos projetos estruturantes para implementar experiência piloto de gestão por objetivos e reconhecimento dos resultados
- Aproveitar a prioridade nacional na economia do mar para a captação de novas oportunidades.
- No âmbito da reestruturação das indústrias de defesa estudar uma solução alternativa de acesso às instalações da empresa recorrendo, se possível, a fundos europeus e a parcerias estratégicas.

Medida que utiliza as Potencialidades para evitar as Ameaças

- Utilização da área não afeta à operação para melhoria das condições de operação, do ponto de vista ambiental.
- Aproveitar o mérito e o reconhecimento da empresa no mercado para criar condições de estabilidade e progresso profissional aos nossos RH.
- Utilizar a nossa experiência acumulada e capacidade interna para ajudar o principal cliente no escalonamento da contratação.
- Sensibilizar para a importância de deliberar a empresa dos constrangimentos legais ligados às restrições orçamentais do setor público.
- Justificar continuamente e sustentadamente a mais valia para a atividade de construção e reparação naval da abertura a outros agentes económicos que operem em áreas congêneres de atividade.
- Justificar a mais valia para a atividade e viabilidade da empresa da abertura ao investimento por parte de outros agentes económicos.

[Handwritten signature and initials]

Medida que minimiza as Vulnerabilidades e evita as Ameaças

- Priorização dos investimentos a efetuar, tendo em conta o seu impacto no cumprimento dos requisitos ambientais
- Apoio da tutela para obter as melhores soluções no capítulo da rentabilização da infraestrutura
- Desenvolvimento de um plano global de modernização que minimize os impactos de natureza ambiental e crie as condições para o aumento da eficiência e eficácia da empresa
- Promover a criação de um quadro de pessoal consolidado da empresa por forma a garantir a estabilidade dos RH
- Implementar através da formação interna uma cultura empresarial moderna e promover junto da Tutela e principal cliente iniciativas tendentes a minorar constrangimentos orçamentais e de planeamento.
- Encontrar internamente mecanismos de gestão que permitam uma compensação, sempre equitativa do trabalho realizado.
- Promover a nossa importância estratégica de forma a diminuir os constrangimentos legais necessários à captação do investimento.

Objetivos e Resultados definidos pelo Acionista para cada ano e triénio e respetivo grau de cumprimento:

Síntese do cumprimento, desvios e medidas corretivas

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente a da Assembleia Geral de 7 de abril de 2016 relativamente à aplicação de resultados.

O acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objectivos específicos, o que resulta do facto de se encontrar em processo de liquidação. Por seu turno, o Ministério da Defesa Nacional, sob cuja tutela se encontra o Acionista, estabeleceu durante o ano de 2016 orientações que nortearam a atuação do Conselho de Administração da empresa e que se reflectem nas linhas de ação acima referidas e no plano de atividades executado durante o ano de 2016. Releva-se, para além da gestão corrente e do cumprimento dos compromissos de serviço público com a Marinha Portuguesa estabelecidos nos correspondentes Contrato de Concessão e Contrato

Tripartido, as duas principais iniciativas da empresa de se capacitar para reparar e manter submarinos e de retomar a construção de embarcações de pequena e média dimensão, ambas em curso, numa clara aposta no futuro da empresa. Os aspetos económicos e financeiros são objeto de uma descrição e de uma análise mais detalhadas no Relatório de Gestão e Contas.

Em termos muito sucintos, importa referir que EBIDTA da empresa em 2016 foi positivo embora o resultado líquido tenha sido negativo, em muito afetado pelo elevado valor das depreciações do ativo concessionado.

O resultado líquido de 2016 reflete também uma redução dos rendimentos operacionais relativamente a 2015, consequência da menor atividade do estaleiro. Os gastos associados à atividade produtiva também se reduziram, embora a sua expressão não tenha sido tão acentuada, dadas as obrigações de manutenção de competências técnicas a que a empresa está legalmente obrigada, com repercussões diretas nos incontornáveis gastos fixos com pessoal.

Os proveitos com os serviços prestados foram afetados pelo baixo nível de execução verificado nos trabalhos de modernização do NRP Mondego e do NRP Douro, o que ficou a dever-se ao atraso na colocação das respetivas encomendas por parte da Marinha Portuguesa, que ocorreu apenas e parcialmente em dezembro pp., bem como pelo protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina. Todavia, foram prosseguidas as práticas da Empresa com vista à redução e racionalização dos gastos, em particular, dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

Em consequência dos desvios ocorridos foi desencadeada ainda durante o ano de 2016 um conjunto de ações junto da Marinha Portuguesa, por meio de reuniões conjuntas com o Superintendente do Material e o Diretor de Navios que visam essencialmente regular duas das vertentes cruciais para assegurar o equilíbrio orçamental e operacional da empresa: 1) um nível anual de encomendas de reparação e manutenção que permita ocupar a 100% a mão-de-obra fixa do estaleiro nas suas várias áreas tecnológicas (cerca de 15 M€ a que acresce o IVA), e 2) uma informação atempada das ações de reparação e manutenção pretendidas que permita ao estaleiro orçamentá-las, planeá-las e programá-las com a necessária antecedência.

Em paralelo, foi incrementado no último trimestre de 2016 o esforço junto dos clientes estrangeiros, designadamente junto da Marinha Real de Marrocos, no sentido de obter, na esfera internacional, um nível anual regular de encomendas não inferior a 2 M€.



P. L.
M
20

Por fim, foi de novo sublinhado junto da tutela e do accionista a necessidade iminente de se iniciar a reparação e a modernização das infraestruturas portuárias, tendo em vista não só melhorar a eficiência produtiva, mas também prover o estaleiro com meios de alagem adequados às grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa. É já do conhecimento público que o Estado vai devolver à empresa em janeiro de 2017 pelo menos cerca de 10 M€ do seu capital social, o que permitirá lançar parte do investimento necessário a tais reparações e modernizações das infraestruturas.

Face ao exposto, perspectiva-se para 2017 um aumento do volume de negócios da empresa da ordem dos 3 M€, a que corresponderá a um resultado do exercício equilibrado, a par de um ligeiro aumento da produtividade, embora condicionada pelas políticas de contratação e remuneratórias vigentes.

Descrição do Plano de Atividades e Orçamento de 2016

O Plano de Atividades e Orçamento para 2016 previa que, na vertente principal do negócio, a atividade da Arsenal do Alfeite, SA, se centraria na continuidade da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, na consolidação da vertente da internacionalização com a Marinha Real de Marrocos e na iniciação da internacionalização com a Marinha Argelina, ambas ao nível da reparação naval. Existiria, ainda, a continuidade da exploração das capacidades excedentárias do estaleiro na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval.

A este nível destacavam-se as dotações inscritas em sede de orçamento de 2016 que perfaziam uma expectativa de receitas de 22.514.100€ em 2016:

- Serviços – Reparação Naval - Marinha Portuguesa: 15.225.000€;
- Serviços - Reparação Naval - Marinhas Estrangeiras: 6.906.000€;
- Outros Serviços e receitas: 383.100€;

Ao nível da atividade de construção naval, e apesar das diversas iniciativas e propostas apresentadas a potenciais clientes no decurso de 2015 e anos anteriores, ainda não existiam perspectivas de vir a realizar em 2016 um contrato de construção de novos navios na Arsenal do Alfeite, S.A.

Destacavam-se as seguintes propostas apresentadas internacionalmente relativas à construção e reparação naval, em 2015, e das quais ainda não existiam perspetivas sólidas de prossecução dos processos respetivos para celebração de contratos em 2016:

- Marinha de Angola: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Marinha do Uruguai: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Filipinas: Programa de Cooperação bilateral na Área da Construção e Reparação Naval.

“Marinhas Estrangeiras”

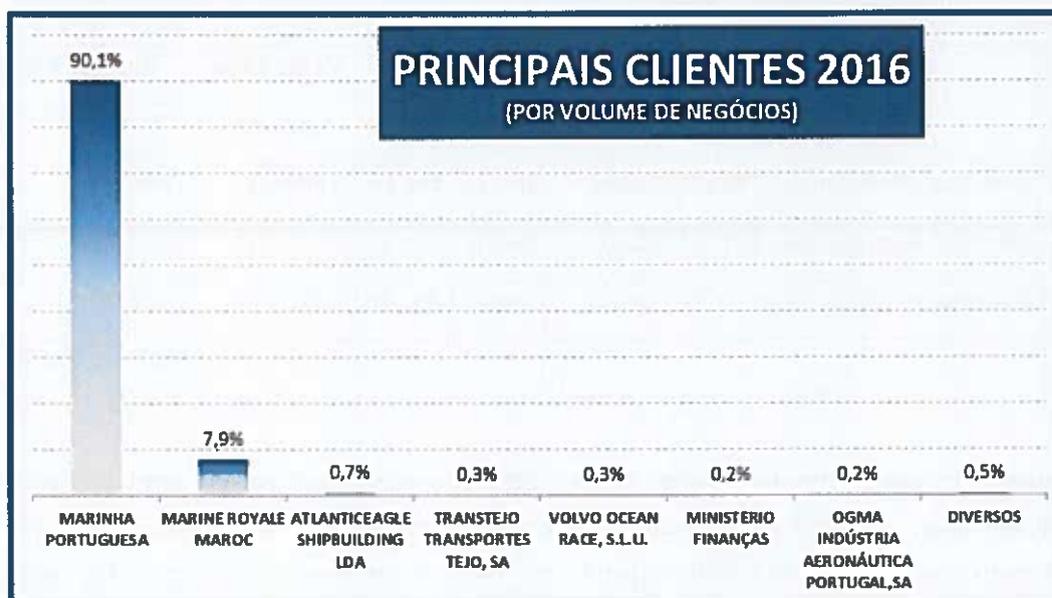
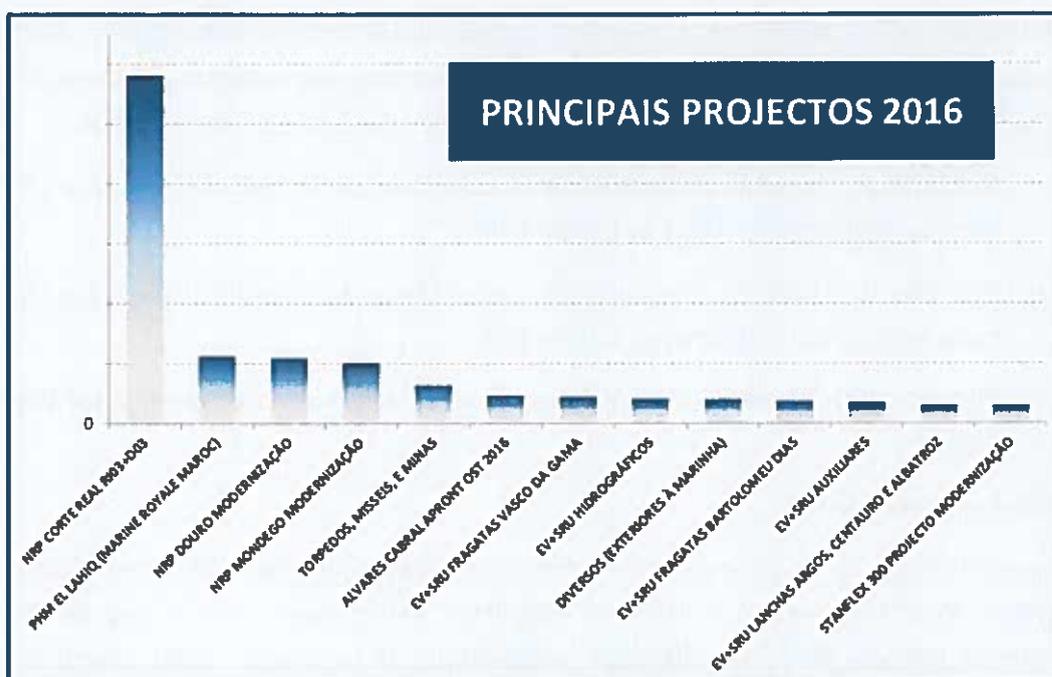
No que diz respeito ao processo de internacionalização junto das Marinhas Estrangeiras (Marinha Real Marroquina e Marinha Argelina), estimava-se para o ano de 2016, um volume de negócio de cerca 6.900.000€ na atividade de reparação naval, discriminado de acordo com a tabela subsequente:

Navio	Início	Fim	Valor Total Contrato	Receita Estimada	
				2016	2017
Marinha Marroquina - PHM El Lahiq	fev/14	abr/16	6 509 000	1 406 000	
Marinha Marroquina - PHM El Karib	jun/16	dez/17	8 575 000	4 000 000	4 575 000
Marinha Argelina - Reparação Naval	jun/16	dez/16	1 500 000	1 500 000	0
				6 906 000	4 575 000

O montante estimado de receita, acima descrito, correspondia ao contrato plurianual existente com o Estado Marroquino e ao contrato que se estimava poder vir a ser celebrado com a Marinha Marroquina, em 2016, e ao desenvolvimento de negócio na vertente internacional com o Estado Argelino.

Com base nos elementos disponíveis à data, tudo apontava para que o contrato para a grande reparação do segundo navio da Marinha Real de Marrocos, da classe “El Lahiq”, possivelmente o PHM “El Karib” viesse a acontecer durante o primeiro semestre de 2016, viabilizando a entrada do navio no final desse semestre, ou logo após a partida do PHM “El Lahiq” da Arsenal do Alfeite, SA.





“Novos negócios”

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional procurava, em conjunto com idD – Plataforma das Industrias de Defesa Nacionais, SA, potenciar o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial da Defesa, através do aproveitamento do capital humano oriundo das Forças Armadas, e ainda, do desenvolvimento de uma rede de *start-ups* de

Defesa que promovesse o potencial humano das Forças Armadas e o potencial Industrial e Tecnológico de Defesa.

A Arsenal do Alfeite, SA, enquanto Plataforma Naval Global, aliou-se a este projecto, promovendo, em conjunto com as referidas entidades, na sequência de acordo assinado em 16 de setembro de 2015, o desenvolvimento de um centro de capacitação de ideias inovadoras de negócio (*start-up*) de matriz industrial e tecnológica e de incubação empresarial, designadamente de projetos empresariais – o Centro Industrial e Tecnológico de Defesa do Arsenal do Alfeite, ou *Start-Up* Defesa Alfeite, no âmbito da Economia de Defesa do Mar, a criar nas suas instalações Sala do Risco, no Alfeite.

O estabelecimento no Arsenal do Alfeite, como determinado, de um centro de competências navais que explore sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas e de uma plataforma de promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa, era uma prioridade fundamental para reafirmar a posição desta empresa na atividade de projeto, construção, reparação e manutenção naval.

3. Fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.

Tendo em consideração o expandido ao longo deste capítulo, é possível e desejável enunciar de forma sistematizada os factores críticos de sucesso (FCS) que condicionam os resultados e o sucesso da empresa. Todavia, tais factores devem ser vistos numa perspectiva de empresa do sector empresarial do Estado que presta um serviço concessionado de reconhecido interesse público em apoio a funções soberanas do Estado português. Nessa medida, a empresa está obrigada a dar preferência aos serviços de construção, manutenção e reparação militares solicitados pela Marinha Portuguesa e ainda a manter uma panóplia de competências e de capacidades na esfera dos meios militares independentemente do nível de encomendas colocado. Identificam-se, pois, os seguintes FCS:

- Nível de internacionalização da empresa
- Nível de contratação de serviços e construções por parte da Marinha Portuguesa

- Nível de planeamento da manutenção e de integração do apoio logístico da Marinha Portuguesa
- Nível de planeamento e de organização da produção da empresa
- Nível de qualificação e renovação dos recursos humanos da empresa
- Nível de requalificação do espaço e de modernização das infraestruturas da empresa
- Nível dos custos de operação, fixos e de contexto, decorrentes da legislação ambiental e de segurança e higiene no trabalho
- Nível de diversificação da utilização do espaço e infraestruturas da empresa a empreendimentos no âmbito da formação e da Economia do Mar e da Defesa

4. Orientações Ministeriais

Síntese das orientações ministeriais e nível de cumprimento

Durante o ano de 2016, a empresa exerceu a sua actividade no estrito cumprimento do quadro regulamentar em que está inserida.

No que se refere ao Ministério da Defesa e das respectivas orientações, manteve completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, iniciou o processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa, manteve as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios e desenvolveu iniciativas junto da representação diplomática da República das Filipinas em Lisboa tendentes a viabilizar a transferência para esse país de três corvetas portuguesas em fim de vida, tudo isto no âmbito do alargamento do processo de internacionalização da empresa. Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da construção, concretizadas com a assinatura de um memorando de entendimento e posterior assinatura de contrato de construção de duas embarcações salva-vidas já em 2017.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2016 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental, tendo a despesa ficado cerca de 3 M€ abaixo do valor orçamentado, pese embora a receita também tenha diminuído pelas razões já evocadas anteriormente, conduzindo a um saldo orçamental negativo, mas

muito inferior ao superiormente autorizado por despacho de S.Ex^a o Secretário de Estado do Tesouro.

Descrição detalhada das orientações governamentais e ministeriais

Antes de mais nota-se o disposto nas Grandes Opções do Plano para 2016-2019 (aprovadas pela Lei n.º 7-B/2016, de 31 de março), quando se refere:

- como eixo de atuação o estimular a indústria de defesa nacional, nomeadamente:
 - Promover uma indústria de defesa como instrumento relevante para garantir autonomia e atuação das Forças Armadas e gerar valor acrescentado na economia nacional, mantendo e reforçando o emprego qualificado;
 - Garantir a eficaz gestão das participações públicas na indústria de defesa e a promoção da internacionalização e da capacidade de exportação das empresas que operam em Portugal;
 - Estimular e apoiar a participação da indústria de defesa nacional em programas de cooperação internacional;
- ao lançamento de um programa dinamizador das Ciências e Tecnologias do Mar, centrado na recuperação e reforço do investimento em I&D no mar e na criação de emprego científico e incentivos para a I&D empresarial, permitindo promover o emprego na indústria naval.

Fundamental é o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e que dispõe em diversos artigos sobre as medidas a tomar pelas empresas públicas (como o n.º 2 do art.º 50.º como veremos).

Genericamente é de referir o disposto na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, além do respetivo diploma de execução orçamental (Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, incluindo o disposto no seu art.º 63.º quanto às obrigações de informação), em especial quanto à execução orçamental (art.º 3.º), à carreira e estatuto remuneratório dos seus trabalhadores (art.ºs 18.º e 20.º), à contratação de novos trabalhadores por empresas públicas (art.º 28.º), aos quadros de pessoal no setor público empresarial (art.º 30.º), aos gastos operacionais das empresas públicas (art.º 31.º) e aos contratos de aquisição de serviços (art.º 35.º).

É também de referir as Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012, de 14 de fevereiro, e 36/2012, de 26 de março, que circunscreveram os critérios relativos ao

vencimento dos gestores públicos e que, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), determinaram que da aplicação das regras de fixação de remuneração nelas estabelecidas não pode resultar, em cada empresa, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores, designados ou a designar, tendo por referência a remuneração atribuída à data da entrada em vigor das referidas resoluções, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações. Determinaram, ainda, que durante a vigência do PAEF não há lugar à atribuição de prémios de gestão prevista no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e que a remuneração dos gestores públicos se encontra sujeita a quaisquer reduções remuneratórias que a tomem por objeto, estabelecidas por força da situação de dificuldade económica e financeira do Estado ou do PAEF.

Noutro contexto, saliente-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro, quanto à adoção pelas empresas públicas de um plano de igualdade tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (também no n.º 2 do art.º 50.º do referido Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

É de notar, igualmente, as instruções para preparação do Orçamento do Estado aprovadas por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Orçamento, enviadas à Empordef, SGPS, SA, por circular da Direção-Geral do Orçamento, bem como as instruções sobre o processo de prestação de contas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e pronúncia específica desta quanto ao relatório da Arsenal do Alfeite, SA, transmitida como determinado por despacho de 21 de setembro de 2016 de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças (Despacho n.º 980/16-SEATF).

Especificamente, quanto à Arsenal do Alfeite, SA, segundo o Despacho n.º 5051-A/2015, de 13 de maio, de S. Ex.ª a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, a Arsenal do Alfeite, SA, deverá desenvolver uma Plataforma Naval Global para:

- A promoção e criação de um Centro de Competência Naval, usufruindo da disponibilização de parte da infraestrutura, e da proximidade das várias entidades estabelecidas, explorando sinergias com entidades civis e militares, na área da economia da defesa e do mar, nomeadamente Universidades, Centros Tecnológicos e unidades de Investigação e Desenvolvimento;
- A promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, na área da economia da defesa e do mar, explorando as sinergias entre indústrias e competências navais, civis e militares, em estreita articulação com a idD – Plataforma de Promoção das Indústrias de Defesa Nacionais;
- Alcançar níveis mais elevados de autonomia e independência para a Marinha Portuguesa na manutenção e desenvolvimento dos seus meios e valorizar, mais ativamente, o recurso geoestratégico da posição de Portugal no mundo.

Determinante é o Despacho n.º 12621/2016, de 9 de outubro de 2016 de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 20 de outubro, em que se diz “a Arsenal do Alfeite S. A. (AA, S. A.), e a TKMS [Thyssenkrupp Marine Systems GmbH], sob o impulso desta empresa, encontram-se a desenvolver ações conjuntas e concertadas com vista a capacitar a AA, S. A., para participar em 2016 a 2018 na primeira revisão intermédia do NRP «Tridente» e a efetivar a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP «Arpão», o que trará evidentes vantagens para Portugal”. Neste âmbito saliente-se também o Despacho de 2 de agosto de 2016 de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional homologando as ações previstas. Note-se, ainda, o Despacho de 15 de dezembro de 2016 de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional autorizando a construção de parque intermédio de resíduos. Frisa-se, igualmente, o despacho de 29 de dezembro de 2016 de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Defesa Nacional autorizando a conversão de 18 contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo.

Através do Despacho n.º 218/16 – SEATF, Sua Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças dispensou temporariamente a Arsenal do Alfeite, SA, até 30 de junho de 2016, do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. De referir, ainda, o despacho de 14 de dezembro de 2016 de S. Ex.ª o Secretário de Estado do Orçamento autorizando a aplicação de saldos de gerência no valor de 1,65 milhões de euros exclusivamente para despesa com pessoal em linha em paralelo com o mecanismo de isenção da regra de equilíbrio orçamental (Despacho n.º 997/2016/SEO).

As orientações recebidas, acima identificadas, têm vindo a ser devidamente implementadas e cumpridas, seja no que se refere à tomada de ações com vista a capacitar a empresa para participar na primeira revisão intermédia do NRP Tridente em Kiel e a efetivar a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP Arpão, seja no que se refere às diversas ações de carácter ambiental, de que a construção de parque intermédio de resíduos é apenas um exemplo, ou a conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo, num total de 42 contratos, englobando os trabalhadores contratados no início do ano.

A. C. M.
C. C.



III. Estrutura de capital

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados disponíveis no sistema de informações contábeis da Arsenal do Alfeite, S.A., e não representam uma auditoria independente.

Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital

O capital social da Arsenal do Alfeite, S.A., é de 32.400.000€ (trinta e dois milhões e quatrocentos mil euros), integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.480.000 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil) ações, de valor nominal de 5€ (cinco euros), conforme determinado nos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro.

No que respeita à sua titularidade, salienta-se que as ações da empresa são detidas, na sua totalidade, pela empresa pública Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A, em liquidação.

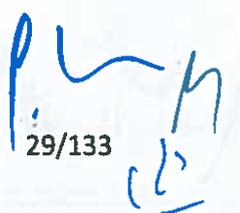
2. Limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

Não existem nos estatutos da sociedade limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações, regendo-se esta matéria pela legislação comercial, bem como pelo definido no Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)), alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que, genericamente, exige estudo demonstrativo do interesse e da viabilidade da operação pretendida, parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Defesa.

3. Acordos parassociais

Não se tem conhecimento da existência de acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas



Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades

Não existem por parte da empresa, nem por parte dos respetivos órgãos sociais quaisquer participações noutras entidades.

2. Aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional

Não existem por parte da empresa, nem por parte dos respetivos órgãos sociais quaisquer participações noutras entidades.

Não se registaram quaisquer aquisições ou alienações de participações sociais.

A Arsenal do Alfeite, SA, é associada da:

- Associação das Indústrias Navais;
- Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar;
- RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

Tem, além disso, representantes, através do seu Serviço de Laboratórios e de Controlo da Qualidade, nas seguintes:

- Comissões de Normalização:
 - Ensaio Não Destrutivo (CT138)
 - Soldadura (CT19)
 - Metrologia Linear e Angular (CT168)
 - Cabos de aço (CT 27)

- Comissões Técnicas / Grupos de Trabalho da RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal:
 - Certificação de Técnicos em Ensaios Não Destrutivos (CTC END)
 - Fórum Sectorial de Ensaios Não Destrutivos (FSEND)
 - Metrologia - Dimensional (CTR 04/GT8)
 - Metrologia – Elétrica (CTR 04/GT2)

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações ou obrigações desta sociedade, nem adquiriram, oneraram ou cessaram a titularidade, por qualquer causa, de ações e de obrigações da mesma sociedade e de sociedades com as quais esta esteja em relação do domínio ou de grupo.

O mesmo se diga de seus cônjuges não separados judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens, ou de seus descendentes de menor idade, ou de pessoas terceiras em cujo nome por sua conta ou dos referidos cônjuges e filhos ou do caso previsto na alínea d) do n.º 1 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 5 do seu art.º 447.º.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

Não existiram relações comerciais entre os titulares de participações (designadamente a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A, em liquidação), e a Arsenal do Alfeite, SA, em 2016. Saliente-se que a Arsenal do Alfeite, SA, em exercícios anteriores celebrou contratos de um mútuo com a sua acionista única, Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A, em liquidação, e que a 31 de dezembro de 2016 se encontrava em dívida 15.067.345,76€, tendo-se em 2016 debitado juros no valor de 265.144,68€ (note-se que em janeiro de 2017 recebeu a Arsenal do Alfeite, S.A., da sua acionista o valor de 10.000.000€ neste âmbito).

V. Órgãos Sociais e Comissões

P. V. M.
C. U.



Órgãos Sociais e Comissões

A. Assembleia Geral

Como referido, a sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, dispondo, designadamente, de uma Assembleia-Geral.

No que respeita às competências da Assembleia Geral, e atendendo ao disposto no Artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., verifica-se que compete especialmente à Assembleia Geral:

- Eleger os órgãos sociais;
- Apreciar e deliberar sobre todos os documentos de prestação de contas e demonstrações financeiras;
- Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- Deliberar sobre aumentos de capital;
- Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como de obrigações ou outros títulos semelhantes;
- Deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- Autorizar o conselho de Administração a realizar investimentos em montante superior a 10% do capital social efetivamente realizado;
- Autorizar a emissão de obrigações pela sociedade;
- Deliberar sobre qualquer assunto para o qual tenha sido convocada ou cuja competência resulte da lei ou do contrato social.



1. Composição da mesa da assembleia geral

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito da acionista datada de 24 de abril de 2015, foram eleitos para o triénio 2015-2017 os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral:

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€) Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
24/4/2015 – 31/12/2017	Presidente	Nuno Robalo de Almeida de Sousa Moniz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/4/2015 – 31/12/2017	Secretário	Pedro Miguel Fernandes Baptista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Esclareça-se que os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados no exercício de 2016.

2. Deliberações Acionistas

Não existe imposição estatutária que exija, para além das legalmente previstas, maioria qualificada para a tomada de deliberações acionistas. Adicionalmente, informa-se que não foram tomadas, no decorrer do exercício, quaisquer deliberações em sede de Assembleia Geral que carecessem, por imposição estatutária, de maioria qualificada (como alterações aos estatutos, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade).

B. Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Como referido, a sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, dispondo, designadamente, de um Conselho de Administração.

Nos termos do Artigo 16º dos Estatutos, ao Conselho de Administração compete:

- ❖ Gerir as atividades da sociedade, segundo critérios de eficiência, bom governo societário, sustentabilidade, ética e respeito pelas leis;
- ❖ Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social, que não caibam na competência de outro órgão social;
- ❖ Aprovar todos os documentos de prestação de contas a submeter à Assembleia Geral;
- ❖ Aprovar o plano de atividades, o orçamento e o plano de investimentos, anuais e plurianuais, e as respetivas coberturas financeiras, bem como acompanhar a sua execução;
- ❖ Propor à Assembleia Geral a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- ❖ Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações e confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- ❖ Exercer as demais competências que lhe cabem por lei.

2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral. Em caso de demissão ou ausência definitiva de um administrador, o Conselho de Administração pode promover a sua substituição por cooptação, sujeita a ratificação da Assembleia Geral (art.º 14.º n.º 3 dos Estatutos).

3. Caracterização da composição,

No que respeita ao Conselho de Administração, e de acordo com o preconizado no Artigo 14º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., é este órgão social composto por três a cinco membros, sendo um Presidente e os restantes vogais, com mandatos de três anos.

Encontram-se efetivamente designados um Presidente e dois vogais.

Por via da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 24 de abril de 2015, foram eleitos para o triénio 2015-2017 os membros do Conselho de Administração: Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas, Miguel Fernando Costa da Silva Pereira e Rui Manuel Rapaz Lérias (a que, doravante nos referiremos pelo seu nome profissional (Andreia Fernandes Ventura, Miguel Silva Pereira e Rui Rapaz Lérias).

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade pagadora	(O/D)
24/4/2015- 31/12/2017	Presidente	Andreia Fernandes Ventura	DUE	24.04.2015	Arsenal do Alfeite, SA	D
24/4/2015- 31/12/2017	Vogal	Miguel Silva Pereira	DUE	24.04.2015	Arsenal do Alfeite, SA	D
24/4/2015- 31/12/2017	Vogal	Rui Rapaz Lérias	DUE	24.04.2015	Arsenal do Alfeite, SA	D

Número estatutário mínimo e máximo de membros - 3/5

Legenda: (1) DUE - Deliberação Unânime por Escrito, (2) O/D – Origem / Destino (paga pela entidade de origem/destino)

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos, não existindo membros não executivos.

5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Andreia Fernandes Ventura

Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);
- ❖ Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ Pós-Graduação em Aperfeiçoamento em Arrendamento Urbano, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ 41º Programa de Alta Direção de Empresas da AESE Business School.

Experiência Profissional

- ❖ Presidente do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;
- ❖ Vogal do Conselho de Administração do Porto de Lisboa, S.A. – de junho de 2009 até abril de 2015;
- ❖ Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. – de janeiro de 2007 até junho de 2009;
- ❖ Adjunta da, então, Secretária de Estado dos Transportes do XVII Governo Constitucional – de julho de 2006 até janeiro de 2007;
- ❖ Coordenadora do Gabinete de Administração Patrimonial, no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (atualmente Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.) – de maio de 2002 até julho de 2006;
- ❖ Assessora Jurídica do Conselho Diretivo, no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça» (atualmente Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.) – de janeiro de 2001 até maio de 2002;
- ❖ Advogada da Sociedade de Advogados FERREIRA PINTO & ASSOCIADOS (após fusão com a SÉRVULO CORREIA & ASSOCIADOS, hoje SÉRVULO & ASSOCIADOS), de Setembro de 1998 até Janeiro de 2001.

Associações Profissionais

- ❖ Inscrita como Advogada na Ordem dos Advogados, no Conselho Distrital de Lisboa com a cédula profissional n.º 16312 (com inscrição suspensa a seu pedido).

Formação Profissional Complementar

- ❖ Participação em diversas conferências, seminários e colóquios.

Atividade Internacional

- ❖ Membro da Direção da associação internacional MedCruise (Association of Mediterranean Cruise Ports), desde setembro de 2014 até abril de 2015;
- ❖ Representante da Associação dos Portos Portugueses (APP) na ESPO – European Sea Ports Organisation (na Cruise and Ferry Port Network);
- ❖ Representante da Administração do Porto de Lisboa, S.A. nas diferentes associações internacionais de cruzeiros: MedCruise (a associação dos portos do Mediterrâneo – com 91 membros, 82 dos quais portos); Cruise Europe (a associação dos portos do Norte da Europa e da Europa Atlântica, com cerca de 100 membros) e Atlantic Alliance (associação que promove itinerários no Atlântico e que conta com 18 membros);
- ❖ Representante Nacional (Suplente) no Conselho de Administração da Agência Europeia de Segurança Marítima;
- ❖ Representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações/ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. na Organização Marítima Internacional (Legal Committee);
- ❖ Representante da Administração do Porto de Lisboa, S.A. nas reuniões relativas à atividade de cruzeiros, com armadores e operadores internacionais, bem como com outros portos.

Atividade Conferencista

- ❖ Docente em diversos cursos, tais como: I Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo e Portuário do Centro de Direito Marítimo e dos Transportes, IV Curso de Direito Marítimo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);
- ❖ Oradora em diversos eventos, tais como: Sessão de Continuidade Alumni AESE 2015 sobre o Turismo Marítimo e Náutico a convite da AESE Business School; Conferência Pan-European Dialogue between cruise operators, ports and coastal tourism stakeholders, a convite da Comissão Europeia; Sessão de Abertura da Semana Global do Empreendedorismo, organizado pela Global Entrepreneurship Week; Fórum «Vamos falar sobre Cruzeiros», no Cruise Day Lisbon; Congresso da AGEPOR (Associação dos Agentes de Navegação), sob o tema «O Mar de Amanhã»; Fórum Ideias Desenvolvimento Local; V Edição das Jornadas de Engenharia do Ambiente a convite do Instituto Superior Técnico;

- ❖ Conferencista em diversos eventos, tais como: 7.º Encontro Transportes em Revista – Competitividade e Futuro, sobre o tema «Intermodalidade» em 13 de novembro de 2012, em Lisboa; Congresso organizado pelo Fórum Empresarial da Economia do Mar «Âncora – O Mar com os pés assentes em Terra», sobre o tema «Cruzeiros marítimos e Náutica de Recreio»; Conferência organizada pela Associação Comercial de Lisboa «Cruzeiros marítimos Um sector em forte crescimento», sobre o tema «A atividade de cruzeiros no mundo, em Portugal e no Porto de Lisboa» em 5 de julho de 2012, em Lisboa; Mini-MBA sobre Direito Marítimo, organizado pela IIR Portugal.

Informação Adicional:

- ❖ Membro do Observatório da Cooperação na Economia do Mar, criado em dezembro de 2014, sob a Presidência do Senhor Dr. António Saraiva (Presidente da CIP), pela «vasta experiência na área portuária e, em particular, turismo marítimo e náutico».

Miguel Silva Pereira

Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Moderna;
- ❖ Pós Graduação em Direito da Defesa Nacional, pelo Instituto de Ciências Jurídico-políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ Frequência atual, como Auditor, do Curso de Defesa Nacional 2016/2017, a decorrer no Instituto de Defesa Nacional;
- ❖ Frequência e conclusão com aproveitamento do curso para inspetor tributário (com admissão através do concurso público externo), com formação específica em matéria de impostos e direito tributário;

Experiência Profissional

- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;
- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Empordef Engenharia Naval, S.A. – de outubro de 2014 até setembro de 2015;
- ❖ Auditor Interno da Autoridade Tributária e Aduaneira – de maio de 2007 até setembro de 2014;

- ❖ Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade – de dezembro de 1998 até setembro de 2013;
- ❖ Adjunto de Gabinete de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa – de outubro de 2006 até maio de 2007;
- ❖ Auditor Interno na Direção-Geral dos Impostos – de maio de 2006 até setembro de 2006;
- ❖ Técnico da Administração Tributária Adjunto – de fevereiro de 2002 até maio de 2006;
- ❖ Técnico da Administração Tributária Adjunto Estagiário – de agosto de 1999 até fevereiro de 2002;

Formação Profissional Complementar

- ❖ Participação em diversas conferências, seminários e colóquios.

Informação Adicional:

- ❖ Dirigente Desportivo e Associativo desde 1997 do Grupo Dramático “Ramiro José”, em Lisboa, Presidente da Direção;
- ❖ Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação das Industrias Navais desde 2015.

Rui Rapaz Lérias

Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Ciências Militares Navais - ramo Mecânica, pela Escola Naval;
- ❖ Cursos Superior Naval de Guerra (1995), Complementar Naval de Guerra (2001) e de Promoção a Oficial General (2006) pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (Lisboa);
- ❖ Pós-Graduação em *Submarine Design* pelo *University College London*; *Constructors Training Course* pelo *Royal Naval Engineering College*;
- ❖ Msc (Master of Science) in Naval Architecture pelo *University College London*.

Outras habilitações técnicas ou profissionais

- ❖ Participação em diversas Conferências, Seminários e Cursos Profissionais, nomeadamente: *Warships 2002: Naval Submarines 7* (RINA, Londres, 2002); *Supportability Engineering and Logistics Analysis: in a systems engineering context* (Mirce Academy, Londres, 1999); *Warships 99: Naval Submarines 6* (RINA, Londres, 1999);

Life Cycle Design Using Performance Based Supportability Planning (SLEE-NAMSA, Luxemburgo, 1998); *Introduction to Modern Life Cycle Cost Analysis* (SLEE-NAMSA, Luxemburgo, 1997); *Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação* (INA, Lisboa, 1997); *Marine Structure Response to Underwater Explosions* (TNO, Delft, 1996); *Conceção e Gestão de Projetos* (INA, Lisboa, 1994).

Experiência profissional

- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;
- ❖ Superintendente das Tecnologias da Informação da Marinha (2014-2015);
- ❖ Diretor do Serviço de Formação da Marinha (2012-13);
- ❖ Assessor do Vice-almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (2011-12);
- ❖ Docente – Coordenador da Área de Ensino de Administração do Instituto de Estudos Superiores Militares (2008-11);
- ❖ Subdiretor da Direção de Navios da Marinha (2006-07);
- ❖ Assessor do Conselho de Administração do estaleiro Arsenal do Alfeite (2004-05);
- ❖ Diretor Interino do Grupo de Projeto para a Aquisição de Submarinos para a Marinha (2003-04);
- ❖ Presidente da Comissão de Avaliação e Chefe da Equipa de Projeto dos Navios Patrulhas Oceânicos para a Marinha (2001-03);
- ❖ Membro do Grupo de Projeto para a Aquisição de Submarinos para a Marinha (1994-2001);
- ❖ Chefe da Divisão de Construção Naval do Gabinete de Estudos da Direção-Geral de Material Naval da Marinha (1990-93);
- ❖ Eng^o Chefe do Departamento de Propulsão e Produção de Energia da Fragata Alm. Magalhães Corrêa e da Corveta João Roby (1982-86);
- ❖ Eng^o Adjunto do Chefe de Serviço de Máquinas da Fragata Alm. Magalhães Corrêa (1979-81).

Estatuto Profissional e Associações Profissionais

- ❖ Contra-almirante da Marinha Portuguesa, no ativo, engenheiro construtor naval.
- ❖ Membro da Ordem dos Engenheiros, Colégio de Engenharia Naval, cédula nº 32932.
- ❖ Membro da “American Society of Naval Engineers”.

6. Declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse

No exercício, os membros do Conselho de Administração não detinham nem detêm quaisquer participações patrimoniais na Arsenal do Alfeite, SA, nem mantinham nem mantêm quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Cada membro do Conselho de Administração apresentou, aquando do início de funções, uma declaração, negativa, relativa a eventuais participações patrimoniais que detivessem na empresa, assim como quaisquer relações que mantivessem com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, que se encontram em anexo ao presente relatório.

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.

Não existiram no exercício nem existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com o acionista único.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

A Arsenal do Alfeite, SA, apresenta um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização, respeitando, assim, o disposto no n.º 1 do art.º 30.º do RJSPE, como demonstrado de seguida.

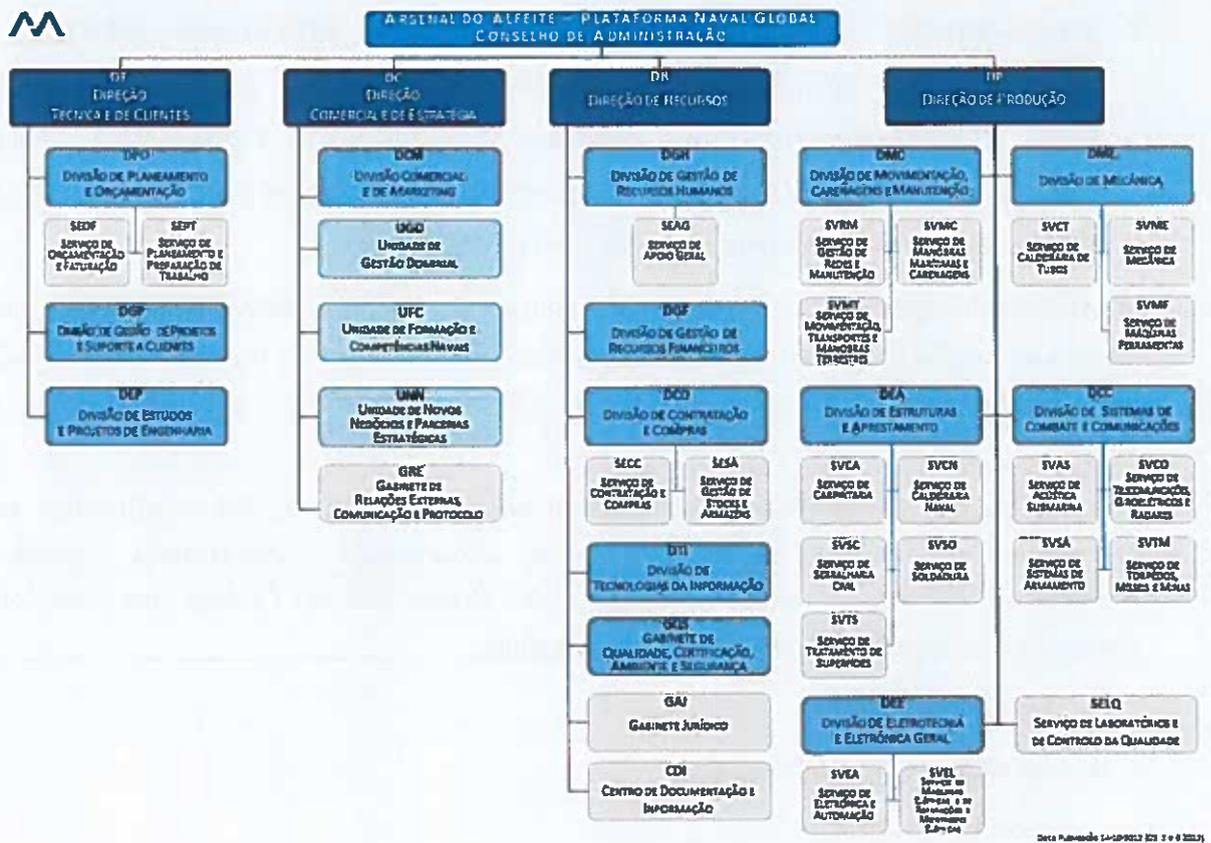
Nos termos do Artigo 8º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., publicados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, a sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, dispondo dos seguintes órgãos sociais:

- ❖ Assembleia-Geral;
- ❖ Conselho de Administração;
- ❖ Fiscal Único.

As competências dos órgãos sociais encontram-se fixadas na lei bem como nos Estatutos da sociedade, não tendo os mesmos sofrido alterações desde a sua aprovação e publicação em fevereiro de 2009.

Por deliberações do Conselho de Administração, divulgadas pela Ordem de Serviço n.º 5/2015, de 28 de setembro, alterada pela Ordem de Serviço n.º 6/2015, de 14 de outubro, foi aprovada a orgânica interna da empresa e a designação de dirigentes e chefias de direção, divisão e serviços (além da afetação de trabalhadores pelas diversas unidades orgânicas), divulgada pela Informação da Direção de Recursos Humanos n.º 31/2015, de 28 de setembro (sendo alterações subsequentes nas chefias divulgadas como indicado no quadro que se segue através de Informação da Direção de Recursos (IDR)).

O organograma aprovado é o seguinte:



As diferentes unidades orgânicas atualmente existentes (direção, divisão e serviço), respetivos diretores e chefes, e as relações entre estas encontram-se esquematizadas no quadro seguintes:

Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Unidade Orgânica	Designação	Sigla	Reporta a	Titular do cargo	Publicitação
I Direção	Direção Técnica e de Clientes	DT	CA	António Mateus	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Planeamento e Orçamentação	DPO	DT	Luís Alves	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Orçamentação e Faturação	SEOF	DPO	Mário Peixe	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Planeamento e Preparação de Trabalho	SPPT	DPO	Ana Paulino	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Gestão de Projetos e Suporte a Clientes	DGP	DT	Rui Parreira	IDR 2/2016, de 17 de junho
II Divisão	Divisão de Estudos e Projetos de Engenharia	DEP	DT	Paulo Pinheiro	IDH 31/2015, de 28 de setembro
I Direção	Direção Comercial e de Estratégia	DC	CA	António Mateus	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão Comercial e de Marketing	DCM	DC	-	-
	Unidade de Gestão Dominial	UGD	DC	-	-
	Unidade de Formação e Competências Navais	UFC	DC	João Cabrita	IDH 31/2015, de 28 de setembro
	Unidade de Novos Negócios e Parcerias Estratégicas	UNN	DC	-	-
	Gabinete de Relações Externas, Comunicação e Protocolo	GRE	DC	Sara Muacho	IDH 31/2015, de 28 de setembro
I Direção	Direção de Recursos	DR	CA	Pedro Paulouro	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Gestão de Recursos Humanos	DGH	DR	João Cabrita	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Apoio Geral	SEAG	DGH	Paula Jeremias	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Gestão de Recursos Financeiros	DGF	DR	Carla Cardoso	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Contratação e Compras	DCO	DR	Rui Ribeiro da Silva	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Contratação e Compras	SECC	DCO	Helena Fustiga	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Gestão de Stocks e Armazéns	SESA	DCO	António Sanches	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Tecnologias da Informação	DTI	DR	Vitor Nogueira	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança	GQS	DR	Paulo Martins	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Gabinete Jurídico	GAJ	DR	Sara Muacho	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Centro de Documentação e Informação	CDI	DR	Ana Ferreira	IDR 5/2016, de 14 de dezembro
I Direção	Direção de Produção	DP	CA	Habil Peerally	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Movimentação, Carenagens e Manutenção	DMC	DP	Carlos Matos	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Gestão de Redes e Manutenção	SVRM	DMC	Manuel Silva	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Manobras Marítimas e Carenagens	SVMC	DMC	Pedro Soares	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Movimentação, Transportes e Manobras Terrestres	SVMT	DMC	João Aleluia	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Sistemas de Combate e Comunicações	DCC	DP	António Navalhas	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Acústica Submarina	SVAS	DCC	Francisco Merca	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Telecomunicações, Giroelétricos e Radares	SVCO	DCC	Domingos Sabino	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Sistemas de Armamento	SVSA	DCC	Hugo Luz	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Torpedos, Mísseis e Minas	SVTM	DCC	Carlos Leitão	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Estruturas e Aprestamento	DEA	DP	Jorge Soares	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Carpintaria	SVCA	DEA	Mário Figueiredo	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Caldeiraria Naval	SVCN	DEA	Alberto Enes	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Serralharia Civil	SVSC	DEA	António Barradas	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Soldadura	SVSO	DEA	João Freire	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Tratamento de Superfícies	SVTS	DEA	Frederico Marques	IDH 31/2015, de 28 de setembro
II Divisão	Divisão de Eletrotécnica e Eletrónica Geral	DEE	DP	Habil Peerally	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Eletrónica e Automação	SVEA	DEE	Vasco Adão	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Máquinas Eléctricas e de Reparações e Montagens Eléctricas	SVEL	DEE	Américo Siva	IDR 2/2016, de 17 de junho
II Divisão	Divisão de Mecânica	DME	DP	José Oliveira	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Caldeiraria de Tubos	SVCT	DME	Rui Rodrigues	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Mecânica	SVME	DME	Luís Peerally	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Máquinas Ferramentas	SVMF	DME	Manuel Campos	IDH 31/2015, de 28 de setembro
III Serviço	Serviço de Laboratórios e de Controlo da Qualidade	SVLQ	DP	Cristina Falcão	IDH 31/2015, de 28 de setembro

Cabe a todas as direcções:

- Orientar, coordenar e controlar as atividades de cada uma das estruturas orgânicas integrantes da Direção e submeter à decisão do Conselho de Administração os processos que assim o exigiam;
- Elaborar Relatório Anual das atividades desenvolvidas;
- Propor o orçamento anual e, trimestralmente, justificar e corrigir os desvios apurados;
- Criar mecanismos de controlo e avaliação de eficácia dos procedimentos;



- Colaborar com todas as estruturas da Arsenal do Alfeite, S.A., cumprindo e fazendo cumprir os prazos, e assegurar a transmissão da informação necessária à execução da missão de todas as direções;
- Estabelecer e desenvolver um bom relacionamento com os vários interlocutores da Arsenal do Alfeite, S.A., designadamente clientes, entidades oficiais, peritos, agentes, entidades portuárias, sociedades classificadoras, fornecedores e outros setores ligados à atividade empresarial.

Cabe à Direção Técnica e de Clientes:

- Apoiar o Conselho de Administração na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento relativas à reparação e construção naval para a Marinha Portuguesa;
- Apoiar a Direção Comercial e de Estratégia nas ações necessárias ao crescimento sustentado da carteira de clientes nos diferentes segmentos de mercado;
- Contribuir para a definição e garantir o cumprimento do Plano de Vendas Anual relativo à Marinha Portuguesa;
- Elaborar e expedir as propostas de bens e serviços a fornecer pelo estaleiro à Marinha Portuguesa, bem como apoiar a Direção Comercial e de Estratégia nesta matéria relativamente aos restantes clientes;
- Garantir a ocupação plena das capacidades do Estaleiro, maximizando a margem do negócio, nos termos dos objetivos definidos;
- Executar as tarefas inerentes à organização, preparação, planeamento e controlo de projetos complexos, de acordo com orçamentos e prazos indicados, numa perspetiva de otimização dos recursos envolvidos;
- Controlar e acompanhar o desempenho económico e financeiro dos projetos em curso no estaleiro, de forma a permitir a tomada, em tempo útil, das ações corretivas consideradas adequadas;
- Representar, por indicação do Conselho de Administração, a empresa junto dos clientes e de outras entidades envolvidas no desenvolvimento dos projetos;
- Coordenar as atividades de apoio aos clientes;

- Garantir o planeamento, coordenação e controlo necessário à gestão dos projetos associados à atividade do estaleiro sejam estes de reparação naval militar ou comercial, construção naval, manutenção industrial, ou de índole especial, e com o objetivo de assegurar a intervenção planificada, coordenada e integrada dos diferentes sectores da produção;
- Assegurar aos clientes, de forma competitiva, serviços de projeto e engenharia em qualquer área da construção e reparação naval.

Cabe à Direção Comercial e de Estratégia:

- Apoiar o Conselho de Administração na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento comercial;
- Desenvolver as ações necessárias ao crescimento sustentado da carteira de clientes nos diferentes segmentos de mercado;
- Definir e garantir, em articulação com a Direção Técnica e de Clientes, o cumprimento do Plano de Vendas Anual e promover a imagem e reputação do Estaleiro a nível externo;
- Representar, por indicação do Conselho de Administração, a empresa junto dos clientes e de outras entidades envolvidas nos projetos;
- Promover a imagem e identidade da sociedade junto de entidades, organismos, indivíduos e público em geral.
- Assegurar a rentabilização e a adequada utilização de espaços não diretamente alocados às atividades de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança dos clientes.

Cabe à Direção de Recursos:

- Apoiar o Conselho de Administração na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento no âmbito da gestão de recursos humanos, bem como no apoio a processos de negociação coletiva, da gestão financeira e dos assuntos jurídicos;
- Assegurar as atividades específicas dos sistemas de gestão de recursos humanos, nomeadamente nas áreas de recrutamento e seleção, carreiras e remunerações, formação e desenvolvimento e avaliação e gestão do desempenho, bem como de medicina do trabalho;



- Elaborar e controlar o plano anual de encargos com o pessoal reportando ao Conselho de Administração resultados e elaborando propostas/recomendações;
- Promover, conjuntamente com os diferentes órgãos da estrutura, o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os trabalhadores;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento no âmbito financeiro;
- Fazer executar as políticas e as diretrizes do Conselho de Administração e do Grupo na área financeira;
- Definir um plano financeiro adequado à atividade da empresa;
- Assegurar que o sistema da contabilidade geral forneça uma imagem fiel da situação da empresa, quanto ao seu património, à sua situação financeira e aos seus resultados, respeitando as regras constantes do sistema de normalização contabilística (SNC);
- Assegurar que o sistema de contabilidade analítica forneça uma imagem fiel da atividade da empresa (centros de custo/projetos) e respetiva concordância com a contabilidade geral;
- Realizar a atividade jurídica de assessoria e de estudo de matéria técnico-jurídica, bem como de produção de instrumentos jurídicos;
- Promover e facilitar o acesso dos profissionais à informação, mediante o desenvolvimento de estratégias de gestão integrada e de difusão seletiva;
- Implementar e manter o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIG) de acordo com as normas de referência NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP 4397 / OSHAS 18001; colaborar com a Administração ao desencadear as atividades conducentes à revisão ao Sistema, nomeadamente elaborando relatórios de desempenho do Sistema para apreciação superior; e colaborar na definição da política, dos objetivos e metas do Sistema;
- Assegurar os serviços informáticos, na área de infraestruturas tecnológicas, de forma a disponibilizar a informação necessária aos diversos níveis de gestão do estaleiro.

Cabe à Direção de Produção:

- Apoiar o Conselho de Administração na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento no âmbito dos serviços de engenharia e de produção;
- Desenvolver e coordenar as atividades de produção e de manutenção, garantindo uma gestão otimizada dos recursos e promovendo uma melhoria contínua da produtividade;
- Planear, preparar e executar todos os trabalhos solicitados, de acordo com os requisitos de qualidade definidos;
- Assegurar o cumprimento das normas de segurança e ambientais a todos os níveis;
- Providenciar o estudo e definição das soluções de reparação para as obras em curso;
- Gerir as subempreitadas adjudicadas no campo das suas responsabilidades;
- Assegurar a coordenação e controlo fabril relativos às reparações, construções e obras diversas, de modo a garantir o cumprimento dos prazos de execução;
- Assegurar a realização das atividades necessárias ao controlo da qualidade da produção da empresa, garantindo o cumprimento de todos os normativos aplicáveis;
- Organizar os métodos de produção;
- Propor a adoção de novas tecnologias aplicáveis às reparações e construções;
- Estudar e implementar métodos e recursos com vista a incrementar a produtividade da sua atividade;
- Avaliar em cada momento os recursos materiais e humanos disponíveis /necessários, procurando, em conjunto com as outras Direções, minimizar os encargos de exploração;
- Propor os planos de atividades e de investimento da Direção;
- Colaborar com a Unidade de Formação e Competências Navais disponibilizando formadores quando necessário e providenciando apoio na realização de estágios a formandos.



Handwritten signature and initials in blue ink.

No que se refere às autorizações de despesa, cabe à Assembleia Geral autorizar o Conselho de Administração a realizar investimentos em montante superior a 10% do capital social efetivamente realizado, cabendo ao Conselho de Administração a autorização das demais despesas, sem prejuízo da delegação quanto a:

- Despesas de gestão corrente – aquisição de bens e serviços a incorporar nos projetos (obras) e aquisição de bens e serviços para centros de custos:
 - Até 5.000€ - Chefe da Divisão de Contratação e Compras;
 - Até 25.000€ - Diretor de Recursos;
 - Superior a 25.000€ - Dois Administradores;
- Despesas de investimento:
 - Até 5.000€ - um Administrador;
 - Superior a 5.000€ - Dois Administradores
- Despesas de gestão corrente do Conselho de Administração – até 5.000€ - um Administrador;
- Despesas com formação e com aquisições de publicações técnicas (orçamentadas e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração) – até 5.000€ - um Administrador;
- Despesas de gestão corrente realizadas através de Fundo de Maneio (urgentes e inadiáveis) – até 250€ - diretor responsável pelo Fundo de Maneio.

9. Funcionamento do Conselho de Administração:

a) Número de reuniões e assiduidade;

De acordo com os Estatutos da empresa, o Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e reúne extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente por sua iniciativa ou a pedido formulado por escrito de, pelo menos, dois Administradores (art.º 15.º n.º 1).

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate (art.º 15.º n.º 4).

Em 2016, o Conselho de Administração reuniu e deliberou 30 vezes, constando todas as suas deliberações das respetivas atas. O número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas encontra-se refletido no quadro seguinte:

N.º total de reuniões do Conselho de Administração	N.º de reuniões em que participou a Presidente do Conselho de Administração	N.º de reuniões em que participou o Vogal do Conselho de Administração Dr. Miguel Silva Pereira	N.º de reuniões em que participou o Vogal do Conselho de Administração Alm. Rui Rapaz Lérias
30	30	30	29

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades:

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe acumulação, sendo a Arsenal do Alfeite, SA, membro de órgãos estatutários de associações sem fins lucrativos e nestes representada por membros do Conselho de Administração em dois casos:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Andreia Fernandes Ventura	Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar	Vogal da Direção, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado
Miguel Silva Pereira	Associação das Indústrias Navais	Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado

Refira-se que as referidas funções de representação desta empresa pelos membros do Conselho de Administração não são remuneradas de qualquer forma.

c) Avaliação de desempenho dos administradores:

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é efetuada pela acionista em sede de Assembleia Geral anual, na qual se evidencia o desempenho dos membros do Conselho de Administração, nos termos do art.º 376.º do Código das Sociedades Comerciais, não existindo critérios pré-determinados para essa avaliação.

d) Comissões existentes no órgão de administração

Não existem comissões no órgão de administração.

C. Fiscalização - Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação e composição do órgão de fiscalização

Em virtude da estrutura societária adotada — a da alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do Artigo 8º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A. — preconiza o Artigo 19º dos Estatutos da empresa que a fiscalização da atividade societária compete a um Fiscal Único, o qual deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de três anos.

Em termos estatutários, as competências, poderes e deveres do fiscal único são os que se encontram estabelecidos na lei e nos Estatutos, isto é, designadamente, as competências previstas nos Artigos 420º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (Artigo 19º e 20º dos Estatutos).

Foi designado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 24 de abril de 2015, como Fiscal Único efetivo PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld.ª, e suplente, José Manuel Henriques Bernardo, para o mandato 2015-2017.

2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade

Os revisores oficiais de contas designados para o exercício da revisão legal das contas são, segundo estipula o n.º 1 do art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (ROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, inamovíveis antes de terminado o mandato ou na falta de indicação deste ou de disposição contratual por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respetiva para as demais empresas ou outras entidades.

Nas entidades de interesse público, o período máximo de exercício de funções de auditoria pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de dois anos segundo estipula o n.º 2 do art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. No entanto, a Arsenal do Alfeite, SA, não é, nesta definição, uma entidade de interesse público pois apesar de ser empresa pública não apresenta, durante dois anos consecutivos, um volume de negócios superior a 50.000.000€, ou um ativo líquido total superior a 300.000.000€, nos termos do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo art.º 2.º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro.

O órgão responsável pela avaliação do auditor externo é a Assembleia Geral, que o faz com periodicidade anual, nos termos do art.º 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório

O Fiscal Único efetivo PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld.^a, e suplente, José Manuel Henriques Bernardo, do mandato 2015-2017, já se encontravam em funções no triénio 2012-2015, mediante nomeação efetuada pela Assembleia Geral em 23 de março de 2012 (pelo que exercem funções há cinco anos na Arsenal do Alfeite, SA, sendo, ainda, de notar que exercem funções no grupo há 6 anos).

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Arsenal do Alfeite, SA	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data			Contratada
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld. ^a	183	20161485	DUE	24.04.2015	S	6	5
		Representada por :							
		César Abel Rodrigues Gonçalves				R.O.C n.º 740		6	5
		Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão				R.O.C n.º 902		6	5
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	José Manuel Henriques Bernardo				R.O.C n.º 903		6	5

Legenda: DUE - Deliberação Unânime por Escrito

Remuneração Anual 2016 (€)				
Nome	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4=(1)-(2)+(3))
PWC – SROC	16.200	-1.600	1.600	16.200
José Manuel Henriques Bernardo	0	0	0	0

4. Outros serviços prestados pela SROC à entidade

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Ld.^a, prestou, também, serviços de revisão da proposta de orçamento de 2016 e de revisão da proposta de orçamento de 2017. O Conselho de Administração aprovou a contratação destes serviços, legalmente devidos, entendendo que os mesmos, para além de serem obrigatoriamente prestados pelo Revisor Oficial de Contas, globalmente apenas assumem um peso relativo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Arsenal do Alfeite, SA, por corresponder a serviço normalmente prestado em 2015 e que excepcionalmente (por o Orçamento do Estado para 2016 apenas ter sido aprovado já durante o ano de 2016) foi prestado no mesmo ano que o serviço equivalente correspondente ao orçamento para 2017, não colocando em causa a independência do ROC. Adicionalmente, qualquer novo serviço a prestar pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Ld.^a, e suas empresas, encontra-se sujeito a aprovação prévia quer pela Arsenal do Alfeite, SA, quer pela própria PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Ld.^a, no âmbito do seu sistema de controlo de qualidade.

O quadro seguinte indica os valores pagos à PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Ld.^a, por estes serviços de revisão das propostas de orçamento de 2016 e de 2017, incluindo os valores referentes à revisão legal de contas:

Remuneração anual 2016 (C)				
PWC, SROC, Ld.ª	Bruta	Redução (Lei OF)	Reversão Remuneratória	Valor Final
Revisão Legal de Contas	16.200,00	-1.600,00	1.600,00	16.200,00
Revisão - Orçamento para 2016	6.000,00	-600,00	240,00	5.640,00
Revisão - Orçamento para 2017	6.000,00	-600,00	480,00	5.880,00
Total	28.200,00	-2.800,00	2.320,00	27.720,00

VI. Organização Interna



Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.

Os Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A. foram objeto da respetiva aprovação por via do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, o qual procede à constituição da Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

No âmbito do diploma mencionado no parágrafo anterior, nomeadamente no n.º 3 do seu Artigo 3º, podem os estatutos da sociedade ser alterados nos termos da lei comercial, sendo esta competência da Assembleia Geral (Artigo 13º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos).

A este respeito, salienta-se que não se registaram quaisquer alterações aos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., pelo que os mesmos se mantêm inalterados desde o ano da sua aprovação, isto é, desde 2009.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.

Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de Bom Governo, vigora na Arsenal do Alfeite, S.A. uma política de prevenção e gestão de conflitos de interesse que visa garantir que todos os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., independentemente do tipo de vínculo (sendo entendidos como tal, todos os membros do Conselho de Administração, diretores e demais dirigentes e restantes trabalhadores), atuam no desempenho das suas atividades, ao nível dos procedimentos e da sua organização interna, no sentido de evitar a ocorrência de conflitos de interesse.

Em particular, os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento do que se encontra previsto sobre os princípios de Bom Governo das empresas, bem como, dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de assuntos nos quais possam eventualmente ter interesse, direto ou indireto, por conta própria ou por terceiro, que potencial ou efetivamente entrem em conflito com os interesses da empresa, respeitando assim as normas aplicáveis no exercício das suas funções. Destaca-se, neste

aspecto, a não aprovação por parte de cada membro do Conselho de Administração de despesas por si realizadas.

De salientar que a Arsenal do Alfeite, S.A., definiu, através da aprovação do seu Código de Conduta, de 14 de dezembro de 2009, publicado no seu sítio internet e intranet, uma série de diretrizes de orientação cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse.

Adicionalmente ao acima vertido, os membros do Conselho de Administração observam rigorosamente o regime de impedimentos definido no Estatuto do Gestor Público, bem como as regras relativas ao exercício cumulativo de funções.

Por forma a evitar ou reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de situações potencialmente geradoras de conflitos de interesse, a Arsenal do Alfeite, S.A., além de manter atualizados procedimentos e regras de atuação, implementou um processo para a comunicação de irregularidades, que visa assegurar um conjunto adequado de procedimentos que possam responder de modo eficiente e justo às alegadas irregularidades que sejam relatadas, existindo já, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, um procedimento documentado para o registo e tratamento de reclamações de qualquer natureza por parte de clientes e fornecedores, além do mecanismo existente de comunicação direta, com possibilidade de tal ser feito anonimamente, entre qualquer trabalhador e a Administração.

Tendo em conta as recomendações sobre esta matéria, a Arsenal do Alfeite, S.A., promove o tratamento de qualquer comunicação de irregularidade que se pense ou saiba ter sido efetuada por qualquer dos membros dos seus órgãos sociais ou trabalhadores e leva a cabo as medidas que considera apropriadas, constatando-se os fundamentos da irregularidade relatada, não sendo tolerada qualquer represália contra quem realize as participações.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

A política de prevenção e gestão de conflitos de interesse, para além das normas legais aplicáveis e do Código de Conduta, decorre ainda do compromisso ético assumido no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do

Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra igualmente publicado no sítio de internet da empresa.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos

Segundo o art.º 8.º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na sua redação decorrente do Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro, e que produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2018, as entidades abrangidas por este diploma, como as entidades públicas reclassificadas, devem adotar um sistema de controlo interno que englobe, designadamente, o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável. O sistema de controlo interno tem por base sistemas adequados de gestão de risco, de informação e de comunicação, bem como um processo de monitorização que assegure a respetiva adequação e eficácia em todas as áreas de intervenção.

O sistema de controlo interno visa garantir:

- A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo;
- O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
- A salvaguarda do património;
- A aprovação e o controlo de documentos;
- A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- O incremento da eficiência das operações;

- A adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- O registo oportuno das operações pela quantia correta, em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis;
- Uma adequada gestão de riscos.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade e respetivo controlo, enquanto pilar do Governo da Sociedade, pelo que foi devidamente incorporado no seu processo de gestão.

Efetivamente, e embora não disponha formalmente de um Sistema de Controlo Interno (SCI) consolidado — tendo o ano de 2017 para o assegurar de acordo com o referido art.º 8.º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro na sua redação atual — dispõe a empresa de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, certificado pela APCER de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2015. Tal sistema de controlo é transversal a todas as áreas de atividade da empresa, englobando a estrutura orgânica da empresa, procedimentos e integração dos mesmos, bem como os procedimentos de controlo, tais como auditorias internas, e identificação dos riscos e das ações para a eliminação ou mitigação destes riscos.

Assim, foram identificados os riscos associados aos processos da organização, produtivos e de suporte, definidas ações destinadas à sua eliminação ou mitigação e planeada a sua execução. Quanto aos riscos ambientais, foram identificados e elencados em sede de Estudo de Impacte Ambiental, foram definidas medidas de controlo e mitigação dos eventuais efeitos adversos, com procedimentos definidos em caso de derrames e com ações definidas na Declaração de Impacte Ambiental e planeadas para de uma forma faseada eliminar ou reduzir os riscos ambientais decorrentes da atividade da empresa.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

É de salientar neste âmbito o Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança, unidade orgânica à qual cabe:

- Colaborar na definição dos requisitos do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIG), identificar dificuldades na sua implementação e propor medidas para a sua resolução;
- Elaborar, controlar e manter atualizado o Manual do SIG;
- Coordenar a elaboração, controlar e manter atualizada toda a documentação do SIG;
- Avaliar as necessidades e propor as ações de formação nas áreas da qualidade, ambiente e segurança;
- Avaliar a eficácia do SIG, nomeadamente através da realização de auditorias internas e análise dos resultados respetivos;
- Analisar a adequação e a eficácia de ações corretivas;
- Avaliar a justeza e a oportunidade das propostas de ações preventivas, encaminhá-las de forma adequada e avaliar os resultados respetivos,
- Estudar, formular e promover medidas nas áreas da prevenção e da proteção em matéria de higiene, salubridade, limpeza e segurança no trabalho, acidentes em serviço, saúde, combate a sinistros e à poluição, em estreita colaboração com o Serviço de Apoio Geral e o Serviço de Manobras Marítimas e Carenagens;
- Assegurar a higiene e as limpezas gerais no estaleiro e a melhoria das condições relativas à conveniente adequação dos postos de trabalho às capacidades dos trabalhadores;
- Garantir que as atividades da Arsenal do Alfeite, S.A., se desenvolvam com respeito pelas normas e regras de segurança ambiental;
- Organizar os meios destinados à prevenção e proteção e coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;

- Coordenar inspeções internas de segurança, bem como afixar a sinalização de segurança nos locais de trabalho, e recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança e saúde na empresa, mantendo atualizados os resultados das avaliações de riscos, as listas de acidentes de trabalho, das situações de baixa por doenças profissionais, entre outras;
- Validar tecnicamente as fichas de procedimentos de segurança, o desenvolvimento e as alterações do Plano de Segurança e Saúde para execução de obras e verificar o cumprimento do mesmo, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes;
- Verificar a coordenação das atividades das empresas que intervêm em estaleiros de obras tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação de segurança e saúde existente no estaleiro de obra.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade são de identificar as seguintes pessoas, órgão e comissão:

- Conselho de Administração;
- Conselho da Qualidade - comissão de apoio ao Conselho de Administração, composto pelos Administradores, pelos Diretores, pelo Representante da Gestão para a Qualidade e pelo Gestor da Qualidade, podendo agregar outros elementos, para participar em reuniões específicas, em função das matérias a tratar) – Ordem de Serviço n.º 8/2009, de 15 de dezembro;
- Representante da Gestão para a Qualidade: Rui Rapaz Lérias (Vogal do Conselho de Administração) – Ordem de Serviço n.º 2/2015, de 18 de junho;
- Gestor da Qualidade: Paulo Martins (Chefe da Divisão Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança) – Ordem de Serviço n.º 4/2011, de 29 de março.

No âmbito das medidas de autoproteção/organização da emergência são de identificar as seguintes pessoas e órgão:

- Conselho de Administração
- Responsável de Segurança: Paulo Martins (Chefe da Divisão Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança);

- Responsável pelas Relações Públicas: Márcia Calafate (Divisão Comercial e de Marketing)
- Delegado de Segurança: Pedro Soares (Chefe do Serviço de Manobras Marítimas e Carenagens)
- Delegado de Segurança Adjunto: Jorge Alves (Mestre dos bombeiros, Serviço de Manobras Marítimas e Carenagens).

No âmbito da segurança nacional, Gabinete Nacional de Segurança, são de identificar as seguintes pessoas, órgão e comissão:

- Conselho de Administração;
- Encarregado de Segurança: Paulo Martins (Chefe da Divisão Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança);
- Núcleo de Segurança:
 - José Costa (Serviço de Apoio Geral);
 - Ana Cristina Ferreira (Chefe do Serviço Centro de Documentação e Informação);
 - Joana Dinis (Serviço de Apoio Geral).

3. Definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

Não existe de forma consolidada e integrada um plano estratégico e de política de risco da entidade.

Do ponto de vista do negócio e dos resultados operacionais da empresa, os riscos sempre presentes estão directamente associados às disponibilidades financeiras da Marinha Portuguesa para a contratação de serviços ao estaleiro em paralelo com a obrigação contratual da empresa de manter competências e capacidades permanentes necessárias à prestação do serviço público concessionado. Os riscos considerados aceitáveis situam-se no patamar em que os proveitos gerados pela empresa permitam cobrir pelo menos 90% dos gastos operacionais, excluindo depreciações e em que as competências técnicas, militares e navais existentes no fim do ano de 2015 sejam, pelo menos mantidas, e que o efectivo total do estaleiro não venha abaixo dos 500 funcionários.

As principais medidas destinadas a mitigar os níveis de risco considerados aceitáveis estão genericamente enunciadas no Cap II deste relatório sob o título "Objectivos e

Resultados definidos pelo acionista para cada ano e triénio e respectivo grau de cumprimento - Síntese do cumprimento, desvios e medidas correctivas”.

Do ponto de vista operacional, ie., no que se refere à actividade produtiva e às respectivas actividades que a apoiam, bem como da segurança e higiene no trabalho, os riscos, o seu nível de aceitação e as medidas mitigadoras associados aos vários processos estão identificados no Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade.

Complementarmente, ao nível da organização interna, a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas encontra-se no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A..

4. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.

Sem prejuízo das competências do Conselho de Administração, o Sistema de Gestão da Qualidade, o referente a medidas de autoproteção/organização da emergência e da segurança nacional têm uma hierarquia funcional própria, esquematizada atrás, distinta da geral indicada anteriormente a propósito da organização interna da empresa, designadamente através de organograma.

5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

No âmbito da Segurança no Trabalho são de identificar as seguintes pessoas e órgão:

- Conselho de Administração;
- Diretor de Recursos: Pedro Paulouro;
- Chefe do Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança: Paulo Martins;
- Técnica Superior de Segurança (CAP nível VI): Vera Silva (Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança);
- Técnico de Segurança (CAP nível IV): João Nogueira (Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança).

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.

De seguida identificam-se e descrevem-se os principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a Arsenal do Alfeite, SA, se expõe no exercício da sua actividade.

Entre os riscos operacionais é de salientar:

- Riscos de cumprimento integral da oferta de serviços, nomeadamente para execução atempada de todas as operações, inerentes à disponibilidade de instalações de alagem, recursos humanos e material necessário aos trabalhos;
- Riscos de disponibilidade e obsolescência de equipamentos, nomeadamente pelo aumento da idade média ou não renovação de equipamentos de suporte à exploração;
- Riscos de eficiência das operações, decorrentes da necessidade de contratação e recurso a serviços externos, com impacto na imagem da empresa e na satisfação dos clientes;
- Riscos de segurança (*safety*), concretamente riscos de acidente ou incidente, com as consequentes implicações para pessoas e bens e perda de ativos e pagamento de indemnizações;
- Riscos de perda de conhecimento, devido ao envelhecimento e diminuição do efectivo de funcionários ativos.

Especifica-se, em especial, por processo, diversos riscos operacionais a que a Arsenal do Alfeite, SA, está exposta:

- Processo: Identificação e Planeamento dos Objetivos - incumprimento dos objetivos, incumprimento do plano de actividades;
- Processo: Revisão do Sistema - não implementar as ações definidas na sequência da revisão pela gestão;
- Processo: Comunicação - informação não chegar aos destinatários;
- Processo: Recursos Humanos - não obter autorização para novas contratações, não contratar pessoal com as competências requeridas;
- Processo: Compras e Aprovisionamento - não encontrar o bem/serviço especificado;

- Processo: Infraestruturas - inexistência de recursos para efetuar as ações de manutenção necessárias;
- Processo: Controlo dos Documentos e Registos - informação documentada não disponível quando necessário;
- Processo: Comercial e Gestão de Projetos - cliente não satisfeito, baixa produtividade e não aproveitamento de todos os recursos;
- Processo: Reparação e Manutenção de Navios de Superfície e Submarinos - não cumprimento dos requisitos;
- Processo: Construção Naval - não satisfação dos requisitos do cliente;
- Processo: Estudos e Projetos - não atingir os resultados pretendidos;
- Processo: Controlo Operacional - falha no controlo;
- Processo: Avaliação dos Serviços Prestados - ausência de resposta por parte do cliente;
- Processo: Auditorias Internas - a auditoria não cumprir os objetivos;
- Processo: Controlo do Produto Não Conforme - não identificação do Produto Não Conforme, não tratamento do produto não conforme e não implementação de ações corretivas;
- Processo: Ações Corretivas - não identificação das causas da não conformidade, ação corretiva não eficaz;
- Processo: Controlo dos Equipamentos de Medição e Monitorização - utilização de EMM não calibrados;
- Processo: Incidentes - inexistência de meios para dar resposta a um incidente;

Quanto aos riscos ambientais, foram identificados e elencados em sede de Estudo de Impacte Ambiental e definidas medidas de controlo e mitigação dos eventuais efeitos adversos. Os principais riscos ambientais identificados são: os derrames, a emissão de poluentes para a atmosfera, a emissão de efluentes industriais não tratados para o meio hídrico, a poluição dos solos em resultado de derrames e/ou contaminação por deposição de resíduos. Os parâmetros associados a estes riscos são alvo de monitorização periódica. Estão definidos procedimentos a observar em caso de derrames, e estão definidas ações, suportadas na Declaração de Impacte Ambiental, planeadas para de uma forma faseada eliminar ou reduzir os riscos ambientais identificados decorrentes da atividade da empresa.

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

No que se refere aos principais riscos financeiros da Arsenal do Alfeite, SA, os potencialmente identificados com impacto são o desvio de dinheiro, registo de despesas sem aprovação e pagamento de despesas sem aprovação.

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito potencialmente identificado refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Finalmente, quanto aos riscos jurídicos, destacam-se, em geral, os associados ao cumprimento da legislação nacional e comunitária em vigor, nomeadamente com

consequências legais resultantes do seu incumprimento, por falta de consulta às unidades orgânicas competentes para a sua análise e interpretação.

De referir ainda os riscos de perdas causados por:

- Transações imperfeitas;
- Pretensões das quais possam resultar responsabilidades, para a organização ou outras perdas;
- Omissão de atos necessários à proteção dos ativos da empresa;
- Mudanças na lei.

Quanto aos riscos económicos, já foram objecto de tratamento no Cap. II e em anteriores números deste capítulo, a par da atenção devida no Relatório e Contas de 2016.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

A Arsenal do Alfeite, S.A., procura continuamente melhorar a qualidade dos seus produtos e serviços e a eficácia do Sistema Integrado de Gestão através do uso da Política de Gestão de Qualidade, dos objetivos, dos resultados de auditorias, da análise de dados, das ações corretivas e das revisões pela Administração.

A Arsenal do Alfeite, SA, nomeou um gestor da qualidade, ambiente e segurança, que tem a função de definir e gerir o Programa de Auditorias Internas, realizadas com recurso a auditores internos, num processo contínuo de avaliação do desempenho dos processos, eliminando ou reduzindo os riscos decorrentes de falhas na condução destes processos. O cumprimento dos objetivos do Sistema de Gestão da Qualidade e da conformidade deste com os requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2015 é, frise-se, avaliado de forma programada e documentada, através de auditorias que garantem a verificação de todos os aspetos do seu funcionamento e eficácia.

Os riscos operacionais associados aos processos da organização, produtivos e de suporte, foram identificados pelos responsáveis pelos processos em função dos objetivos a atingir e ponderando o impacte dos riscos nos resultados a atingir, foram definidas ações destinadas à sua eliminação ou mitigação, identificados responsáveis e planeada a sua execução, sendo alvo de monitorização e acompanhamento periódico por parte do gestor da qualidade, ambiente e segurança, que reporta à Administração eventuais desvios.

Quanto aos principais riscos financeiros, saliente-se as medidas preventivas e os seguintes mecanismos de controlo:

Riscos	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo
Desvios de dinheiro	Segregação de funções	Relatórios de auditoria Certificação de contas
	Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes	
	Reconciliações bancárias	
Registo de despesas sem aprovação	Regulamento de delegação de competências para autorização de despesas	Registos no sistema informático interno SIAGIP Relatórios de auditoria
	Todas as operações são registadas e processadas de uma forma sistémica e sequencial	
	A passagem dos documentos pelos diversos serviços fica documentada	
Pagamento de despesas sem aprovação	Segregação de funções	Registos no sistema informático interno SIAGIP Relatórios de auditoria
	Todas as operações são registadas e processadas de uma forma sistémica e sequencial	
	Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes	

No que se refere aos riscos jurídicos, é fundamental a formação profissional contínua dos trabalhadores, assegurando-se adequada componente jurídica, e consciencialização da importância de obter prévio aconselhamento relativo a matérias com eventuais implicações jurídicas.

Quanto aos riscos económicos, já foram objecto de tratamento no Cap. II e em anteriores números deste capítulo, a par da atenção devida no Relatório e Contas de 2016.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada são garantidas através das seguintes medidas preventivas:

- Segregação de funções
- Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes
- Reconciliação de contas de terceiros
- Reconciliações bancárias
- Controlos internos do sistema informático interno SIAGIP
- Auditoria externas

Como mecanismos de controlo destacamos os relatórios de auditoria, a certificação legal de contas e o acompanhamento da execução orçamental pela Direção-Geral do Orçamento, além da informação disponibilizada às tutelas setorial e financeira e ao Tribunal de Contas, através das plataformas informáticas SIRIEF, SOR e SIGO.

A certificação legal das contas é elaborada pelo Fiscal Único, revisor oficial de contas, e:

- Inclui uma descrição do âmbito da revisão legal das contas que deve identificar, no mínimo, as normas de auditoria segundo as quais foi realizada;
- Inclui uma opinião de auditoria, que pode ser emitida com ou sem reservas, ou constituir uma opinião adversa, e apresenta claramente a opinião do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas sobre:
 - Se as contas dão uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura de relato financeiro aplicável;
 - Se for caso disso, se as contas cumprem os requisitos legais aplicáveis;
- Descreve quaisquer outras questões para as quais o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas deva chamar a atenção sob a forma de ênfase, sem que tal qualifique a opinião de auditoria;
- Inclui, com base nos trabalhos realizados durante a revisão legal das contas:
 - Parecer sobre a coerência do relatório de gestão com as contas do mesmo período e sobre a sua elaboração de acordo com os requisitos legais aplicáveis;
 - Declaração sobre se foram identificadas incorreções materiais no relatório de gestão e, em caso afirmativo, indicações sobre a natureza de tais incorreções;



- Inclui uma declaração sobre qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade para dar continuidade às suas atividades;
- Inclui parecer sobre o conteúdo do relatório de governo societário.

De salientar, ainda, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração.

C. Regulamentos e Códigos

1. Regulamentos internos e externos a que a entidade está legalmente obrigada

A Arsenal do Alfeite, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, classificada como Entidade Pública Reclificada (EPR), tem como enquadramento legal o disposto no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, tal como definido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, (alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) e, subsidiariamente, pelo Código das Sociedades Comerciais, bem como o disposto anualmente nas leis de Orçamento do Estado e nos respetivos diplomas de execução orçamental.

É de salientar para a sua atividade a importância do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos públicos nos domínios da defesa e da segurança, bem como a Lei n.º 37/2011, de 22 de junho (alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2012, de 16 de julho, 56/2013, de 19 de abril, 71/2014, de 12 de maio, e 52/2015, de 15 de abril) relativa aos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa.

A par do devido cumprimento das normas externas aplicáveis, vigoram ainda na Arsenal do Alfeite, S.A., os regulamentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração e divulgados sob a forma de Ordem de Serviço, os quais estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade, de forma a permitir uma uniformização e melhor racionalização de procedimentos, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Em 2016 foram publicadas cinco Ordens de Serviço, versando as seguintes temáticas:

- ❖ Ordem de Serviço n.º 1/2016, de 15 de fevereiro: Regulamento de Formação da Arsenal do Alfeite, SA;
- ❖ Ordem de Serviço n.º 2/2016, de 1 de março: alteração do Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho, aprovado pela Ordem de Serviço n.º 5/2010, de 19 de maio, e alterado pela Ordem de Serviço n.º 5/2011, de 14 de abril;
- ❖ Ordem de Serviço n.º 3/2016, de 2 de março: divulgação da Visão, Missão e Valores da Arsenal do Alfeite, SA (revoga a Ordem de Serviço n.º 5/2009, de 15 de dezembro);
- ❖ Ordem de Serviço n.º 4/2016, de 20 de maio: feriados (revoga a Ordem de Serviço n.º 5/2012, de 30 de julho, e repristina a Ordem de Serviço n.º 6/2010, de 28 de maio);
- ❖ Ordem de Serviço n.º 5/2016, de 29 de julho: altera o Regulamento de Férias, aprovado pela Ordem de Serviço n.º 4/2012, de 30 de julho, e alterado pela Ordem de Serviço n.º 1/2013, de 5 de março.

Para além destas ordens de serviço, mantém-se em vigor a regulamentação interna já existente aprovada pelo Conselho de Administração nos anos anteriores (sendo o caso com as alterações verificadas no ano do exercício), destacando-se os seguintes regulamentos e normas:

NORMAS INTERNAS

Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho

Regulamento de Férias. Encerramento para Férias

Regulamento da parentalidade

Regulamento de uso de veículos da Arsenal do Alfeite, S.A

Regulamento do exercício de cargos em comissão de serviço

Sistema Integrado de Gestão da Arsenal do Alfeite, S.A.

Política Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

Regulamento de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Regulamento de Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas

Regulamento de Faltas, Créditos de Horas e Licenças

Regulamento de Fardamento

Regulamento de Duração e Organização do Trabalho

Código de Conduta

Regulamento Retributivo

Informação sobre os direitos dos trabalhadores em matéria de igualdade e não discriminação

Foram ainda publicados diversos Avisos, de carácter não normativo, sobre diversos temas, como promoção da prevenção de acidentes de trabalho, dádiva de sangue, cumprimento de obrigações legais por parte dos trabalhadores, alterações legislativas relevantes ou eventos internos. Através de Comunicações Internas dirigidas a todos os trabalhadores procurou-se informar a empresa dos factos mais relevantes do negócio.

Os diversos regulamentos internos, divulgados através de Ordem de Serviço, os Avisos e Comunicações Internas são afixados nas instalações da empresa e enviados por correio eletrónico aos trabalhadores e encontram-se disponíveis para consulta de todos os trabalhadores na intranet da empresa e nas diversas unidades orgânicas, além do Centro de Documentação e Informação.



2. Código de ética

Encontra-se em vigor na Arsenal do Alfeite, S.A., um Código de Conduta, que se mantém inalterado desde o ano de 2009, o qual contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos impostos a todos os trabalhadores da empresa. Este Código estabelece normas gerais de conduta pautadas pelos princípios da legalidade, boa-fé, verdade, integridade, transparência e lealdade.

É divulgado pelos trabalhadores nos mesmos termos que os regulamentos internos (incluindo na intranet da empresa e nas diversas unidades orgânicas, além do Centro de Documentação e Informação) bem como na internet por forma a ser conhecido também pelos clientes e fornecedores da empresa e outros interessados.

Por outro lado encontram-se definidos procedimentos para avaliar a satisfação dos clientes da Arsenal do Alfeite, SA (PAS 01 - Avaliação da Satisfação) e para identificar situações e motivos de insatisfação do cliente e extrair valor de eventuais sugestões, executando atempadamente as ações apropriadas e proporcionando ao cliente informação adequada a cada caso (PAS 02 – Reclamações e Sugestões). A empresa estabeleceu uma metodologia, documentada num procedimento, para avaliação da satisfação dos clientes, com utilização de questionários. De se destacar neste ponto as conclusões resultantes da reunião de revisão do Sistema de Gestão de 21 de dezembro de 2016, onde se refere a resposta dos clientes aos Inquéritos à Qualidade e Satisfação do Cliente, referentes a diversos tipos de projetos, evidenciando a elevado grau de satisfação da Marinha, enquanto cliente principal, com os serviços fornecidos.

3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenção de fraudes internas

Para prevenir fraudes internas (cometida por um trabalhador ou fornecedor de serviços) e externas (cometida por clientes ou terceiros) e identificar as ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação, para além das normas legais aplicáveis e do Código de Conduta, existe na empresa o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, e que se encontra publicado no sítio de internet da empresa (na secção Governo da Sociedade, com ligação a partir da página inicial).

Desta forma, e mediante a elaboração anual de um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências (igualmente publicitado no sítio internet da empresa e, além disso, no da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público



Empresarial), procura-se prevenir a ocorrência de factos de corrupção activa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções no sector público empresarial.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação:

Para cumprimento dos deveres de informação a que a Arsenal do Alfeite, SA, se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE), utilizam-se diversas plataformas e meios, incluindo as plataformas informáticas SIRIEF, SOR e SIGO, como:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo

Não aplicável no exercício na Arsenal do Alfeite, S.A., dado que esta empresa não prestou garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Publicitação do Relatório de Governo Societário e do Relatório e Contas na página da internet da empresa onde consta a informação pertinente;

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

Enviados à acionista única, a empresa pública Empordef, SGPS, SA, em liquidação.

d) Orçamento anual e plurianual

Enviados à acionista única, a empresa pública Empordef, SGPS, SA, em liquidação e entidades tutelares;



e) Documentos anuais de prestação de contas;

Enviados à acionista única, a empresa pública Empordef, SGPS, SA, em liquidação, ao Tribunal de Contas, à Direção-Geral do Orçamento, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ao Chefe do Estado-Maior da Armada, à Inspeção-Geral de Finanças, à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, ao Instituto Nacional de Estatística, à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, além dos pertinentes gabinetes dos membros do Governo.

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Não exigido pela acionista única, a empresa pública Empordef, SGPS, SA, em liquidação.

O quadro seguinte esquematiza o modo de cumprimento de deveres a que é dada especial atenção:

Deveres de Informação	DCO	Acionista	Tribunal de Contas	INE
Report mensal da execução orçamental	√			
Previsão mensal da execução orçamental	√			
Report das alterações orçamentais (mensal)	√			
Fundos disponíveis (mensal)	√			
Compromissos, contas a pagar e pagamentos em atraso (mensal)	√			
Deslocações em território nacional e estrangeiro	√			
Unidade de tesouraria (trimestral)	√			
Declaração de compromissos plurianuais, de pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	√			
Orçamento anual	√	√		
Balanço previsional, demonstração de resultados previsional e orçamento (anual)	√	√		
Balancetes analíticos (trimestral)	√			√
Relatório de controlo de gestão (trimestral)		√		
Custos operacionais (mensal)		√		
Responsabilidades contingentes (trimestral)		√		
Inquérito ao volume de negócios e emprego				√
Documentos anuais de prestação de contas		√	√	



2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência:

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de transparência a que a Arsenal do Alfeite, SA, se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, esta empresa presta as seguintes informações, através de diversas plataformas (como indicado):

Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART)

Envio anual à Inspeção-Geral de Finanças, até 31 de março, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 491/99, de 17 de novembro, da informação relativa às participações detidas em entidades societárias e não societárias, com referência a 31 de dezembro do ano anterior (<http://ww2.igf.min-financas.pt/sipart>).

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a Arsenal do Alfeite, S.A., procede-se ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

Sistema de Notação Estatístico Nacional

Nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de maio, procede-se ao preenchimento do Inquérito aos Empregos Vagos, do Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho e do Inquérito ao Custo da Mão-de-obra.

Relatório Único

Este relatório anual sobre a atividade social da empresa é imposto pelo artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro que regulamenta o Código do Trabalho, e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

Informação sobre rescisões, requalificação e aposentações

Apuramento mensal para efeitos de reporte à Direção-Geral do Orçamento (DGO) no âmbito do controlo orçamental, através da entidade coordenadora do Ministério de Defesa Nacional.

Execução Orçamental do Estado – Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)

Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em conformidade com o Artigo 63º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, a Arsenal do Alfeite, S.A., procede à prestação de informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental – Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	8
Alterações Orçamentais – receitas e despesas	SIGO	Mensal	8
Encargos com o pessoal	SIGO	Mensal	-
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 10.º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	8
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços Online	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços Online	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços Online	Anual	Data indicada pela circular da DGO de preparação do Orçamento do Estado (OE)
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguinte	Serviços Online	Anual	Data indicada pela circular da DGO de preparação do OE



Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade
Inquérito aos Empregos Vagos	Serviços Online	Trimestral
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços Online	Anual
Índice de Custo do Trabalho (ICT)	Serviços Online	Trimestral
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços Online	Mensal
Inquérito ao Custo de Mão-de-Obra (ICMO)	Serviços Online	Anual
Balancete Analítico	Email	Trimestral

Prestação de Informação à Empordef

		Periodicidade
Relatório de Controlo de Gestão		Trimestral
Responsabilidades Contingentes		Anual
Avaliação do Cumprimento Plano Red. Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)		Mensal

A. V. M.
CL

Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional

Reporte anual nos termos do Artigo 28º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

E. Sítio da Internet

Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação da entidade

O sítio internet da Arsenal do Alfeite, S.A., tem o seguinte endereço: www.arsenal-alfeite.pt, onde pode, na parte institucional, ser consultada toda a seguinte informação (sobre o governo societário, sem prejuízo da enviada para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para efeitos de publicitação no respectivo sítio dedicado ao sector empresarial do Estado):

Informação		Sítio
Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=105
Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file102_pt.pdf
Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
Renumerações auferidas e demais regalias	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=251
Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	S	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	N A	-

Legenda: S,/N,/NA – Sim, Não ou Não Aplicável, Data Atualização – data de última confirmação da atualidade da informação ou da sua atualização .



F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Referência ao contrato celebrado com a entidade pública

Enquanto empresa pública encarregada de proceder à prestação de serviço público e atividade de interesse económico geral, nos termos dos art.ºs 5.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, celebrou, para esse efeito, com a entidade pública que lhe confiou a prestação desse serviço, contrato de concessão, em 1 de setembro de 2009, não recebendo, contudo, indemnização compensatória para esse efeito nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei nº 64/2013, de 27 de agosto.

O contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A, atribuiu a esta última, durante 30 anos, a *“concessão de serviço público que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo todos os sistemas existentes a bordo, do armamento (armamento portátil, torpedos, mísseis e minas) e de outros sistemas navais, a prestação de serviços de sustentação logística dos submarinos, a recuperação de rotáveis, reparáveis e de outros órgãos componentes dos sistemas objeto de manutenção”*.

A par deste propósito geral, é permitido à concessionária exercer atividades diferentes daquelas que constituem o objeto da concessão, desde que as mesmas não colidam, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, com a execução dos trabalhos compreendidos na atividade concessionada.

No que respeita à remuneração da concessionária e aos critérios para a fixação dos preços, estipula a Cláusula 17ª do Contrato de Concessão que terá a Arsenal do Alfeite, S.A., direito a auferir uma remuneração estabelecida em função dos serviços efetivamente executados de acordo com o preço contratualmente estabelecido. De se salientar que preconiza esta mesma cláusula que deverá o preço ser fixado de forma a assegurar a gestão eficiente da atividade concessionada, o equilíbrio económico-financeiro da concessão e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão.

A forma de contratualização da prestação deste serviço com a Marinha Portuguesa encontra-se definida no referido Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português, bem como em Acordo Tripartido outorgado entre o Estado, a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Marinha Portuguesa, na mesma data.



VII. Remunerações



Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Competência

Nos termos da alínea g) do Artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., é à Assembleia Geral que compete deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais - podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos (o que não sucedeu). A remuneração dos dirigentes da empresa (diretores e chefes de divisão e de serviço) cabe ao Conselho de Administração.

Remuneração	Órgão competente (e ato decisório)
Remuneração dos membros dos corpos sociais	Assembleia Geral (deliberação ou Deliberação Social Unânime por Escrito)
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração (deliberação)

Mediante Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 5 de maio de 2015 foram fixadas as remunerações para os membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., e por deliberação da Assembleia Geral de 7 de abril de 2016 as do Fiscal Único e dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

2. Prevenção de conflitos de interesses

O Código de Conduta, aplicável expressamente aos membros do Conselho de Administração, previne a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros deste órgão e a entidade (como seria o caso da aprovação de despesas por si realizadas – art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3. Evidenciação por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas, não participando no processo decisório nem procurando influenciar a tomada de decisão pro qualquer forma, direta ou indireta.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não foi designada comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 41º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015;
- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

Assim, para além da não atribuição de prémios de gestão, a remuneração não têm componente variável nem existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, sendo o alinhamento dos objetivos dos

membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da Arsenal do Alfeite, SA, assegurado por meios não remuneratórios.

No que respeita à remuneração do Fiscal Único foi observada a obrigação de não aumento dos gastos face ao ano anterior.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público		Remuneração mensal bruta (€)	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação
Andreia Fernandes Ventura	S	C	4.578,20	1.831,28
Miguel Silva Pereira	S	C	3.662,56	1.465,02
Rui Rapaz Lérias			4.253,38	1.701,35

Membro do Órgão de Administração	Remuneração anual 2016 (€)					
	Fixa (*)	Varável	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversões Remuneratórias (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Andreia Fernandes Ventura	86.070,16	-	86.070,16	-12.590,06	5.790,08	79.270,18
Miguel Silva Pereira	68.856,13	-	68.856,13	-10.030,79	4.619,59	63.444,92
Rui Rapaz Lérias	79.963,54	-	79.963,54	-11.689,29	5.377,00	73.651,25
			234.889,83	-34.310,15	15.786,67	216.366,35

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória).

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio de Retenção		Benefícios Sociais (€)				Outros Identificação	Valor
	Diário	Encargo anual da entidade	Regime de Proteção Social Identificação	Encargo anual da entidade	Seguro de Vida	Seguro de Saúde		
Andreia Fernandes Ventura	5,00	910,00	Seg. Social	18.858,23	-	1.315,88	Seg. Acid. Trab.	739,47
Miguel Silva Pereira	5,00	1.085,00	CGA/ADSE	15.105,78	-	-	Seg. Acid. Trab.	591,95
Rui Rapaz Lérias	5,00	1.060,00	CGA/ADSE	17.528,94	-	-	Seg. Acid. Trab.	687,09
		3.055,00		51.492,95	-	1.315,88		2.018,51

2. Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não aplicável. Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.

3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

Não aplicável. Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.

4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não aplicável. Não houve lugar a qualquer pagamento deste tipo.



5. Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade:

Remuneração Anual 2016 (C)				
Membro do Órgão de Fiscalização	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Ld. ^a	16.200	-1.600,00	1.600,00	16.200,00
José Manuel Henriques Bernardo	0	0	0	0
	16.200	-1.600,00	1.600,00	16.200,00

Nota - a PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Ld.^a, recebeu retribuição adicional como especificado acima a propósito do reporte quanto a outros serviços prestados pela SROC à entidade.

6. Remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Os membros da mesa da Assembleia Geral não são, no exercício de 2016, remunerados, nos termos da deliberação da Assembleia Geral de 7 de abril de 2016.

VIII. Transações com partes relacionadas e outras



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Transações com partes relacionadas e outras

1. Mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As transações com partes relacionadas são suportadas por contratos e faturas e são divulgadas no anexo ao Relatório e Contas. A empresa tem procedimentos internos instituídos de contratação e de execução contratual, bem como de delegação de poderes, designadamente no que se refere às autorizações do procedimento, da adjudicação e da despesa e às funções relativas à verificação do cumprimento do fornecimento do bem ou da prestação contratada.

Acresce que os saldos e transações com partes relacionadas são reportados à acionista única Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação, para posterior validação, e sujeitos a revisão e auditoria externa anual.

Os saldos e transações com partes relacionadas são apresentados no quadro seguinte:

Entidade	2016 (€)				
	Outros créditos a receber	Clientes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação	15.067.271,96	93,80	-	-	265.144,68
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	-	-1.667,30	-	-
EID-Emp. de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	18.372,56	-	-	-	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	275,00	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	-	0,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	25.136,25	-
	15.085.644,52	93,80	-1.392,30	25.136,25	265.144,68

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, segue o Código dos Contratos Públicos ou o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, para a aquisição de bens e serviços e de empreitadas. Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do Artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Neste sentido, a empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de fornecedores.

Em 2016 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

Procedimentos de Contratação			
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	4	0,12%	10,47%
Concurso Público Urgente	1	0,03%	0,35%
Contratação Excluída	12	0,36%	6,57%
ANCP – UMC/MDN	4	0,12%	10,62%
Ajuste Direto	51	1,51%	25,41%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	9	0,27%	9,04%
Ajuste Direto Simplificado	3.276	97,59%	37,54

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Compras, salvo exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas em maior número que três), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto, mas também manter um conhecimento atual e pormenorizado do mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 90% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.967	88,39%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	314	9,36%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	70	2,10%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	3	0,09%
Superior ou igual a 100.000€	2	0,06%
	3.357	100%

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do Artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.



c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos discriminam-se como se segue (representando cada um menos de 350.000€):

Nome

Galp Power, S.A.

Mapfre - Seguros Gerais, SA



Handwritten signature and initials

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

As várias estratégias adotadas pelo Conselho de Administração para o triénio 2015-17 e designadamente para o ano de 2016, constam no Cap. II do presente relatório. Em particular, o tópico dos “Objetivos e Resultados definidos pelo Acionista para cada ano e triénio e respetivo grau de cumprimento” cobre razoavelmente o pretendido em termos do grau de cumprimento face às metas fixadas, sempre muito condicionadas pela conjuntura, como referido no preâmbulo do tópico “Missão, Objetivos e Políticas”.

Nesta matéria, importa muito salientar que, com o objetivo de melhorar o seu desempenho ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., vem desenvolvendo diversas ações de melhoria e adaptação de infraestruturas, de forma a reduzir o impacto e danos ambientais resultantes da atividade do estaleiro.

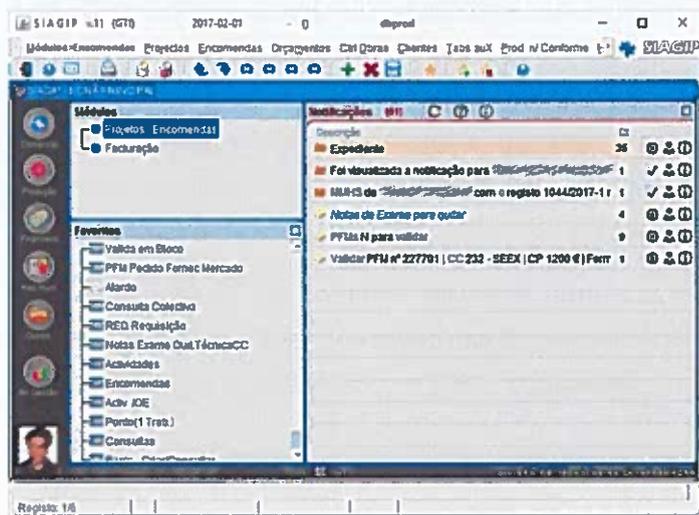
Assim, a Arsenal do Alfeite, S.A., desenvolveu e elaborou uma série de estudos e documentos no âmbito ambiental e da higiene e segurança no trabalho, os quais se configuram essenciais ao pleno cumprimento de requisitos legais e regulamentares e suportaram a instrução de um processo de licenciamento industrial junto do IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e de regularização ambiental. Em resultado desta iniciativa foi atingida a meta estabelecida com a obtenção de licenciamento industrial por um período de 4 anos durante os quais a empresa se comprometeu a ajustar ainda mais meios existentes no sentido das melhores recomendações e práticas ambientais.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

Remete-se a cobertura deste tópico para as políticas prosseguidas, constantes no Cap. II do presente relatório. No que respeita a normas de qualidade, sublinha-se que a empresa tem um Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela APCER nos termos da Norma ISO 9001, actualizado este ano para os termos da versão 2015 da norma (ISO 9001:2015).

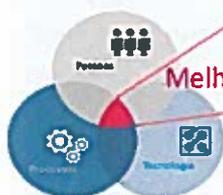
Entende-se igualmente relevante referir alguns dos sistemas e elementos de apoio, abaixo descritos, que contribuem decisivamente para se atingir bons níveis de eficiência económica, financeira, social e ambiental.

A Arsenal do Alfeite, S.A., tem um sistema de informação ERP (designado **SIAGIP**), com cerca de 20 anos, permanentemente atualizado, desenvolvido e mantido totalmente com recursos internos.



Este sistema de informação SIAGIP, fundamental para o funcionamento da empresa e garante da sua eficiência económica, financeira, social e ambiental e da salvaguarda das normas de qualidade, suporta todas as áreas de negócio da empresa e tem como principal vantagem a integração e interoperabilidade entre todas as grandes áreas (Comercial,

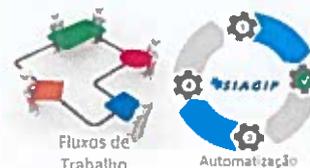
Produção/Manutenção, Financeira, Recursos Humanos e outros). É um sistema que comunica com diversas entidades e certificado pela Autoridade Tributária e Aduaneira no módulo de faturação. A tecnologia deste ERP é Oracle e utiliza as versões mais recentes quer na base de dados quer a nível aplicacional.



Melhorar

Em 2016, foi colocada em produção uma nova versão do SIAGIP, que incorpora práticas de gestão de processos de negócio (*BPM – Business Process Management*) com um motor de *workflow* e sistemas de notificações na própria aplicação e também por correio eletrónico.

Incorporados também na aplicação estão os desenhos dos processos facilitando assim o conhecimento geral e transversal dos mesmos. Estes principais processos da empresa foram desenhados, trabalhados e validados com os seus diversos responsáveis, tendo sido depois implementados no sistema de informação. Assim, procurou-se melhorar a eficácia e eficiência, permitindo também maior capacidade de adaptação dos principais processos da empresa. Como já referido anteriormente, quer o desenvolvimento aplicacional, quer o desenho e implementação dos processos, foram realizados totalmente com recursos internos da Divisão de Tecnologias da Informação.



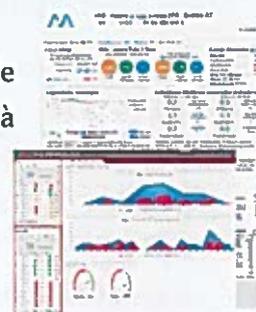
Gestão Documental (SIAGIP)



Também neste contexto dos processos foram desenvolvidas melhorias significativas no módulo de Gestão Documental, com principal foco no expediente e também no processo de clientes, com toda a documentação relacionada a estar integrada e facilmente acessível no sistema de informação (SIAGIP).

Ferramentas de Apoio à Gestão (SIAGIP, AGE, rAG)

Em 2016, continuou também o desenvolvimento das ferramentas de apoio à gestão. Foi criada uma nova área de relatórios de Apoio à Gestão (rAG) que contém informação de gestão de topo das principais áreas de gestão (comercial, gestão de projetos, produção/manutenção, financeira e recursos humanos)



Parque Informático



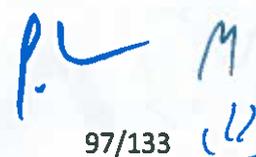
Em 2016 atualizou-se mais de metade do parque informático, permitindo melhores condições de trabalho e segurança.

Redes e Comunicações



Ao nível das infraestruturas, foi continuada a reestruturação da rede de fibra ótica, com principal enfoque nos aspetos de segurança, assim como nas valências de comunicação, quer internamente, quer com o exterior.

Continuou, neste contexto, o projeto que permite capacitar a rede de comunicações com condições de conectividade *In Port Communications* aos navios da Marinha nas nossas instalações. A mobilidade também foi um aspeto desenvolvido, quer ao nível da utilização de VPN (*virtual private network*) para acesso ao nosso sistema de informação a partir de qualquer ponto, quer através do fomento da utilização das tecnologias móveis nas próprias instalações, com recurso à rede wifi, também melhorada, bem como através dos dados móveis. Por motivos de segurança e de gestão, os equipamentos móveis foram também integrados num sistema de gestão centralizada (MDM – Mobile Device Management).



3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);

A Arsenal do Alfeite, S.A., respeita expressamente os princípios do Pacto Global das Nações Unidas (<https://www.unglobalcompact.org>):

- *Human Rights*
 - 1 *Businesses should support and respect the protection of internationally proclaimed human rights; and*
 - 2 *Make sure that they are not complicit in human rights abuses.*
- *Labour*
 - 3 *Businesses should uphold the freedom of association and the effective recognition of the right to collective bargaining;*
 - 4 *The elimination of all forms of forced and compulsory labour;*
 - 5 *The effective abolition of child labour; and*
 - 6 *The elimination of discrimination in respect of employment and occupation.*
- *Environment*
 - 7 *Businesses should support a precautionary approach to environmental challenges;*
 - 8 *Undertake initiatives to promote greater environmental responsibility; and*
 - 9 *Encourage the development and diffusion of environmentally friendly technologies.*
- *Anti-Corruption*
 - 10 *Businesses should work against corruption in all its forms, including extortion and bribery.*

Note-se que os serviços prestados pela Arsenal do Alfeite, S.A., não se destinam a consumidores mas sim, maioritariamente, à Marinha Portuguesa e a armadores, pelo que não existem políticas específicas para a proteção daqueles.

P. L. M.



b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

De entre as diversas medidas implementadas e desenvolvidas em 2016 para a promoção da proteção ambiental e tendo em vista o desenvolvimento sustentável destacam-se as seguintes:

- ❖ Acondicionamento direto dos óleos removidos dos navios em contentores de 1m³ em local provisório, coberto e impermeabilizado, com posterior transporte para operador de gestão de resíduos, licenciado (sendo os *slops* bombeados diretamente para cisterna ou acondicionados em cisterna móvel);
- ❖ Descarga de águas residuais domésticas e de refeitório no coletor municipal, nos termos do contrato celebrado com os SMAS de Almada;
- ❖ Realização de monitorizações às emissões provenientes das fontes de emissões gasosas identificadas, tendo sido contratado o projeto de sistemas de ventilação e tratamento do ar das naves industriais, que identificará as alterações a implementar nas fontes de emissão em causa (em curso), de forma a assegurar, tanto a qualidade do ar interior, como o cumprimento dos requisitos legais quanto às emissões gasosas;
- ❖ Construção de um parque de resíduos, cumprindo a legislação aplicável, já em plena operação, assim como o melhoramento constante do sistema de separação e segregação de resíduos;
- ❖ Estudo no sentido de se encontrar a solução economicamente mais vantajosa para proceder à retenção, recolha e ao tratamento e deposição das águas residuais industriais, referido no Estudo de Impacte Ambiental submetido no processo de licenciamento e já com uma solução definida em sede de Declaração de Impacte Ambiental emitida pela CCDR-LVT em agosto de 2016, que passará pela construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), para garantir a qualidade final dessas águas residuais a serem encaminhadas para o coletor municipal.

A par das medidas acima elencadas, encontram-se definidos os procedimentos a observar em caso de ocorrência de emergências, no sentido de reduzir e/ou mitigar os riscos para o ambiente, tais como a contenção de derrames de produtos poluentes, estando, de igual modo, definidas metodologias para uma gestão adequada dos resíduos produzidos, criando condições para a separação na origem e aumentando a reciclagem. Os resíduos produzidos são geridos de acordo com a legislação em vigor e o seu destino final é, consoante os casos, o envio para reciclagem, aterros ou tratamento.

A Arsenal do Alfeite, S.A., de forma a manter um registo da sua “pegada” ambiental, faz a monitorização dos consumos de água, gás natural, energia eléctrica e combustíveis e produção de resíduos.

Os valores obtidos constam das tabelas seguintes:

ENERGIA ELÉTRICA – Galp Power, SA

Consumo Energia Elétrica (MWh)	2.687
Despesa Energia Elétrica (€)	335.841
Preço do kWh (valor médio) (€)	0,1250
Consumo Energético Energia Elétrica (tep/MWh)	578
Consumo Médio Mensal Energia Elétrica (MWh/mês)	224
Despesa Média Mensal Energia Elétrica (€ /mês)	27.987
Emissão de CO ₂ (T)	1079

GÁS NATURAL – Galp Power, SA

Consumo de Gás Natural (MWh)	1000
Despesa Gás Natural (€)	39.735
Preço do Gás Natural (valor médio) (€)	0,040
Consumo Energético Gás Natural (tep/KWh)	215
Consumo Médio Mensal Gás Natural (MWh/mês)	83

Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Despesa Média Mensal Gás Natural (€ /mês)	3.311
---	-------

Emissão de CO ₂ (T)	184
--------------------------------	-----

ÁGUA POTÁVEL - Marinha (Base Naval de Lisboa)

Consumo de Água Potável (mil m ³)	29.049
---	--------

Consumo Médio Mensal de Água Potável (mil m ³ /mês)	2.421
--	-------

COMBUSTÍVEIS / GASES

Gasóleo rodoviário (l)	24140
------------------------	-------

Oxigénio gasoso industrial (m ³)	1731,53
--	---------

Acetileno (Kg)	462
----------------	-----

Árgon Líquido (m ³)	619,5
---------------------------------	-------

Azoto gasoso (m ³)	517
--------------------------------	-----

Dióxido de carbono (Kg)	1012,5
-------------------------	--------

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Total (ton)

Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não 6,18 anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuários de protecção, contaminados por substâncias perigosas

Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de 0,361 protecção não contaminados

Ácidos de decapagem	0,007
---------------------	-------

Ácidos não anteriormente especificados	0,064
--	-------

Agentes de preservação da madeira não anteriormente especificado	0,009
--	-------

Aparas e limalhas de metais ferrosos	62,24
--------------------------------------	-------

Banhos de fixação	0,106
-------------------	-------

Banhos de revelação à base de solventes	0,078
---	-------

Ceras e gorduras usadas	0,28
-------------------------	------



Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Componentes retirados de equipamentos fora de uso	0,829
Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	7,25
Embalagens de papel e cartão	2,78
Embalagens de plástico	1,74
Embalagens de vidro	6,18
Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso contendo componentes perigosos	0,47
Filtros de óleo	0,53
Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,55
Líquidos de lavagem aquosos	5,436
Líquidos de lavagem aquosos contendo substâncias perigosas	69,18
Madeira	3,12
Madeira contendo substâncias perigosas	15,46
Materiais de construção contendo amianto	0,255
Materiais de isolamento não perigosos	4,840
Metais	54,2
Mistura de resíduos de construção e demolição não perigosos	37,6065
Monstros	0,6
Mós e materiais de retificação usados não perigosos	0,299
Objectos cortantes e perfurantes	0,0033
Óleos minerais clorados de motores, transmissões e lubrificação	0,004
Outros resíduos contendo substâncias perigosas	0,106
Outros solventes e misturas de solventes	0,08
Outros solventes e misturas de solventes halogenados	0,014
Papel e cartão	2,68

Relatório de Governo Societário da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Pilhas alcalinas	0,044
Plástico	0,675
Pneus usados	0,12
Produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório	0,003
Produtos químicos inorgânicos fora de uso, contendo ou compostos por substâncias perigosas	0,03
Produtos químicos orgânicos fora de uso contendo ou compostos por substâncias perigosas	0,02
Resíduos biodegradáveis	101,8811
Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	162,3
Resíduos contendo hidrocarbonetos	520,756
Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infecções	0,0348
Resíduos de desarenamento	0,212
Resíduos de materiais de granalhagem não perigosos	9,16
Resíduos da remoção de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,12
Resíduos da remoção de tintas e vernizes não perigosos	39,02
Resíduos de soldadura	0,000275
Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	22,482

Noutro âmbito, designadamente quanto ao respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, o Código de Conduta, de 14 de dezembro de 2009, da Arsenal do Alfeite, S.A., publicado no seu sítio internet e intranet, contém uma série de diretrizes de orientação cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse, para

além das normas legais aplicáveis e do disposto no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra igualmente publicado no sítio de internet da empresa.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

Cabe à Arsenal do Alfeite, SA, enquanto empresa pública, adotar um plano de igualdade tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, nos termos do n.º 2 do art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro.

Para este efeito, de acordo com esta Resolução do Conselho de Ministros deve-se: elaborar um diagnóstico prévio da situação de homens e mulheres, com base em indicadores para a igualdade; conceber um plano para a igualdade ajustado à respetiva realidade empresarial; implementar e acompanhar o plano para a igualdade; avaliar *ex post* o impacto das medidas executadas; reportar, semestralmente, ao membro do governo com tutela sobre a área da igualdade, o resultado das avaliações efetuadas.

Este conjunto de obrigações encontra-se em fase de cumprimento, sem prejuízo de se ter tomado diversas medidas neste âmbito como adiante indicado, salientando-se a elaboração de Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres referente a 2016 (além da resposta ao Inquérito Anual sobre Planos para a Igualdade nas Empresas do Setor Empresarial do Estado). De salientar a disponibilização de informação aos trabalhadores sobre igualdade e não discriminação através do Aviso n.º 8/2009, de 19 de outubro.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

De acordo com Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres referente a 2016, neste ano os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 94,35%, enquanto as mulheres representavam 5,65%. Consta-se, contudo, que as mulheres auferiram de remuneração média mais 32,91% do que os homens e, de ganho médio, mais 33,09%.

Entre as medidas tomadas para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminar discriminações e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional salienta-se, além do Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres, de 2015, que mantém a sua relevância em 2016, e a Resposta ao Inquérito Anual sobre Planos para a Igualdade nas Empresas do Setor Empresarial do Estado, de 2016, as medidas tomadas abaixo indicadas:

- Política de contratação de trabalhadores que promove expressamente a não discriminação, designadamente de género. A Arsenal do Alfeite, S.A., garante a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e às condições de trabalho, afastando da sua cultura organizacional quaisquer tipos de discriminação, nomeadamente em função de idade, sexo, capacidade de trabalho reduzida, doença, raça, ou religião. É de salientar que, durante o ano de 2016, foram admitidos nesta empresa 33 trabalhadores, tendo o mais novo 18 anos de idade e o menos novo 54 anos de idade. Entre os trabalhadores contratados existem cidadãos de nacionalidade, além da Portuguesa, Romena, Brasileira, Cabo Verdiana e São Tomense. Sublinha-se ainda que a empresa tem ao seu serviço 12 trabalhadores portadores de deficiência;
- Concessão de tolerância de ponto no Carnaval e no período natalício (Avisos n.ºs 5/2016, de 5 de fevereiro, e 30/2016, de 22 de dezembro);
- Generalização da atribuição de Horário Flexível aos trabalhadores com filhos de idade inferior a 12 anos, bem como a outros sempre que adequado;
- Apoio à frequência pelos filhos, entre os 4 meses e os 4 anos de idade, dos trabalhadores do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I.P. (15 crianças no ano letivo de 2015/2016);
- Divulgação de informação e disponibilização de minutas na intranet da empresa para prestação de informações ou comunicações obrigatórias do Regime da Parentalidade – Ordem de Serviço n.º 7/2012, de 3 de setembro;



- Disponibilização de informação aos trabalhadores sobre igualdade e não discriminação - Aviso n.º 8/2009, de 19 de outubro.

O objetivo do n.º 6 do art.º 31.º do referido Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, também constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro, da presença plural de mulheres e de homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas é atendido com a designação da Dr.ª Andreia Fernandes Ventura como Presidente do Conselho de Administração e da Dr.ª Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, com o Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves, como representante do Fiscal Único, PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ld.ª.

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

No âmbito da responsabilidade social da empresa foi criado o programa “Arsenalista Mais”, com o objetivo de promover a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

Assim, o programa Arsenalista Mais, divulgado na intranet da empresa e por correio eletrónico e afixação, possui as seguintes áreas de atuação e sustentação:



Arsenalista +

- Crédito de 4 horas mensais, acumuláveis, abrangendo todos os trabalhadores, para tratamento de assuntos de natureza particular;
- Apoio à valorização pessoal através do apoio à frequência de cursos de formação profissional e/ou académicos, além da formação inicial e contínua (concretizada através da execução do Plano Anual de Formação e de ações de formação inopinadas que decorreram ao longo do ano), incluindo apoio financeiro até 40% dos respetivos encargos, em regime de autoformação, designadamente de especialização, tecnológicos ou de ensino superior (salienta-se, no âmbito da formação profissional, a realização de um programa específico de formação, à medida e em concordância com as necessidades específicas de cada profissão,

para 26 trabalhadores admitidos em 2016) - Ordem de Serviço n.º 1/2016, de 15 de fevereiro;

- Promoção do convívio dos trabalhadores da empresa através da comemoração de momentos relevantes como o Dia do Arsenal (Aviso n.º 12/2016, de 28 de abril) e a Festa de Natal (Aviso n.º 26/2016, de 25 de novembro). Salienta-se a realização no Dia do Arsenal, em 2016, de actividades de team building que bastante contribuíram para manutenção, e incremento, do sentido de pertença e do espírito de cooperação dos trabalhadores;
- Apoio, como referido, à frequência pelo filhos, entre os 4 meses e os 4 anos de idade, dos trabalhadores (Aviso n.º 14/2016, de 13 de maio) do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I.P. (15 crianças no ano letivo de 2015/2016);
- Protocolos e/ou colaborações estreitas com o CNOCA – Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada, particularmente com a Escola de Vela, com o CGA – Clube de Ginástica de Almada e com o CEFA – Centro de Educação Física da Armada, de modo a, com condições especiais, facilitar o acesso, por parte dos trabalhadores e familiares a meios que permitam uma vida mais ativa e com mais e melhor saúde;
- Protocolos com empresas a funcionarem em diferentes áreas de negócio que se consubstanciam em descontos interessantes em serviços de farmácia, cultura e lazer, comunicações e outros para os trabalhadores e familiares.
- Também no âmbito da ação social dirigida aos trabalhadores, realizou-se durante três semanas, no período de 4 a 29 de julho, o Campo de Férias da Arsenal do Alfeite, S.A., destinado aos filhos, enteados e equiparáveis dos trabalhadores desta empresa pública, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos. Desta forma, a Arsenal do Alfeite S.A., permitiu às famílias conciliar parte do período de férias dos filhos com períodos de trabalho dos pais e promover o convívio entre os seus filhos, tendo participado 48 crianças em variadíssimas atividades desportivas, recreativas e culturais em diversos locais da Região de Lisboa.

No âmbito cultural refira-se a realização da 7ª edição do “Arsenal Photo” (Aviso n.º 24/2016, de 3 de novembro), subordinada ao tema *O verão do Arsenalista*. Este concurso visou, à semelhança dos anteriores, promover a identidade Arsenalista e a identificação com a empresa. Desta feita, o alargar do âmbito do concurso teve como objetivo promover a participação e permitir aos trabalhadores partilharem imagens que obtêm



fora do contexto habitual relacionado com o universo laboral, remetendo, também, para a sua esfera pessoal de férias e de lazer. Contou com 9 concorrentes.

É de mencionar igualmente a realização da 7ª Maratona Noturna de Pesca (Aviso n.º 20/2016, de 30 de agosto), iniciativa que visou fortalecer os laços entre os trabalhadores presentes (e que contou com 35 participantes), para além da permissão em geral de pesca pelos trabalhadores em horário e locais designados.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização, nas instalações da empresa, de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação, I.P., que totalizaram 181 dádivas (Aviso n.ºs 9/2016, de 24 de fevereiro, 15/2016, de 24 de maio, 18/2017, de 22 de agosto, 25/2017, de 21 de novembro). É de referir, também, a recolha continuada de tampinhas, com a finalidade de apoiar a aquisição de equipamentos para crianças e jovens portadores de deficiência, além de promover a consciência do impacte dos mais pequenos atos no ambiente.

Foram também estabelecidos diversos protocolos de parceria com instituições do ensino superior, secundário e profissional, tendo sido promovidos estágios em diferentes áreas profissionais. Durante o ano de 2016, a Arsenal do Alfeite, SA, proporcionou 45 estágios a alunos de diversas áreas e de diversas instituições localizadas na Área Metropolitana de Lisboa e na Península de Setúbal.

Menciona-se também o esforço para garantir a continuidade, com qualidade e reduzidos preços, dos serviços de cafetaria e refeitório, fornecendo esta valência, durante o ano de 2016, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio de refeição diária pago aos trabalhadores.

- f) **Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).**

Tendo por base os elementos de natureza política e estratégica enunciados ao longo do relatório, resulta claro que as ações de serviço público junto da Marinha Portuguesa a

que a empresa está obrigada em muito condicionam o aumento da sua competitividade dado o nível de imponderabilidade e aleatoriedade a que estão sujeitas. Apesar disso, a empresa tem pugnado por tentar regularizar e normalizar tais acções, solicitando a previsibilidade possível à Marinha, estando em curso uma iniciativa comum que visa estabelecer um programa plurianual de manutenção dos meios da Marinha no estaleiro, devidamente planeado e financiado, para vigorar a partir de finais de 2017. Em paralelo, a Arsenal do Alfeite, S.A., iniciou em 2016 diversas cooperações com instituições de investigação científica e inovação, designadamente o INESC e o INEGI, tendentes a desenvolver processos, metodologia e produtos inovadores que melhorem a competitividade da empresa. Entre outros, conta-se o desenvolvimento da metodologia de fabrico de estruturas em materiais compósitos através de técnicas de infusão, a utilizar na construção dos futuros salva-vidas da classe Vigilante modificada.

De igual modo, o plano de acção e as medidas orientadas para a satisfação do cliente, para a qualidade, para a produtividade, para a redução de risco e, em suma, para a criação de valor, já foram, nas suas diversas vertentes, extensamente expostas ao longo do presente relatório, pelo que importa apenas sublinhar o esforço desenvolvido durante o ano de 2016 no sentido de transformar a Arsenal do Alfeite, S.A., numa empresa mais atual, através da sua expansão junto do mercado internacional, do desenvolvimento da capacidade de reparação de submarinos, da retoma da construção de meios de superfície de pequena e média dimensão, da modernização das infraestruturas portuárias e oficinais e ainda da conceção de um projecto de transformação dos métodos produtivos e do trabalho, tendente a mudar gradualmente as culturas mais conservadoras e, por vezes, menos receptivas à transparência e ao reconhecimento da qualidade e do mérito.



X. Avaliação do Governo Societário

Avaliação do Governo Societário

1. Verificação do cumprimento das recomendações relativamente à estrutura e prática de governo societário

O art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual prevê que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no respectivo capítulo, composto pelo art.º 53.º e pelo referido art.º 54.º, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respectivo relatório o cumprimento desta exigência.

No art.º 53.º estabelecem-se as obrigações de divulgação de informação respeitantes às empresas públicas na internet.

O modo de cumprimento desta obrigação encontra-se no ponto deste relatório referente ao sítio internet (Capítulo VI. Organização Interna, ponto E. Sítio da Internet), para onde se remete.

No que se refere ao estrito cumprimento do disposto no Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nos termos indicados pela UTAM quanto ao relatório da Arsenal do Alfeite, SA, referente ao ano de 2015, transmitida como determinado por despacho de 21 de setembro de 2016 de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças (Despacho n.º 980/16-SEATF), note-se:

- I. foi seguido o modelo de relatório referente ao ano de 2016, de janeiro de 2017, que consta no sítio internet da UTAM;
- II. procurou-se no Capítulo II ponto 2 indicar as políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, nos termos exigidos pelo referido Manual;
- III. procurou-se no Capítulo II ponto 4 evidenciar a atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais;
- IV. procurou-se no Capítulo II ponto B 9. al. c) identificar os critérios para avaliação do desempenho dos administradores executivos;
- V. procurou-se explicitar no Capítulo II ponto B 8. as relações entre os diversos órgãos sociais da empresa e entre as suas unidades orgânicas, incluindo organograma, e, no

Capítulo IX identificar os principais tipos de risco, em especial no que se refere a riscos económicos, financeiros, operacionais e jurídicos, as áreas funcionais com competências no seu controlo e o processo como são tratados e como são geridos os riscos relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

2. Outras Informações

A informação produzida e disponibilizada ao longo deste relatório é exaustiva e reflecte os factos, as opções, orientações, iniciativas e decisões levadas a cabo no âmbito do governo societário da Arsenal do Alfeite, S.A., durante o ano de 2016, nada de relevante havendo a acrescentar.

P. L. M.
C. L.

XI. ANEXOS DO RGS



ANEXOS DO RGS

Como anexos ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do presente relatório;
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE;
3. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE;
4. Ata da reunião da Assembleia Geral ou Deliberação Unânime por Escrito que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o presente relatório) relativos ao exercício de 2015.

ANEXO 1

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EM QUE FOI
DELIBERADA A APROVAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO



Extrato da Ata n.º 6/CA/2017

ATA N.º 6/CA/2017

Aos catorze dias do mês de março do ano de 2017, pelas 14:00 horas, reuniu na sala do Conselho da sede social da Arsenal do Alfeite, S.A., na Base Naval de Lisboa, em Almada, o respetivo Conselho de Administração (CA), com a presença de:

PRESIDENTE – Dra. Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas;

VOGAL Executivo – Dr. Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, e

VOGAL Executivo – Alm. Rui Manuel Rapaz Lérias.

Aberta a sessão pela Presidente, os membros do Conselho procederam à apreciação dos seguintes assuntos:

(...)

Aprovação do Relatório e Contas de 2016, que inclui proposta de aplicação de resultados, e do Relatório de Governo Societário de 2016, que inclui o Relatório do Cumprimento das Obrigações Legais - Apreciado o assunto, o Conselho de Administração deliberou o seguinte:

“O CA aprova”.

Todas as deliberações foram tomadas, salvo se indicado em contrário ou se se decidiu em sentido contrário ao proposto, pelos fundamentos referidos nos documentos indicados (incluindo os despachos sobre eles exarados) e por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, a Sr. Presidente do Conselho de Administração, deu por encerrada a reunião, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

Rui Manuel Rapaz Lérias

1/1

ANEXO 2

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 54.º
DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO**

ANEXO 3

DECLARAÇÕES
A QUE SE REFERE O ARTIGO 52.º
DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO

Eu, Andreia Fernandes Ventura de Brito Bogas, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.



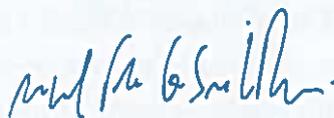
Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Eu, Miguel Silva Pereira, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.



Miguel da Silva Pereira
(Vogal do Conselho de Administração)

Eu, Rui Rapaz Lérias, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.

Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)





INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
RUA ANGELINA VIDAL, 41
1199-005 LISBOA

V/Ref.
Iour ref

N/Ref.
Our ref

04763

Data
Date 04.03.2013

ASSUNTO: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ARSENAL DO ALFEITE, S.A. – INÍCIO DE FUNÇÕES – MANDATO 2015-2017
Subject

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral

No cumprimento do estabelecido no Estatuto do Gestor Público (Artigo 22º, n.º 9), bem como no Regime do Sector Público Empresarial (Artigo 52º), junto se remetem declarações referentes aos seguintes membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, com mandato para o triénio 2015-2017, conforme Deliberação Unânime por Escrito da Accionista "Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A":

Presidente: Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas
Vogal: Miguel Fernando Costa da Silva Pereira
Vogal: Rui Manuel Rapaz Lérias

Sem mais assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada consideração e com os melhores cumprimentos,

O Gabinete de Assuntos Jurídicos


Sara Mucho



DECLARAÇÃO

Eu, Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas, casada, portadora do Cartão do Cidadão n.º 10613413, com data de validade até 07.04.2018, residente na Rua São Tomás de Aquino, n.º 18E, 1.º esquerdo, Lisboa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, cargo para o qual fui eleita a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora declarante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 30 de Abril de 2015



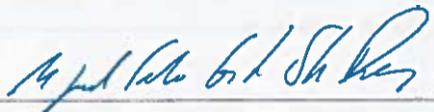
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas

DECLARAÇÃO

Eu, Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, divorciado, portador do Cartão do Cidadão n.º 11057621, com data de validade até 03.11.2019, residente na Rua de São Bento, 199, 5.ª Frente, Lisboa, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., cargo para o qual fui eleito a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22.º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora declarante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 30 de Abril de 2015



Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

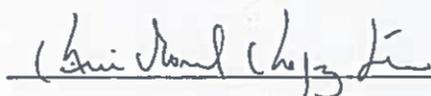


DECLARAÇÃO

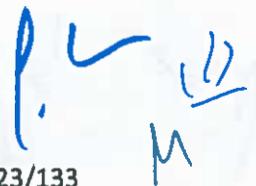
Eu, Rui Manuel Rapaz Lérias, casado, portador do Cartão do Cidadão n.º 5052938, com data de validade até 19.11.2015, residente na Rua dos Picheleiros, 68, Azeitão, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, cargo para o qual fui eleito a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora deparante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 30 de Abril de 2015



Rui Manuel Rapaz Lérias



Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO 4

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
QUE CONTEMPLA A APROVAÇÃO POR PARTE DOS TITULARES DA FUNÇÃO
ACIONISTA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO
EXERCÍCIO DE 2015**



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 001/2017
DE 14 DE MARÇO DE 2017
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ARSENAL DO ALFEITE, S.A.,
RESOLVE: -

Arsenal do Alfeite, S.A.
Base Naval de Lisboa
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

ACTAS

Folha 44

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Aos sete dias do mês de Abril de 2016, pelas 17h00, reuniu na sede social, sita no Arsenal do Alfeite, Base Naval de Lisboa, Laranjeiro, 2810-001 Almada, a Assembleia Geral Anual da Sociedade Arsenal do Alfeite, S.A., com um capital social de € 32.400.000 (trinta e dois milhões e quatrocentos mil euros), titulado por 6.480.000 acções (seis milhões e quatrocentas e oitenta mil acções), o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

Dirigiu os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Senhor Dr. Nuno de Sousa Moniz, tendo sido coadjuvado pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Pedro Fernandes Baptista. Encontrava-se presente o acionista único Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., único detentor da totalidade do capital social, representado pelo Sr. Dr. Eduardo Duarte, a que foram conferidos os poderes necessários para intervir, discutir e deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos desta Assembleia Geral, de acordo com a carta de representação assinada pelo Presidente da Comissão Liquidatária Dr. Eduardo Carvalho, e pelo Vogal da Comissão Liquidatária Dr. Eduardo Duarte, ambos da Empordef (Doc. n.º 1), que fica em apenso a esta acta e dela faz parte integrante, pelo que nos termos do artigo 54º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, estavam reunidas as condições legais e estatutárias para a assembleia poder reunir e deliberar.

Encontravam-se igualmente presentes todos os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único, conforme lista de presenças que se anexa a esta acta (Doc. n.º 2) e dela faz parte integrante.

Verificadas as presenças e a conformidade da representação e do mandato do Representante do Accionista Empordef, detentor da totalidade do capital social e, bem assim, de que estavam reunidas as condições legais e estatutárias para a Assembleia reunir e deliberar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunicou aos presentes a ordem de trabalhos que é a seguinte:

Ponto Um - Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015;

Ponto Dois - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;





SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL



Arsenal do Alfeite, S.A.
Base Naval de Lisboa
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

ACTAS

Folha 45

Ponto Três - Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade relativamente ao exercício de 2015;

Ponto quatro - Deliberar sobre as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do órgão de fiscalização uma vez que não foram as mesmas fixadas para o triénio 2015-2017.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu o uso da palavra à Sra. Presidente do Conselho de Administração, que fez uma apresentação sobre a actividade da sociedade constante do Relatório de Gestão apresentado, focando os aspectos relevantes de 2015 e aquilo que se prevê vir a realizar em 2016. Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao accionista, que propôs e votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e contas, relatório do governo societário, incluindo o relatório do cumprimento das orientações legais, propostos pelo Conselho de Administração, relativos ao ano de 2015. O accionista fez, no entanto, questão de salientar a ênfase que consta na certificação legal de contas.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi dada a palavra à Sra. Presidente do Conselho de Administração, que explicou a proposta de aplicação de resultados proposta pela Administração da Sociedade, no sentido de distribuir o resultado líquido de EUR 49.786,47 (quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos) da seguinte forma: reserva legal: 5% € 2.489,32 (dois mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e trinta e dois cêntimos) e Resultados Transitados: 95% € 42.297,15 (quarenta e dois mil, duzentos e noventa e sete euros e quinze cêntimos). Dada a palavra ao representante do accionista, este votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados proposta pela Administração da Sociedade.

Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao representante do accionista único, que apresentou um voto de apreço pelo trabalho desenvolvido e um voto de confiança no conjunto do conselho de administração extensivo ao órgão de fiscalização. Foi ainda pedida a palavra pelo Fiscal Único, Sr. Dr. César Gonçalves, que quis salientar e agradecer a colaboração activa do conselho de administração e dos colaboradores do Arsenal do Alfeite, bem como a disponibilidade para o desempenho da sua função.

 JUFIL PORTO

PROCESSADO POR COMPUTADOR


ARSENAL DO ALFEITE

129/133

Handwritten signature and initials

Arsenal do Alfeite, S.A.
Base Naval de Lisboa
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

ACTAS

Folha 46

Entrando no ponto quarto da ordem de trabalhos, o representante do accionista único propôs e deliberou a manutenção dos valores já videntes nos anteriores mandatos para a remuneração dos órgãos de fiscalização e para os membros da mesa da assembleia geral para o triénio 2015-2017, designadamente os seguintes: os membros da mesa da assembleia geral não são remunerados e o fiscal único auferir até ao montante máximo de € 16.200,00 (dezassei mil e duzentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Pelo accionista foi ainda pedida a palavra tendo elogiado e agradecido a forma diligente como os membros da mesa da assembleia geral conduziram esta assembleia.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão às 18 horas e 40 minutos, deia se lavrando a presente acta, que depois de lida e conferida, vai ser assinada pelos elementos que compõem a mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



O Secretário da Mesa da Assembleia Geral



 JUFIL - PORTO



ARSENAL DO ALFEITE



PROCESSADO POR COMPUTADOR



PM

Ao
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da
ARSENAL DO ALFEITE, S.A.
Base Naval de Lisboa
Alfeite
1810-001 ALFEITE

VI Ref. <i>Your ref.</i>	N/Ref. 51/CL <i>Our ref.</i>	Data 17/ março/ 2016 <i>Date</i>
ASSUNTO: <i>Subject</i>	Assembleia Geral Anual convocada para o dia 7 de abril de 2016, pelas 17:00 horas	

EMPORDEF – EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA (SGPS), S.A., na qualidade de accionista única dessa sociedade, vem pela presente comunicar ter designado o Senhor Dr. Eduardo Antunes Duarte, seu representante na Assembleia Geral acima indicada, para o que dispõe dos poderes suficientes para votar no sentido que lhe parecer mais conveniente relativamente a todos os pontos que aí forem discutidos.

Os poderes de representação ora conferidos abrangem a tomada de deliberações por qualquer das formas admitidas na lei, designadamente deliberações unânimes por escrito ou em assembleias universais.

A Comissão Liquidatária

Eduardo Carvalho
Presidente da Comissão Liquidatária

Eduardo Duarte
Vogal da Comissão Liquidatária

/na

Rua Braamcamp n.º 96 - 2.º Piso
1250-092 Lisboa
Portugal

Tel. (+351) 21 380 51 00
21 380 50 90
Fax (+351) 21 380 51 09

CRC Lisboa sob o n.º 13276
Contribuinte n.º 503 852 690
Capital Social € 174 275 000,00

ASSEMBLEIA GERAL DA ARSENAL DO ALFEITE, S.A.
7 DE ABRIL DE 2016

LISTA DE PRESENCAS

NOME	ÓRGÃO	ASSINATURA
Eduardo Duarte	Empordel, S.A.	<i>Eduardo Duarte</i>
Nuno Robalo de Almeida de Sousa Moniz	Mesa da AG	<i>N. Robalo</i>
Pedro Miguel Fernandes Baptista	Mesa da AG	<i>Pedro Miguel</i>
César Abel Rodrigues Gonçalves	Fiscal Unico	<i>César Abel Rodrigues Gonçalves</i>
António Afonso	Fiscal Unico	<i>António Afonso</i>
Andreia Fernandes Ventura	AASA	<i>Andreia Fernandes Ventura</i>
Miguel Silva Pereira	AASA	<i>Miguel Silva Pereira</i>
Rui Rapaz Lérias	AASA	<i>Rui Rapaz Lérias</i>

Arsenal do Alfeite, S. A.
Alfeite
2310-031 Almada

Tel: (+351) 21 095 09 00
Fax: (+351) 21 095 09 73

NIPC/ Nº de matrícula na CRPC Almada: 808 881 048
Capital Social: € 32 400 000,00

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO
2016

Versão aprovada em Reunião de Conselho de Administração de 14 e 20 de março de 2017

O Conselho de Administração,


Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)


Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)


Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)